

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Outubro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1195 • Director: Carlos Brito

Legislação sobre o aborto

Referendar a IVG corresponderia a desviar as atenções da realidade dramática do aborto clandestino.



Declaração de **Luísa Araújo** Pág. 32

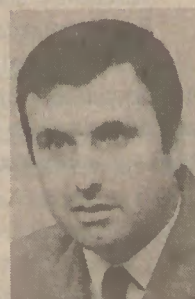
Hipocrisia e passividade

Artigo de **Graça Mexia** Págs. 22 e 23

Indústria Naval

A sorte grande saiu aos Mellos

Ao longo destes anos a defesa dos lucros dos Mellos foi o critério que orientou as sucessivas reestruturações.



Francisco Lopes Pág. 21



Págs. 5 e 6

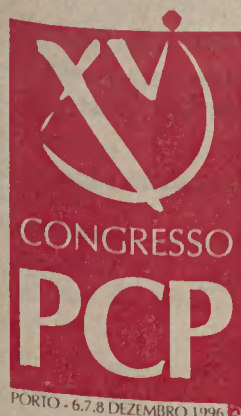
A POBREZA NÃO É HEREDITÁRIA

Audição sobre pobreza e exclusão social, promovida pela DORL do PCP, denuncia a grave situação no distrito de Lisboa.

INTERNACIONAL

A Europa está em luta

Os trabalhadores europeus voltaram às greves e às manifestações de rua em defesa dos seus interesses Págs. 14 e 15



Situação internacional
A luta pela superação revolucionária do capitalismo

Conversa com os camaradas Albano Nunes, José Casanova, Carlos Aboim Inglez e Aurélio Santos. Págs. 18 e 19

As lutas estão aí

Hoje, Plenário Nacional da Administração Pública. Manifestações de trabalhadores no dia 30 em Lisboa e no dia 31 em Évora.

Centrais



Os mineiros de Aljustrel vieram a Lisboa exigir a reabertura das minas

RESUMO

16 Quarta-feira

A presidente da Associação Académica de Coimbra, durante a abertura solene das aulas da Universidade, critica o desempenho do ministro da Educação ■ O julgamento de Pedro Caldeira é adiado para 29 de Janeiro ■ Os jornalistas franceses protestam junto da Assembleia Nacional, em Paris, contra a anunciada extinção da sua taxa especial de IRS ■ Em Espanha, funcionários públicos, camionistas e estudantes manifestam-se maciçamente contra a política económica do governo ■ O Senado australiano aprova uma moção a favor da autodeterminação de Timor ■ O ministro do Interior russo acusa Alexander Lebed de preparar um golpe militar, reforçando as medidas militares na Rússia ■ Celebra-se o Dia Mundial da Alimentação.

17 Quinta-feira

O Parlamento aprova a criação de uma comissão de inquérito ao acordo entre o Estado e António Champalimaud ■ Mais de quatro milhões de funcionários públicos franceses entram em greve, respondendo ao apelo de todas as centrais sindicais e demonstrando a sua posição contra a política económica de rigor de Alain Jupé ■ O Tribunal Europeu suspende as ajudas directas da União Europeia à luta contra a pobreza ■ Boris Ieltsin afasta o general Lebed do Conselho de Segurança ■ O Paquistão apela para um cessar-fogo imediato no Afeganistão e para um embargo aos fornecimentos de armas ■ Oitenta e três pessoas morreram por esmagamento e asfixia no jogo de futebol entre a Guatemala e a Costa Rica.

18 Sexta-feira

Os ferroviários de estação entram em greve durante 24 horas, exigindo a melhoria das condições de trabalho, atribuição de subsídios de risco e manutenção dos postos de trabalho ■ A direcção de Informação da TVI demite-se em bloco ■ Em Cuba, o ciclone «Lili» destrói mais de 70 casas e danifica gravemente as culturas ■ O chefe do Estado-Maior do Exército russo é demitido por Boris Ieltsin.

19 Sábado

O PCP promove um debate sobre pobreza e exclusão social no distrito de Lisboa ■ Carlos César é indigitado para chefiar o Governo dos Açores ■ Dezenas de milhares de pessoas encontram-se mais uma vez em fuga, devido a combates na fronteira do Zaire com o Ruanda e com o Burundi ■ Realiza-se a sessão constitutiva do Parlamento multiétnico da República Srpska ■ O antigo presidente da

Duma substitui Lebed no Conselho de Segurança russo ■ No Afeganistão, as forças do comandante Massoud aproximam-se de Cabul ■ Jacques Chirac inicia a sua visita à Síria.

20 Domingo

Mais de duzentos mil belgas desfilam em silêncio, em Bruxelas, para expressar a sua solidariedade às famílias das vítimas da rede de pedofilia descoberta recentemente ■ Os Talibans aceitam uma proposta do general Dostam para um cessar-fogo em todas as frentes ■ Realizam-se eleições no Japão, na Nicarágua, na Finlândia e Lituânia.

21 Segunda-feira

Portugal é eleito membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por dois anos ■ A Direcção-Geral de Saúde defende que a Lei do Aborto seja alterada, de forma a possibilitar a interrupção involuntária da gravidez até às 24 semanas, em caso de anomalias congénitas e malformação do feto ■ O secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento rural afirma que o Governo vai pagar 60 milhões de contos em indemnizações dos expropriados pela Reforma Agrária ■ A Palestina abandona as conversações de paz com Israel ■ O presidente francês, em visita a Israel, defende que a Europa deve participar activamente no processo de paz do Médio Oriente ■ O cessar-fogo no Afeganistão falha, depois do ministro do Interior paquistanês e o general Dostam se separarem sem conseguirem chegar a um compromisso ■ Cerca de 250 mil refugiados hutus do Ruanda e do Burundi fogem dos campos situados no leste do Zaire, devido aos combates que opõem o exército zairense a bandos armados de tutsis ruandeses.

22 Terça-feira

Os serviços do Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA), depois de detectarem irregularidades em sete mil processos de atribuição de subsídios, exigem a devolução dos mesmos ■ PCP denuncia aproximação entre sociais-democratas e socialistas em relação à definição de círculos eleitorais na eleição para a AR e à instituição de círculos uninominais de candidatura ■ Os deputados do PP Paulo Portas, Luís Nobre Guedes, Manuela Moura Guedes e Lobo Xavier renunciam ao seu mandato ■ Os mineiros de Aljustrel deslocam-se a Lisboa para exigir a reabertura das minas ■ Uma explosão de grandes dimensões num estabelecimento comercial da Amadora provoca cinco mortos ■ Prosseguem negociações sobre a retirada de Hebron ■ Daniel Ortega impugna resultados das eleições nicaraguenses.

EDITORIAL

Inconformismo exemplar

Avinda a Lisboa dos mineiros e outros representantes da população de Aljustrel, na passada terça-feira, traduz um inconformismo exemplar e uma atitude combativa, que podem funcionar como rastilho em relação a outros trabalhadores e populações igualmente injustiçados.

Os de Aljustrel vieram afirmar o seu protesto contra o incumprimento de repetidas promessas de responsáveis governamentais e exigir medidas concretas para a laboração da mina.

«A mina a trabalhar, Portugal a ganhar!» foi a significativa mensagem que trouxeram ao Ministro da Economia, demonstrando que não os preocupa apenas os salários congelados há 4 anos, nem os postos de trabalho ameaçados, mas também o país e a sua estrutura produtiva.

A profunda ligação entre as reivindicações laborais e a defesa da estrutura produtiva nacional é um dos traços salientes das presentes movimentações dos trabalhadores, onde a luta pelo aumento dos salários reais e pelo emprego aparece muitas vezes combinada com a luta contra as privatizações.

Este traço foi posto em grande evidência na jornada de propaganda e esclarecimento que a CGTP-IN ontem levou a efeito para popularizar o seu actual caderno reivindicativo que compreende o aumento do salário mínimo para 60 mil escudos, o aumento significativo dos salários reais e o desagravamento dos impostos.

Num dos textos profusamente distribuídos pode ler-se: «Aumentar o poder de compra dos salários é um factor de justiça social e de impulsionamento da actividade económica e da procura interna.»

Apesar dos esforços do Governo e do patronato, que usam as armas da demagogia e da intimidação, para desmobilizarem a resistência e o protesto contra a política da direita, o descontentamento provocado pelo agravamento da situação social está a conduzir de forma crescente a importantes lutas dos trabalhadores, como algumas que se anunciam para os próximos dias.

É o caso, entre muitas outras, do plenário dos trabalhadores da Administração Pública que hoje se realiza no Coliseu, da concentração e manifestação dos trabalhadores do distrito de Lisboa, do próximo dia 30, e da marcha-caravana pelo emprego e o desenvolvimento do Alentejo, marcada para dia 31 em Évora.

Merecem igualmente uma referência destacada as lutas estudantis que, com formas e níveis diferentes, se estão a desenvolver por todo o país, tendo em muitos casos por eixo o protesto contra as propostas governamentais de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo. Salientou-se entre todas a greve de uma semana e a manifestação de protesto dos estudantes de Letras do Porto.

Entretanto, os propagandistas do Governo e muitos comentadores que, convencidos ou interessados, se deixam arrastar pela sua música celestial, empenham-se agora numa grande campanha de branqueamento do Orçamento.

A marcha para a moeda única, que é confessadamente a matriz da política orçamental, passou a ser apresentada mais como uma inevitabilidade ditada pela natureza, do que como uma verdadeira opção do Governo e, então, louva-se a maestria e o quase milagre, com que este

conseguiu «atenuar» os sacrifícios «necessários» que vai impor ao país.

É claro que nesta gama de comentadores todos aplaudem os sacrifícios impostos aos salários e outros que impendem sobre os trabalhadores e alguns até reclamam ainda mais sacrifícios para estes e mais cortes nas despesas sociais para que o cumprimento dos critérios de Maastricht não fique apenas dependente de um crescimento da receita em que muitos não acreditam.

É, pois, necessário insistir em que a corrida para a moeda única e a forma como está a ser feita não constituem uma fatalidade são uma opção do Governo PS, na continuação da governação do PSD, e que o país tem outras opções menos dolorosas para as condições de vida do nosso povo e mais favoráveis ao seu desenvolvimento e ao seu futuro.

É a esta luz que tem que ser abordada a questão dos sacrifícios duplamente condenatória da política do Governo PS.

Deve começar por dizer-se que as preocupações sociais que o Governo apregoa a propósito do Orçamento são pura demagogia. O Orçamento e a política nele consubstanciada não atenuam, antes agravam, a injustiça social e a injustiça fiscal.

São, entre outras, a este propósito especialmente esclarecedoras as orientações e as disposições orçamentais seguintes: o congelamento dos salários reais; o encorajamento de aumentos de salários abaixo da taxa de inflação; a atribuição ao patronato de todos os ganhos da produtividade; os pequeníssimos aumentos das pensões e reformas; o agravamento do desemprego; a redução das taxas fiscais a pagar pelo patronato; o aumento dos benefícios fiscais a conceder ao grande capital.

Perante este quadro, os trabalhadores e também as classes e camadas médias têm todas as razões para passar à acção e através da luta tentar alterá-lo antes da sua aprovação pela Assembleia da República.

Neste preciso momento, em que o Governo e os seus propagandistas apelam aos sacrifícios e o Orçamento do Estado procura impô-los à viva força aos trabalhadores e às camadas intermédias da população, é que surge a notícia sobre uma decisão governamental de entregar mais 60 milhões de contos aos latifundiários, a pretexto de indemnizações pela reforma agrária.

A confirmar-se a notícia sobre esta régia e gigantesca dádiva aos latifundiários parasitários, estaremos colocados perante um escândalo que manchará para sempre o actual Governo e atirará definitivamente por terra a sua apregoada «consciência social».

A imprensa esclarece que as indemnizações serão pagas em títulos do Tesouro, só mobilizáveis dentro de 20 anos e que até lá vencerão rendimentos anuais. Isto não diminui o escândalo, tanto mais que os latifundiários já voltaram à posse das terras expropriadas e alguns até as viram acrescentadas.

Além disso, anda o Governo a depredar o património das empresas públicas através das privatizações com, entre outros, o pretexto de reduzir a dívida pública e agora, do pé para a mão, agrava-a numa tão substancial como injustificada fatia! Aqui já não contam os critérios de Maastricht?

Basta de injustiças! A consciência democrática do país não pode permitir que continuem a ser premiados aqueles que se contam entre os principais fautores dos seus atrasos!

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390.
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota — Lintó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão:
Heika Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$000;	50 números: 24 750\$000
25 números: 3 487\$500	
ESPAÑHA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$000	50 números: 39 950\$000
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$000	

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O vale tudo

O líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, lançou-se na defesa de mais um referendo. Desta vez o pretexto são as alterações propostas pelo PCP à legislação vigente sobre o aborto.

A facilidade com que o PSD está a recorrer a propostas de referendos para tentar marcar a agenda e obter outros efeitos políticos, alertam para o perigo de se transferirem para o terreno da luta política e institucional as piores práticas do vale tudo, muito em voga na disputa de audiências por certa comunicação social, com abusos especialmente condenáveis dos falsos referendos da SIC e do Dantas do Semanário.

A defesa dos referendos pelo actual líder do PSD assenta, além disso, numa postura de grande hipocrisia, pois ele continua a recusar o mais justificado e urgente de todos os referendos - o referendo sobre a moeda única, defendido pelo PCP e outras forças políticas.

Apesar de se tratar de matéria que redundava em grave limitação da soberania do Estado português é que compromete o futuro do país, o PSD e PS juntaram-se para impedir que

fosse referendada quando da aprovação do Tratado de Maastricht e já se juntaram de novo - na revisão da Constituição em curso - para impedir que seja incluída num eventual referendo sobre alterações a este Tratado, que é apenas o que admitem.

Ao suscitar a questão do referendo sobre a alteração à legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez, o que Marcelo pretende pôr em causa (como aliás algumas reacções logo mostraram), não são apenas as alterações que estão propostas, mas toda a legislação vigente, como resultado da aprovação de 1984 que, sendo manifestamente insuficiente, representou um passo positivo.

É preciso dizer que, apesar dessa legislação, e em consequência das suas insuficiências, o aborto clandestino, embora diminuindo, subsistiu como drama social e daí a necessidade das alterações propostas.

A alternativa a este procedimento, que Marcelo Rebelo de Sousa e o PSD parece querer personalizar, é a do regresso puro e simples ao flagelo do aborto clandestino com toda a espécie de traumas físicos, psíquicos e

morais que tem representado para gerações de mulheres portuguesas, retirando-as da alta burguesia que têm podido frequentar as clínicas estrangeiras.

Há realmente duas maneiras de abordar a complexa questão social do aborto:

- A primeira, que tem sido seguida pelo PCP, é tratá-la de forma responsável e digna, considerando-o indesejável e por isso privilegiando o apoio à maternidade e ao planeamento familiar, mas possibilitando a interrupção voluntária da gravidez, em último recurso, e como faz a lei actual, em condições definidas, que urge, no entanto, adaptar às realidades científicas e sociais;

- A outra, que parece ser a que o PSD quer agora seguir, é tratá-lo como arma de disputa política e de acção eleitoralista, desrespeitando os dramas que o provocam e origina, explorando e exacerbando preconceitos e até respeitáveis sentimentos de fé e crença religiosas.

Esta política do vale tudo paga-se geralmente cara. Que o diga o Manuel Monteiro...

■ Carlos Brito

O ministro vai nu

A abertura solene das aulas que há poucos dias teve lugar na Universidade de Coimbra, tanto pela intervenção corajosa e frontal da presidente da Associação Académica sobre os problemas do ensino superior, como pela inqualificável conferência de imprensa de «resposta» que o ministro da Educação promoveu logo de seguida, confrontou o país com uma realidade de cuja gravidade muitos portugueses não tinham ainda tomado consciência.

Com força da verdade nos olhos jovens disse Zita Henriques coisas tão nítidas e directas que o país logo as percebeu. Pois «a tão anunciada paixão pela educação não parece concretizar-se, pelo menos no que se refere ao ensino superior». A «discussão global tem sido votada ao esquecimento» e são «desgarrados» e «sem uma visão global e coerente» os diplomas avançados pelo Governo em relação à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e ao financiamento do ensino superior. E «continua a confundir-se o financiamento das universidades com propinas e taxas», quando as propinas não passam de um «imposto indirecto a suportar pelas famílias».

Tendo tais e sobretudo tão certas coisas ouvido, sentiu-se o ministro desamparadamente caído do seu pedestal no reino dos salamaleques. E com mal disfarçada sobranceria, reagiu da pior maneira. Atacar a presidente da AAC por o seu «discurso ser de quem quer fazer carreira política» e ter «ferido a lealdade das relações» que o Governo mantém com as associações de estudantes, não são apenas expressões distituídas de valor argumentativo. Elas comportam um autoritarismo intolerável. E revelam uma profunda incapacidade para o diálogo, que só pode nascer onde há verdade e respeito genuíno pela diferença de opiniões e pelas críticas.

Quanto à acusação de que a presidente da AAC «quer fazer carreira política», a espezteira do professor Marçal Grilo não escapa ao reparo: pois quem se está a arrogar em juiz das intenções dos outros não é justamente um ministro que está a fazer a sua própria carreira política?

O último ponto convoca à memória diversas declarações do ministro da Educação reveladoras de uma estranha e «celestial» concepção. Ele preocupado com os superiores interesses da «Educação», meditando na complexidade dos problemas e viajando na galáxia dos valores puros e das certezas mais indiscutíveis, sempre acompanhado por parceiros amigáveis igualmente imaculados e sem dúvidas. Quanto aos críticos das orientações do Ministério, pois esses não só não percebem que as matérias da educação «são de fundo e exigem a cabeça fria» como estão exclusivamente preocupados em «fazer política» e em usar a educação como «arma de arremesso». Esses, chegam ao ponto, pasme-se, de funcionarem como «factores de perturbação» (acusações de Marçal Grilo aos partidos da oposição quando criticaram a política do Ministério em relação aos exames nacionais do 12º ano).

Esta divisão entre os «bons», os que estão no Governo ou que o apoiam, que não fazem política» e que apenas são movidos por atitudes «construtivas» e pelos «superiores interesse da Nação» (ou da Educação) como é agora o caso, e os «maus», os que se rebelam na oposição com «críticas» e a «fazer política», é uma postura que nada tem de original e que apenas retoma uma velha ideologia de inspiração não democrática. Pois a política que se apresenta aos cidadãos como não sendo «política», e que assim pretende escapar ao seu livre exame e à sua soberania, não é claramente a pior política de todas?

■ Edgar Correia

É fácil e dá milhões

Vale a pena ponderar o significado dos dados que já vieram a público sobre a contribuição das vilipendiadas empresas públicas para as receitas do Estado no Orçamento para 1997.

Na verdade, através deles fica-se a saber que a parte por enquanto ainda existente (e já muito diminuída) do Sector Empresarial do Estado que, na douta opinião do grande capital, do PSD, do PS e do CDS-PP, teria resultado das «desvairadas» e «irresponsáveis» decisões de Março de 1975, deverá contribuir para as receitas do OE/97 com 150 milhões de contos de dividendos, com 177 milhões de contos de IRC (30% do total de IRC que se prevê cobrar!) e com 49,5 milhões de IRS, o que perfaz a bonita soma de 376,5 milhões de contos!

É ainda de recordar que o OE aprovado para este ano formulava

previsões de uma contribuição global das empresas públicas no valor de 305 milhões de contos, decompostos em 87 milhões a título de dividendos, 191 milhões a título de IRC (43% do total da cobrança prevista de IRC!) e 27 a título de IRS.

É agora altura de lembrar que, além de outros aspectos decisivos, é esta importante contribuição financeira das empresas públicas para o Orçamento de Estado que está à beira de acabar com o acelerado programa de privatizações que o Governo do PS decidiu impulsionar e que, como muita gente não saberá, a ser completado, conduzirá a que Portugal fique com um sector público mais reduzido do que no tempo de Salazar, uma vez que dos projectos do PS faz parte a privatização até de empresas que já eram públicas antes do 25 de Abril.

Se é certo que, com as privatizações, o Estado perde receitas e o país perde instrumentos essenciais de soberania económica e de protecção do interesse público, há que reconhecer avisadamente que com este processo há quem ganhe e muito.

Não é preciso ir muito atrás à procura de exemplos ainda mais expressivos. Fiquemo-nos apenas pelo exemplo da CIMPOR cuja privatização total deverá representar para o Estado um encaixe de 190 milhões de contos. Ora, tendo a CIMPOR apresentado lucros de 25,7 milhões de contos em 94 e de 18,5 milhões de contos em 95, é legítimo admitir que, em condições normais, realize em 8-9 anos lucros acumulados de 190 milhões de contos. Ou seja, os compradores da CIMPOR, nesse - para este efeito - curto espaço de tempo, terão obtido todo o retorno do investi-

mento efectuado e ainda ficarão donos e senhores da empresa e do seu património revalorizado. E ainda diz a Santa Casa que o totoloto é que «é fácil, é barato e dá milhões»...

E, por hoje, acrescente-se apenas que este processo de despuddorado roubo de património nacional, longe de ser o resultado natural das sacrossantas «leis do mercado» ou da «concorrência», é bem pelo contrário tão-só o resultado de decisões políticas e administrativas dos Governos (agora, do da «rosa») consubstanciando, pela segunda vez neste século português, uma intervenção coerciva do Estado a favor de uma reconstituição do poder do grande capital que ele não conseguiria apenas através das suas tão queridas «leis do mercado».

■ Vítor Dias

A CIA e a droga

Os Estados Unidos estão a ser abalados por 3 artigos publicados em Agosto no jornal *San José Mercury News* (acessíveis na Internet, endereço <http://www.sjmercury.com/drugs>). A história contada por esses artigos não é totalmente nova, mas a abundância de pormenores e a possibilidade de consultar documentos e fotos, ou ouvir gravações de depoimentos, directamente através de qualquer computador ligado à Internet deram a esta série de artigos uma enorme importância.

A história contada no *Mercury* é, muito resumidamente, a seguinte: em meados dos anos 80, o sul da Califórnia foi atingido por uma grande «epidemia» de crack, uma forma de cocaína poderosíssima e altamente viciante. Milhares e milhares de famílias foram destruídas por esta droga barata e de efeitos explosivos. O crack transformou pequenos gangs dos ghettos de Los Angeles (como os famosos Crips e Bloods) em verdadeiras mafias com armas automáticas e movimentando muitos milhões de dólares. A principal fonte de abastecimento desta epidemia de crack foi uma rede de gente ligada aos Contras nicaraguenses que, sob a batuta da CIA, recorreram às armas para combater o regime democrático nicaraguense. O dinheiro ganho a espalhar a droga em Los Angeles terá ido parar direitinho aos cofres da FDN, o principal agrupamento dos Contras.

A série de artigos refere em pormenor o papel de dois nicaraguenses: Oscar Blandon e Juan Norwin Meneses. O primeiro trabalhava para o governo do ditador Somoza. A sua mulher pertencia a uma das famílias da oligarquia proprietária da Nicarágua. Em 1979, quando a queda de Somoza às mãos do povo nicaraguense estava iminente, fugiram para os EUA. Durante boa parte dos anos 80, Blandon foi o principal fornecedor de crack aos traficantes de Los Angeles, a preços de saldo. Hoje, não só está em liberdade como trabalha para o governo norte-americano, no organismo cuja missão oficial é combater o tráfico de droga (a DEA), colaboração que já lhe valeu pelo menos 166 000 dólares em honorários. Quanto a Norwin Meneses, que o *Mercury* diz ser tratado na imprensa da Nicarágua como o Rei da Droga, nunca esteve preso nos EUA, «apesar de o governo Federal ter conhecimento dos seus negócios com a cocaína desde pelo menos 1974». Também fugiu da Nicarágua em 1979, tendo sido acolhido nos EUA como refugiado político. Na já referida página do *Mercury* na Internet pode ver-se uma sua fotografia na companhia de Adolfo Calero, conhecido chefe da FDN e, nas palavras do *Mercury*, «operacional da CIA desde há longa data».

O quadro descrito pelos referidos artigos faz empalidecer a estrela de Maquiavel. Recorde-se que, durante alguns meses em meados dos anos 80, o movimento de solidariedade com a revolução sandinista e de repúdio pelo terrorismo contra-revolucionário levou o Congresso norte-americano a proibir o financiamento dos Contras pelo governo dos EUA. A ideia de que as dificuldades em financiar a reacção nicaraguense tenham sido em parte ultrapassadas através da venda maciça de droga nos bairros negros dos EUA representa uma nova escalada na perversão das operações secretas. Não só se apoiam os terroristas «defensores da democracia ocidental» na Nicarágua, como também se destrói o sempre explosivo ghetto. E, jóia da coroa, quem entra com o dinheiro para os Contras são os próprios habitantes do ghetto... Quem achar esta história demasiado conspirativa fará bem em recordar-se de que ela entronca no escândalo Irão-Contras cuja veracidade foi confirmada pelas investigações oficiais nos EUA. As denúncias estão a ser levadas bem a sério, não apenas pela opinião pública (o *Mercury* fala de um aumento de 100 000 acessos por dia à sua página na Internet desde a publicação das histórias) como por numerosas organizações e até deputados. O próprio Clinton, em tempo de eleições, pediu à CIA que esclarecesse as alegações. E a grande imprensa vê-se obrigada a referir o caso.

A ligação entre os serviços secretos americanos, a reacção política de certos países e grandes organizações mafiosas não é uma novidade. Basta falar dos casos de Itália e do Afeganistão. A dimensão política (e económica) do problema da droga é cada vez mais indispensável para a compreensão do que realmente se passa neste nosso conturbado mundo do final do Século XX.

■ Jorge Cadima

SEMANA

Lebed demitido

O presidente russo, Bóris Ieltsin, demite «em o Conselho de Segurança Nacional (CSN), como



directo» pela televisão o general Alexander Lebed, que o próprio Ieltsin catapultara há meses para chefiar

contrapartida ao apoio dado pelo general a Ieltsin, na segunda volta das eleições presidenciais. A demis-

são de Lebed de presidente do CSN surge escassas horas após rumores de que este estaria a preparar um golpe de Estado. Ieltsin, aliás, não deixou de aludir às ambições de Lebed, afirmando a dado passo, na sua breve alocução de quatro minutos, que «ele [Lebed] cometeu uma série de erros simplesmente inaceitáveis para a Rússia. Agora parece que está em curso uma espécie de corrida eleitoral. As eleições não se realizarão antes do ano 2000 mas já temos uma situação em que parece que toda a gente quer participar numa eleição. É claro que uma situação deste género não podia ser tolerada».



Comunistas derrotam extrema-direita de Le Pen

O candidato do Partido Comunista Francês (PCF), Roger Mei, vence o candidato da extrema-direita da Frente Nacional (FN), Damien Bariller, na segunda volta da eleição legislativa parcial de Gardanne, perto de Marselha (Sudeste de França). De acordo

com os resultados definitivos comunicados pela Câmara Municipal de Marselha, a candidatura comunista recolheu 60,32% dos votos expressos, contra 39,68% obtidos pelo representante da FN, elevando a representação parlamentar do PCF na

Assembleia Nacional Francesa para 25 deputados e impedindo, mais uma vez, a organização pró-fascista de Le Pen de conseguir um lugar no parlamento francês. Esta vitória dos comunistas consagrou igualmente a derrota dos partidos conserva-

dores e de direita que suportam o actual governo francês. Estas eleições em Gardanne foram provocadas pela queda, por corrupção, do anterior presidente, Bernard Tapie, figura controversa do empresariado futebolístico em França.

“Sobre esta questão (o alargamento do prazo da regionalização), o PS assemelha-se às equipas de futebol sem estratégia e que são obrigadas a mudar constantemente de tática. Os senhores nem têm vontade de vencer nem são capazes de marcar golos.”

(João Amaral, na AR, citado em «Expresso», 19.10.96)

“Santana Lopes, com a opção política que tomou, é o Rambo solitário, camuflado de granadas e de intuição, desconcertante e temerário, que se deixa atrair por missões impossíveis.”

(António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 19.10.96)

“Se Marcelo Rebelo de Sousa mantiver este ritmo de afirmação e superar o seu défice de imagem, o PSD encontrou líder para vários anos.”

(idem, idem)

“Seria um erro grave por parte do PSD deixar que a «herança» de Cavaco fosse tratada do mesmo modo que o PS tratou a de Soares. É um mecanismo de facilidade dos nossos dias pensar que se ganha alguma coisa com uma espécie de exorcismo acríptico do passado, deitando-se fora o menino com a água do banho.”

(Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 17.10.96)

“O projecto do PP morreu”

(Silva Carvalho, ex-deputado do PP - «Público», 19.10.96)

“Saibamos no próximo congresso assumir cada um os seus erros e, qualquer que seja o próximo presidente do PP, não virar a cara. (...) Essa é a diferença daqueles que aqui estão, em relação aos que deixaram de estar.”

(Manuel Monteiro no Conselho Nacional do PP, citado em «Público», 20.10.96)

“Está-se a generalizar um mal-estar tremendo que julgo não ser compatível com a sua (de Álvaro Dâmaso) permanência na liderança.”

(«um dirigente» do PSD/Açores, citado em «Expresso», 19.10.96)

“Há socialistas que não querem que o PS ganhe as eleições porque ficar na oposição é mais cómodo e rende o mesmo ao fim do mês.”

(Martins Goulart, ex-líder do PS/Açores, citado em «Expresso», 19.10.96)

“Passou-se a uma espécie de ajuste de contas por curto-circuito dentro de uma classe, como se tivesse chegado o tempo da catarse inglória de todas as culpas, de todas as premeditações, de todas as precipitações e de todas as más-fés passadas.”

(Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 16.10.96)

“Sou um ajudante do primeiro-ministro no sentido literal do termo.”

(Joaquim Pina Moura - «TSF», 19.10.96)

“Sou demasiado pequeno para o futebol português.”

(Carlos Queirós - «Expresso», 19.10.96)

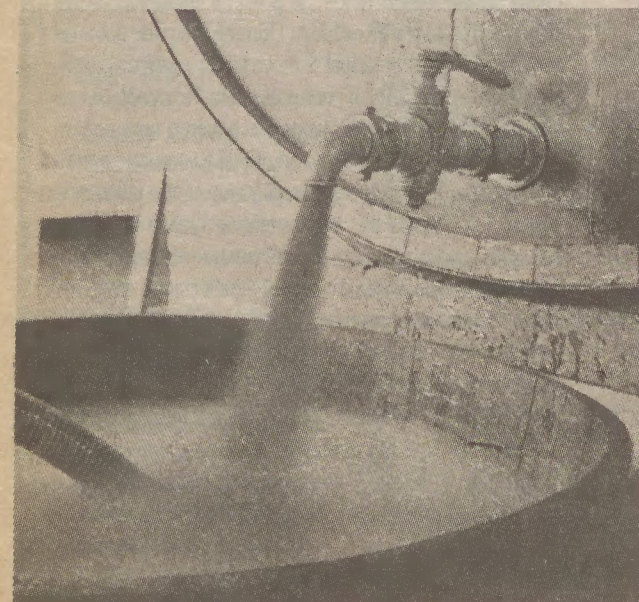
“Fica muito bem a Portugal ser David. Convém é não perder de vista que só o pode ser se não deixar a sua liberdade nos negócios estrangeiros ser engolida pelos Golias seus sócios.”

(Rogério Martins - «Público», 20.10.96)

Portugal no Conselho de Segurança

Por uns concludentes 124 votos entre 185 possíveis, Portugal foi escolhido como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 1997-1998, função que passará a desempenhar a partir de 1 de Janeiro do próximo ano. Portugal e a Austrália (que apenas recolheu 57 votos) disputaram o quinto lugar não permanente, após terem sido eleitos o Quênia, Suécia, Japão e Costa Rica. Portugal e a Suécia rendem a

Alemanha e a Itália no Conselho de Segurança, que ocuparam estes lugares no último biênio em nome do Grupo Ocidental. É a segunda vez que Portugal ascende ao Conselho de Segurança, onde também teve assento no biênio de 1979-1980. Nesta eleição de Portugal foram decisivos os votos dos pequenos países e, ainda, a influência da recém-criada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



Fraudes no vinho do Porto

A Casa do Douro enviou à Polícia Judiciária as primeiras provas que indiciam a existência de uma rede de produção ilegal de cartões que permitem aos agricultores produzirem o vinho do Porto, vulgarmente conhecidos por «cartões de benefício» e que são emitidos, em exclusivo, pela Casa do Douro, de acordo com o cadastro das vinhas da região. Os serviços da Casa do Douro suspeitaram das alegadas fraudes

quando detectaram discrepâncias entre as quantidades de vinho declaradas através dos «cartões» e as propriedades vinícolas que, supostamente, estavam na origem das produções. Em declarações à SIC, o presidente da Casa do Douro, Mesquita Montes, reconheceu que não está apurada a dimensão das irregularidades mas que estas podem significar bur-las de «dezenas de milhares de contos».

Morreu Cal Brandão

Morreu Mário Cal Brandão, advogado e fundador do PS. Tinha 86 anos e faleceu vítima de doença prolongada. Natural de Cedofeita, no Porto, Mário Cal Brandão distinguiu-se como lutador antifascista, tendo sido preso 14 vezes pela PIDE. No seu percurso político avultam

diversas intervenções relevantes: em Maio de 1958 aderiu à candidatura do general Humberto Delgado, fazendo parte da Comissão Distrital do Porto dessa candidatura; em 1964 participa na criação da Acção Socialista Portuguesa e, com Mário Soares, foi um dos fundadores do actual Par-

tido Socialista, formado na Alemanha em 1973; após o 25 de Abril foi Governador Civil do Porto durante 7 anos e deputado à Assembleia da República durante 14, tendo sido membro de todas as comissões políticas do PS enquanto Mário Soares foi secretário-geral.

PP desmorona-se

Continua a «implosão» do PP, agora servida com renúncias em série no seu grupo parlamentar: após a demissão do partido e a renúncia ao mandato parlamentar do deputado Silva Carvalho, surge o anúncio das renúncias de Paulo Portas, Lobo Xavier, Manuela Moura Guedes e Luís Nobre Guedes dos seus lugares de deputados do PP na

Assembleia da República, havendo promessas de declarações por parte de Paulo Portas, ainda não conhecidas à hora do fecho desta edição. São, todavia, conhecidas as declarações do primeiro «renunciador», Silva Carvalho, que, acusando Manuel Monteiro de ser o exclusivo «responsável» pela crise do PP, afirmou numa entre-

vista ao Público que «aquilo que o PP promete ao País, que diz em sucessivas campanhas eleitorais, fazendo discursos de ética e de desprendimento na política... a prática interna do partido demonstrou-me exactamente o contrário. E a níveis que não julgava possíveis e que penso não existirem noutros partidos. Esse é o logro».

Pobreza e exclusão social no distrito de Lisboa foi o tema da Audição promovida pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória. A mesa que presidiu aos trabalhos foi dirigida por Rosa Rabiais, membro da DORL e do Comité Central, e integrava Inácia Moisés, técnica superior do Serviço Social da Câmara Municipal da Amadora, Vítor Agostinho, presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente e Director da «Voz do Operário», Rosa Xisto, dirigente do Sindicato do Comércio, António Augusto, presidente da Junta de Freguesia do Beato e membro da direcção da Anafre, António Filipe, deputado, Adelaide Pereira, da DORL, Fernanda Barroso, do CC, e Edgar Correia, da Comissão Política.

Um auditório atento e participativo, onde para além de militantes se encontravam alguns convidados da Organização de Lisboa, encheu completamente, na tarde de sábado, o salão do Centro de Trabalho Vitória. O notório interesse das mais de vinte intervenções verificadas, fazendo perder a noção do tempo, não permitiu que intervissem todos os inscritos.

1996, foram dadas respectivamente 15 e 12 respostas, pergunta para onde terão ido as outras crianças, admitindo que muitas delas estejam hoje na rua e na marginalidade.

E ela, que trabalha num Centro de Reformados, afirma que verdadeiramente dramática é, por outro lado, a situação dos idosos. Alguns deles são enviados em estado terminal



Os idosos constituem um grupo marginalizado, cujos conhecimentos e experiência não são aproveitados pela sociedade.

Audição denuncia

«Pobreza não é hereditária»

O retrato de uma Lisboa flagelada pela pobreza e exclusão social apareceu perfeitamente delineado em todos os seus contornos. Com «rosto feminino», nas palavras de Ana Paula Assunção. Mas também com rosto de criança, de idoso, de adolescente mal-amado, nas palavras de outros intervenientes.

A realidade do Casal Ventoso - lugar de droga quase autorizada, que acolhe os excluídos de outras zonas - foi trazida por Lourenço Bernardino, que atribui à necessidade de sobrevivência, a «cumplicidade» de que a população do bairro é acusada. Uma realidade com reflexos terríveis na vida das crianças e na sua própria exclusão social, «num espaço onde não há espaço para se ser feliz».

A Dr^a Isabel Ricou, do Secretariado Nacional de Reabilitação, lembrou que por trás de cada deficiência há geralmente uma série de problemas sociais, sendo necessário que, no combate à pobreza, passe a haver um olhar mais atento para os deficientes e idosos dependentes.

Pobreza é eufemismo, considera o dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas Monte, que atribui a situação de miséria que se vive à política dos vários governos do PSD e agora do PS. E lembra a propósito uma das primeiras leis do governo socialista: a lei da polivalência e da flexibilização, geradora de discriminações salariais, de despedimentos... de mais pobreza e exclusão social.

A camarada Amélia, por sua vez, informando que aos 400 pedidos de acolhimento, entrados na Casa do Gaiato em 1995, e aos 200 entrados em

do hospital para casa, onde não têm qualquer assistência, agalitados e entubados, morrendo quantas vezes de mãos amarradas.

Cândida Dâmaso, socióloga, que analisa e aborda de forma científica estes fenómenos, denuncia os preconceitos que, levando à ideia de uma «hereditariedade da pobreza», contribuem para que «se gerem

personas são factores que pesam nesta situação.

Os idosos constituem um grupo marginalizado e que se automarginaliza, afirma por seu turno Sandra Almeida, considerando que os idosos, pelos seus comportamentos, têm por vezes responsabilidades na marginalização a que são votados: as pessoas a caminho da velhice devem prepará-

cularmente as mulheres sentem este problema, não só por serem economicamente mais desfavorecidas como por deixarem mais cedo de corresponder à imagem que a sociedade lhes exige.

O alerta para a criação de Turmas de Currículos Alternativos - onde vão parar deficientes, crianças com dificuldades ou sem qualquer acompanha-

Baixo nível social e cultural, profissões não qualificadas e mal remuneradas, alcoolismo, droga, prostituição, miséria encoberta, são características destes locais onde, para além da sida e hepatite B, aparece agora uma grave surto de tuberculose. Difícil de combater porque as pessoas não se manifestam: têm medo de perder o emprego, geralmente precário.

Feito por Inácia Moisés, apareceu também o retrato da Amadora - pólo de concentração de minorias étnicas - com as suas graves carências habitacionais e todo um cortejo de insucesso e abandono escolar, de delinquência juvenil.

A toxicodpendência é uma forma grave de exclusão social, responsável pelo forte aumento da pequena criminalidade e com consequências devastadoras nas famílias, afirma o deputado António Filipe, informando que uma estimativa do Centro das Taipas diz que 1% da população total da região de Lisboa é toxicodpendente directo (drogas pesadas); não há um dia em que não morra alguém por overdose em Lisboa; 60% da população prisional tem relação com a droga.

E enquanto o Centro das Taipas tem uma lista de espera de seis meses, floresce a seu lado o sórdido negócio das clínicas privadas.

Falando, ainda, da estigmatização dos bairros degradados, comenta ironicamente que as rusgas deviam ser mais «democraticamente» distribuídas: irem também à 24 de Julho e às discotecas de Alcântara.

O presidente da Junta de Freguesia do Beato refere-se ao Rendimento Mínimo Garantido e diz que este é defi-

nido, não de acordo com as necessidades, mas sim com o dinheiro disponibilizado. E o presidente da Freguesia de S. João retrata o bairro da Curraleira, com as suas 900 barracas, os seus cerca de 4000 habitantes e todos os problemas já atrás referidos. Chama, contudo, a atenção para os bairros antigos, onde por vezes a pobreza é muito maior, ainda que encoberta, onde por vezes os idosos não têm quem lhes leve um pouco de água, onde existe fome.

A Lapa é outro bairro, nas palavras do presidente de Junta desta Freguesia onde, portas meias com o jet-set e a abastança, grassa a fome, a droga, a prostituição, os idosos sem assistência. Há gente sem água, sem luz e «infelizmente» com esgotos, chovendo-lhes em casa o Inverno inteiro. Todos os dias a Junta tem conhecimento de mais dois ou três casos de miséria.

Pobreza e exclusão social são o preço que pagamos pela obediência aos critérios de Maastricht, e o seu objectivo é acabar com os direitos sociais, diz por seu turno o economista Fernando Marques.

Mas o dedo na ferida tinha sido posto já por Manuela Prates, do sindicato dos Têxteis, ao apontar o sistema capitalista como o responsável por todos estes fenómenos. E aconselha: leiam o projecto de Teses do PCP ao XV Congresso. Lá encontrarão definidas as causas e apontadas as medidas para acabar com estes flagelos.

Depois da intervenção de Edgar Correia (tratada na página seguinte), Rosa Rabiais encerrou os trabalhos, com a promessa de que lhes seria dada continuidade.



Os trabalhos da Audição, que contou com a participação de muitos militantes e convidados, foram encerrados por Edgar Correia (ver página seguinte)

posições conformistas e de aceitação da situação existente». E fala do grupo social conhecido como «meninos de rua» ou os da «cola», que o crescimento demográfico de Lisboa fez aparecer e alastrar.

O presidente da Junta de Carnide, freguesia-piloto do Rendimento Mínimo Garantido, diz que este continua praticamente por implementar, só abrangendo ainda 23 famílias. A falta de informação e a devassa que é feita à vida das

la, criando centros de interesse. A idade não é um mal, sendo pelo contrário portadora de experiência e conhecimentos que devem ser aproveitados.

Pela promoção de valores que faz - comenta -, a sociedade tem graves responsabilidades na marginalização e automarginalização dos idosos: o que é velho, já não produz, ou caiu em desuso, não presta; bom é o que é novo, bonito, criativo, dinâmico, forte. Parti-

mento em casa - é feito por Maria Helena Gonçalves, que diz que estas crianças não ficam com qualquer diploma quando chegam ao 9º ano. Os professores em bairros degradados precisam de mais apoios, defende ainda.

O presidente da Junta de S^ª. Engrácia aponta a existência de 21 locais com barracas na freguesia, com identidade própria, assentes em redes de solidariedade baseadas no parentesco ou vizinhança.

Distribuição da riqueza é «mistério opaco» nas estatísticas

«A extensão e o agravamento dos fenómenos da evolução social e da pobreza e o seu carácter multidimensional» são um dos mais complexos e intrincados problemas com que o país se confronta, disse Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, na intervenção de encerramento da Audição - uma iniciativa a que, num futuro próximo, se seguirão «outros passos».

«Estamos a falar de pessoas atingidas pelo baixo ou muito baixo nível de rendimentos, muitas das quais são idosas, pelo desemprego mais ou menos prolongado, pela falta de habitação, de saúde, de inserção nos processos educativos, pela própria desinserção social no sentido mais lato», afirmou Edgar Correia, explicitando: «Pessoas que são excluídas ou marginalizadas face aos recursos que a actividade económica lhes deveria proporcionar. Mas que são também excluídas ou marginalizadas no acesso efectivo aos benefícios das funções sociais do Estado e à redistribuição de recursos que através dele a realiza».

«Estamos a falar das alterações estruturais ao nível do emprego», que torna «uma parte significativa da população activa muito mais vulnerável aos fenómenos da pobreza e da exclusão social (...), das alterações demográficas na sociedade portuguesa, com o aumento significativo do peso da população idosa, com todas as vulnerabilidades que especificamente a atingem».

Englobando ainda aqui os processos migratórios - a migração interna para as zonas urbanas com «a correspondente desertificação e o envelhecimento do interior rural», a emigração sazonal para os países mais desenvolvidos e o «forte contingente imigratório proveniente dos países africanos de língua portuguesa» - o dirigente comunista conclui: «Com um terço da população a viver numa situação de pobreza, ou seja, com um rendimento inferior a 50% do rendimento médio nacional per capita, Portugal é o país comunitário onde a pobreza atinge actualmente uma expressão mais significativa».

Aos efeitos da «pobreza tradicional» - diz Edgar Correia - somam-se os da «nova pobreza», sobretudo relacionada «com as alterações estruturais muito profundas que têm vindo a processar-se no mercado de trabalho, com o agravamento do desemprego - resultante da não inserção profissional de muitos jovens e da exclusão de trabalhadores precocemente considerados "idosos" - e com o alastramento da precarização do trabalho».

A análise da pobreza e da exclusão social não se pode circunscrever aos factores económicos mas estes são básicos e determinantes, considera este dirigente, referindo números da Segurança Social, de Dezembro passado, que mostram que em relação ao regime geral - que abrange mais de 2/3 do total de pensionistas dos vários regimes - 67% das pensões de velhice e 73% das pensões de invalidez eram inferiores a 30 contos por mês. A manter-se este baixo nível, a situação não será alterada.

O PCP «defensor activo da melhoria das pensões sociais e da elevação dos seus valores, em especial das prestações que se encontram num nível mais degradado», tem feito propostas concretas no sentido «de reforçar significativamente os meios financeiros da Segurança Social, continua Edgar Correia, advertindo, contudo que essa possibilidade de «reforçar significativamente» os meios financeiros da Segurança Social só existe se o factor trabalho deixar de «constituir a base exclusiva para os descontos». E interroga: «O facto dos rendimentos do trabalho constituírem menos de metade do rendimento nacional não evidencia à vista desarmada que mais de metade do rendimento nacional está a escapar à contribuição para a Segurança Social?»

As remunerações médias mensais em 1993 não ultrapassaram os 61 contos na agricultura e pescas, 80 contos na indústria transformadora e 87 contos no comércio; o Salário Mínimo Nacional situava-se em 1994 ao nível de 1982; a parte dos salários no rendimento disponível dos particulares que no período de 1960 a 1973 era de

50% caiu para 45% no período de 1977 a 1991. Estes são alguns dos elementos em que o dirigente comunista se baseia para defender que uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social na nossa sociedade passa necessariamente pela análise de dois aspectos: a necessidade de crescimento das remunerações dos trabalhadores e a manutenção de elevados níveis de emprego e o combate às crescentes desigualdades que se verificam entre nós na distribuição da riqueza.

Apesar da distribuição da riqueza constituir «um mistério tão opaco nas estatísticas nacionais», Edgar Correia «não resiste» a citar alguns elementos divulgados pelo Banco de Portugal, referentes a Setembro de 1994. Desde logo expressivos: 1% da população portuguesa concentra 17% da riqueza; 5% dos portugueses mais ricos dispõem de mais de um terço da riqueza nacional; um quarto da população possui quase três quartos do total da riqueza (72%) existente no país, ou seja, três quartos da população só possuem cerca de um quarto da riqueza.

Revelador é também, na opinião deste dirigente comunista, que o Banco de Portugal, ao estudar os resultados sobre a distribuição do rendimento em Portugal para os anos de 1980, 1990 e 1994, sublinhe que «o imperceptível decréscimo de desigualdade registado na década de 80 parece não encontrar continuação na primeira metade dos anos 90, onde se regista um crescimento significativo da desigualdade».

Para Edgar Correia, a ligação da questão da riqueza e da crescente desigualdade na sua distribuição ao debate em torno do combate à pobreza e exclusão social é «absolutamente incontornável». A necessidade de intervir a este nível não elimina, contudo, «a necessidade e o papel de intervenções de natureza específica para minorar as consequências sociais da pobreza e da exclusão».

E a este respeito faz duas referências: uma ao Programa de Luta contra a Pobreza e outra ao Rendimento Mínimo Garantido.

Sobre a primeira considera Edgar Correia que deve ser conhecido o relatório produzido e feita uma avaliação política mais alargada sobre a utilização dos recursos financeiros que desde os anos oitenta foram utilizados na luta contra a pobreza. Quanto ao Rendimento Mínimo Garantido - novo e importante direito social que o PCP foi a primeira força política a propor na Assembleia da República - critica o «ritmo extremamente reduzido» da sua implementação e diz que é preciso garantir que a sua atribuição «corresponda efectivamente à aplicação de um direito e não à concessão de uma qualquer benesse ou favor» para que não se repita o desenvolvimento de «fenómenos muito nocivos de parasitismo e de favorecimento de clientelas de qualquer natureza».

A pobreza e exclusão social - «gravíssimos flagelos sociais que a sociedade não deve aceitar como fenómeno natural ou como fatalidade» - têm causas que se prendem «com a organização socio-económica da sociedade, com a exploração do homem pelo homem como base fundamental dos processos de acumulação e da dinâmica capitalista e com a divisão da sociedade em classes».

Intervir e lutar no sentido de minimizar as suas incidências sociais é uma linha de trabalho do PCP. Mas no combate do PCP avulta a intervenção ao nível das causas das coisas: «O combate contra a política nacional e comunitária que, ao serviço da concentração capitalista, está a agravar o desemprego e a precarização do trabalho; está a acentuar os processos de exploração e o fazer crescer as desigualdades a um nível intolerável; (...) O combate por uma nova política, uma política de esquerda para Portugal».

Encontro concelhio em Loures Aumentar votação da CDU

Com a participação de cerca de centena e meia de pessoas, decorreu no passado sábado, no auditório municipal de Póvoa de Santo Adrião, um encontro concelhio do PCP que debateu e definiu os objectivos para o trabalho autárquico.

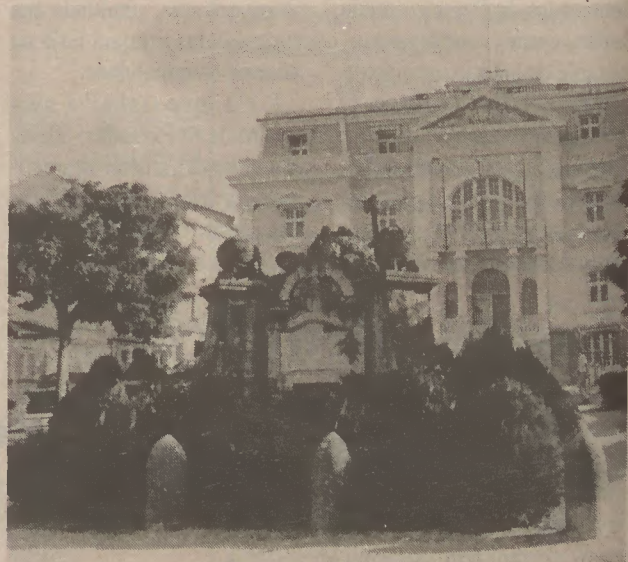
O Encontro aprovou um documento que exige do Governo a inscrição no PIDDAC/97 de um conjunto de obras nas áreas das acessibilidades, saúde e habitação social. Como foi frisado, as propostas apresentadas correspondem a reivindicações antigas das populações, cuja concretização foi prometida durante a campanha eleitoral pelo PS.

A situação social no concelho foi igualmente alvo da preocupação dos participantes, que destacaram o encerramento de empresas, o agravamento do desemprego, o aumento das ilegalidades e arbitrariedades do patronato e a crescente precarização do emprego. Como exemplos foram referidos os recentes despedimentos na Olai e na Trefilaria, a instabilidade na Cometa, na Contreire e na Tadeu Francelina. Relacionando este agravamento com a continuação das políticas económicas e sociais do anterior Governo, o Encontro lembrou que o concelho tem actualmente inscritos mais de 25 mil desempregados, facto que só por si contrasta com o slogan eleitoral do PS «as pessoas primeiro».

16 anos de gestão responsável

Contrariando as dificuldades financeiras e técnico-

legais impostas às autarquias por políticas centralistas, ao longo de 16 anos de gestão, a CDU tem apresentado obra



feita, traduzida em profundas transformações operadas no planeamento urbanístico, na recuperação dos bairros de origem ilegal, no investimento e construção de uma rede diversificada de equipamentos, vias de comunicação, saneamento, defesa e melhoria das condições ambientais, valorização e promoção de múltiplos espaços de animação e actividade sócio-cultural.

O PCP considera que para prosseguir este trabalho é

necessário reforçar a presença da CDU na gestão dos órgãos autárquicos, definindo um conjunto de orientações neste sentido.

Designadamente, o Encontro aprovou várias medidas de reforço do Partido, marcando para 1 de Fevereiro de 1997 a realização da Assembleia da Organização Concelhia. A reactivação da

CDU no concelho com o alargamento da sua base de apoio, com a criação de comissões locais e a realização até final deste ano das jornadas da Coligação são outras linhas traçadas pelo encontro.

Por último, foram definidas como prioridades o início dos processos de elaboração dos programas eleitorais (para poderem ser apresentados publicamente a partir de Maio de 1997), e de composição das listas de candidatos, de forma a que os cabeças de lista e os colectivos essenciais a eleger no município e nas principais freguesias estejam decididos até Janeiro próximo. O Encontro propôs ainda a criação, em Abril de 97, de um amplo espaço de reflexão e debate sobre os problemas do concelho.

CAMARADAS FALECIDOS

Arminda Henriques Gonçalo

Faleceu no passado dia 17, Arminda Henriques Gonçalo, de 71 anos de idade. Foi operária têxtil e militava no PCP desde 1975, pertencendo à organização de Gouveia.

José Augusto Amaral

Faleceu, no passado dia 21 de Outubro, José Augusto Amaral, de 63 anos de idade. Reformado da EDP, onde foi membro da Comissão de Trabalhadores, era actualmente membro da Comissão Concelhia de Mangualde do PCP.

Manuel Henriques Martins

Faleceu, no passado dia 11 do corrente mês, Manuel Henrique Martins, de 72 anos de idade. Reformado, era militante do PCP desde 1974, pertencendo ao secretariado da célula dos Ferroviários da Zona de Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Rectificação

Na notícia «Pobreza e exclusão social envergonham Lisboa», saída no «Avante!» da semana passada, foi indevidamente afirmado que «a própria Junta de Freguesia [de S. João] acabou com o Gabinete de atendimento que possuía», o que não corresponde à realidade. De facto, devíamos ter dito que o Gabinete foi desactivado devido à retirada das assistentes sociais, decidida pela Misericórdia de Lisboa.

OE 97 trava desenvolvimento regional

Depois de um ano de governação PS e num momento em que está em discussão o Orçamento de Estado para 1997, as organizações regionais do PCP têm vindo a divulgar as suas análises sobre os problemas locais contrapondo um série de propostas a incluir no próximo orçamento.

Em conferência de imprensa realizada no início da passada semana, a Direcção Regional de Portalegre considerou «frustrante» para o distrito o balanço de um ano de governação PS. «Ao longo deste tempo, de palpável», afirmam, «apenas tem existido a substituição de pessoas sem alteração de estruturas e de políticas.»

mentos centrais, é como a DORG caracteriza o período de governação PS, indicando a paralisação na construção e melhoria das rodovias, a ausência de medidas para sustentar as falências de empresas e promover o emprego no distrito.

A crise no sector têxtil provocou a extinção de mais de

desertificação; a atribuição de subsídio a todos os desempregados e a aplicação efectiva do rendimento Mínimo Nacional.

Setúbal

A DORS do PCP alerta desde já para a gravidade de o OE/97 não corresponder à necessidade de um programa integrado de desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDS), e que no plano das acessibilidades e transportes o Governo continue a não assumir compromissos quanto ao

Évora

Negativo é também o balanço feito pelos Comunistas de Évora, que condenam o Governo por não ter cumprido as promessas eleitorais feitas aos eborenses e ao Alentejo. O mais grave é que a proposta de OE para 1997 continua a prejudicar a região, nomeadamente o município de Évora, que sai lesado em mais de 300 mil contos por incumprimento da Lei das Finanças Locais. A insuficiência de verbas irá ainda atrasar as obras no Hospital do Patrocínio, o mesmo acontecendo com outros projectos estruturantes, caso da fábrica de autogiros, a construção da pista de atletismo, o traçado da IP-2, entre outros.

Condeixa-a-Nova

A Concelhia de Condeixa-a-Nova veio a público exigir que o Orçamento de Estado preveja verbas para a construção de um Centro de Saúde na Vila de Condeixa, um complexo de residências para idosos, um parque de Campismo para os visitantes da ruínas de Conimbriga, propondo ainda a aquisição da Casa dos Arcos, tendo em conta o seu valor histórico arquitectónico e patrimonial.

Loures

Por seu turno, a Concelhia de Loures manifesta a sua indignação pelo facto de o OE não incluir a construção do Hospital no concelho, onde já residem 400 mil pessoas. O PCP acusa o Governo de esquecer «todos os fundamentos políticos, sociais e técnicos», apesar das «inúmeras tomadas de posição do Poder Local, de várias Associações de carácter social, cultural e recreativo e de diversas personalidades».



À semelhança de várias outras organizações regionais do PCP, a DORPOR divulgou um grande conjunto de propostas a serem incluídas no OE/97

A fundamentar esta conclusão, a DORPOR refere o impasse nas obras públicas, nomeadamente no Plano Rodoviário Nacional; a ausência de medidas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento industrial; o adiamento da regionalização; a continuação da política de encerramento das pequenas extensões de saúde e o aumento das restrições no acesso às consultas; a incapacidade de resolver os problemas na área da Educação; o agravamento da situação social no distrito.

Considerando que o distrito «merecer melhor», a DORPOR exige que o Governo faça os investimentos necessários ao seu desenvolvimento e discrimina dezenas de obras em infra-estruturas que, através do Grupo Parlamentar do PCP, serão apresentadas para inclusão no PIDDAC 97.

A regional de Portalegre insiste assim na melhoria da rede viária, na construção de barragens, equipamentos urbanos de utilização colectiva, recuperação do património histórico, dando ainda destaque à construção de um aeródromo, de um Palácio da Justiça em Avis, instalações para a GNR em vários pontos do distrito, edifícios escolares e de saúde.

Guarda

Um ano perdido, pelo menos em termos de investi-

um milhar de postos de trabalho só em quatro empresas (Fisel, Vodratex, Estevão Ubach e TLC), enquanto na Gartêxtil, sediada na Guarda, 300 trabalhadores lutam pelo pagamento de salários e pela viabilização da fábrica. As medidas anunciadas do chamado «plano Mateus» não contemplaram até ao momento nenhuma empresa do sector, refere a DORG alertando para o agravamento da situação caso as fronteiras da UE sejam abertas aos países do Extremo Oriente.

A quebra de rendimentos na agricultura é outra das preocupações da DORG que refere a falta de apoios às produções autóctones, criticando por outro lado a política de medidas avulsas em relação à floresta, que continua a ser devorada pelos incêndios. As críticas são também motivadas pelo adiamento dos investimentos centrais, pela manutenção dos mesmos problemas no ensino e pelo agravamento da situação social.

Nas propostas que formulam, os comunistas pretendem soluções para os problemas da economia da região; mais justiça na distribuição do rendimento; alargamento da prestação de serviços, na área da saúde, educação, rede pré-escolar e apoio à terceira idade; a promoção do desenvolvimento e o combate à

metro sul do Tejo, à circular regional da Península de Setúbal, aos itinerários principais Sines/Évora/Espanha e Sines/Beja/Espanha, à modernização dos terminais rodoviários, designadamente da Trafaria, Seixal, das obras complementares do Terminal do Barreiro e à melhoria dos transportes fluviais. Condenando o prosseguimento das privatizações, a DORS observa que para 97 o Governo que prevê que as empresas públicas contribuam com 150 milhões de contos dos seus lucros para as receitas do Estado.



Alcácer a cidade

Por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, a vila de Alcácer poderá passar à categoria de cidade. O pedido tem em conta uma decisão camarária de Novembro de 1995, aprovada por unanimidade, que considera que estão reunidas as condições para tal elevação, nomeadamente devido ao conjunto de instrumentos de planeamento, candidaturas e projectos de desenvolvimento de uma comunidade urbana com nível de cidade.

Escola no Cercal

A Comissão Concelhia de Santiago do Cacém congra-

tula-se com a assinatura do protocolo para a construção da Escola C+S do Cercal, lembrando que se tratou de uma antiga reivindicação da população da Freguesia, desde sempre apoiada quer pelos órgãos autárquicos quer pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Na sua reunião, a concelhia analisou ainda a situação social no distrito, chamando em particular a atenção para o despedimento de 28 trabalhadores da SJAS - Moagem de Ermidas Sado, com os quais se solidariza.

UM PARTIDO
MAIS FORTE
NOVO RUMO
PARA PORTUGAL



Organizações preparam congresso

Centenas reuniões e assembleias plenárias irão realizar-se na fase preparatória do Congresso para debater as Teses e eleger os delegados que participarão nos trabalhos da reunião magna dos comunistas. Esta intensa actividade já começou como testemunham os calendários de várias organizações que têm chegado à nossa redacção.

No distrito de Setúbal, estão previstas mais de 200 reuniões e assembleias que elegem os cerca de 300 delegados que a ORS terá no Congresso. No programa destaca-se ainda a realização de 15 debates temáticos sobre alguns dos principais problemas de âmbito nacional e internacional, onde para além de militantes participam outros democratas que vêm no PCP um força indispensável à democracia.

Por outro lado, a DORS salienta o significado da campanha de adesões ao Partido, no âmbito da qual, só este ano no distrito, filiaram-se mais de 300 novos militantes, dos quais 42% são jovens com menos de 30 anos e 43% são mulheres.

Ainda no distrito de Setúbal, a concelhia do Seixal anuncia a realização de três dezenas de iniciativas para discussão das Teses e de 13 assembleias para eleição de delegados. Já no quadro preparatório do Congresso, decorreu na passada sexta-feira, no auditório da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, um debate sobre o tema «Será o capitalismo o fim da História?» que contou com a participação de Manuel Gusmão, membro do Comité Central do PCP.

Reunida na passada semana para discutir a organização do debate pré-congressual, a Direcção Regional de Aveiro decidiu realizar uma dezena de assembleias plenárias, até 29 de Novembro, para os militantes de Espinho, Ovar e Santa Maria da Feira. Os restantes concelhos terão assembleias conjuntas agrupando-se do seguinte modo: Águeda/Albergaria; Anadia/Mealhada; Aveiro/Oliveira do Bairro; Arouca/Castelo de Paiva/São João da Madeira/Vale de Cambra; Estarreja/Murtosa; Ílhavo/Vagos; Oliveira de Azeméis/Sever do Vouga. Dezenas de outras iniciativas de debate terão lugar a nível concelhia.

Também os comunistas de Santarém estiveram reunidos para analisar as tarefas imediatas com vista à preparação do Congresso, pronunciando-se pela convocação de assembleias de militantes em Pernes, Vale de Santarém e Santarém. Foi ainda apresentado um calendário de iniciativas públicas de debate sobre droga e narcotráfico; o desporto que temos; preservação do património e a candidatura de Santarém a Cidade Património da Humanidade. Estas decisões foram tomadas pelo Conselho Consultivo da Organização Concelhia do PCP, organismo criado pela 7ª Assembleia Concelhia, que decorreu no passado mês de Março.

Por sua vez, a Direcção Regional de Viseu divulgou já as datas em que terão lugar, no mês de Novembro, as assembleias plenárias que abrangem as diferentes organizações do distrito.



O baldio de Lamas foi ilegalmente cedido pela Junta de Moledo a uma empresa para a exploração de uma pedreira

Deputado visita baldio de Lamas

O deputado comunista Bernardino Soares esteve recentemente no distrito de Viseu onde visitou o baldio de Lamas, no concelho de Castro Daire, usurpado às populações a favor de uma empresa.

Ali funciona hoje uma enorme pedreira de granito donde chegam a sair diariamente 30 camiões de pedra, destinados em especial à exportação para a Alemanha e Itália. As populações lesadas acusam a Junta de Freguesia de Moledo de ter concessio-

nado ilegalmente o terreno, ignorando a Assembleia de Compartes e o Conselho Directivo do Baldio.

O deputado que antes tinha estado reunido com o Secretariado dos Baldios, tomou conhecimento de outros casos ilegais de alienação ou impedimento de gestão dos baldios, nomeadamente nas freguesias de Boa Aldeia, no concelho de Viseu, e de Cambra, no concelho de Vouzela.

O programa do deputado incluiu ainda um encontro

com os trabalhadores da Induvis, que estão em luta pelo pagamento de salários em atraso (cerca de 600 contos a cada trabalhador) e pela manutenção dos postos de trabalho. Recordê-se que esta empresa está ligada às Misericórdias, e os trabalhadores consideram que é perfeitamente viável mesmo tendo em conta apenas as obras sociais e outros interesses da Igreja Católica. Neste processo causa ainda estranheza o facto de nas instalações da empresa

estar a funcionar a Induvis Comercial, uma firma dedicada à comercialização dos produtos da Induvis.

Bernardino Soares esteve ainda com jovens de Viseu, que reabriram o seu espaço de convívio nas noites de sábado. Na conversa foram realçados os problemas de falta de emprego e precariedade de vínculos contratuais, as dificuldades de acesso ao ensino superior e a falta de universidade pública em Viseu.

Moradores páram obras da Expo

Na noite de segunda-feira passada, cerca de uma centena de moradores dos Olivais voltaram a manifestar-se contra as perturbações causadas pelas obras em curso na zona oriental de Lisboa e que estão relacionadas com a Expo 98 e respectivas acessibilidades.

Numa iniciativa convocada pela Comissão de Freguesia do PCP junto à obra, em que esteve o deputado comunista Ruben de Carvalho, o vogal da Junta dos Olivais, Jorge Alves, do PCP, membros da Assembleia e outros eleitos do PCP, os moradores efectuaram um corte de estrada simbólico durante mais de uma hora e, com a presença da PSP, obrigaram à paragem dos trabalhos nocturnos, para os quais os empreiteiros responsáveis não têm licença.

Ruben de Carvalho comprometeu-se a apresentar um requerimento ao Governo e pedir uma reunião de trabalho com a Junta de Freguesia. Dentro de duas semanas, realiza-se nova sessão com os moradores para analisar futuras acções.

Câmara de Setúbal despeja timorenses

A Comissão Concelhia de Setúbal denuncia a Câmara Municipal de ter despejado o Grupo Cultural e Recreativo Tata-Mai-Lau, de que fazem parte timorenses que habitam no Bairro da Bela Vista, cujas instalações funcionavam no Largo Maria Duarte, na Freguesia de São Sebastião.

Sob forma foram de «rescisão de contrato de comodato», a ordem, assinada pelo vereador Soares Feio, do Partido Socialista, não foi antecedida por qualquer contacto com o Grupo Tata-Mai-Lau, que foi colocado perante um facto consumado, quando o fiscal camarário lhe retirou as chaves das instalações. O vereador responsável declara-se impotente para alterar a situação e alcançar um entendimento entre as duas partes, atitude que o PCP condena considerando que a ordem de despejo «mancha escandalosamente o prestígio» da autarquia. Os comunistas manifestam «activa solidariedade com a comunidade timorense radicada em Setúbal» e exigem a imediata suspensão da medida camarária.

Centro de Saúde para Alverca

A organização da freguesia de Alverca do PCP entregou, no passado dia 11 de Outubro, aos grupos parlamentares um abaixo-assinado com cerca de duas mil assinaturas exigindo um «Centro de saúde à dimensão da freguesia».

A iniciativa foi promovida pelos comunistas que durante dois meses recolheram assinatura e opiniões da população. «Muitos ironizaram com o facto de o posto existente ser uma «subdelegação de Alhandra, quando a Freguesia de Alverca tem mais do triplo da população. Foram constantes os desabaços acerca da exiguidade das instalações, do não cumprimento das promessas, tendo em consideração a disponibilidade de terreno desde há vários anos, por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira», refere a Comissão de Freguesia.

Recorde-se que o Grupo Parlamentar do PCP propôs a inclusão deste centro no Orçamento de Estado para 1996, sendo na altura chumbado com os votos contra do PS e do PP e a abstenção do PSD.

Alto do Vale/Santarém População exige respostas

A população do Alto do Vale, no Vale de Santarém, continua à espera que a Câmara resolva os gravíssimos problemas de saneamento básico e pavimentação de ruas, reivindicações que os eleitos da CDU têm dado voz nos órgãos autárquicos.

No seguimento de várias intervenções da CDU na Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal e perante a ausência de resposta dos órgãos autárquicos às propostas e requerimentos apresentados, uma delegação da Comissão Concelhia de Santarém deslocou-se ao local, onde foi acompanhado para Comissão de Moradores.

A delegação, que integrou os eleitos da CDU Amílcar Queirós e Eugénio Pisco, confirmou que as soluções aprovadas por unanimidade há seis meses, na Assembleia de Freguesia, mantêm-se actualizadas e correspondem ao essencial às aspirações da população. Por outro lado, foi reafirmada a importância do envolvimento de todas as partes interessadas - moradores e respectiva comissão, Assembleia e Junta de Freguesia e Câmara - para melhorar as condições de vida na freguesia e no concelho.

Leiria gestão ineficaz

Realizou-se sábado passado, em Leiria, um Encontro concelhio, com o objectivo de iniciar os trabalhos preparatórios das eleições autárquicas de 1997.

Na análise da gestão municipal, a CDU sublinhou a ideia de que se mantém a mesma linha dos mandatos anteriores, considerando que o executivo municipal «continua ao serviço de interesses especulativos e ilegítimos, particularmente no sector do imobiliário».

A situação urbanística, particularmente da área urbana de Leiria, foi considerada «caótica e desastrosa».

A CDU define a gestão como ineficaz e ineficiente, não estando «à altura de satisfazer os interesses das populações e do desenvolvimento do concelho».

Um novo rumo para Ílhavo

O Encontro Concelhio de Ílhavo da CDU, realizado no início deste mês na Junta de Freguesia de S. Salvador, analisou os problemas do concelho e a actividade autárquica durante o actual mandato, traçou objectivos e prioridades relativamente às próximas eleições e indicou o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Ílhavo.

No Encontro foi sublinhada a continuidade da mesma política, com o PS actualmente em maioria e considerou-se a necessidade da participação da CDU para uma nova política autárquica e para que «não sejam adiados ou mal resolvidos» os problemas das populações de Ílhavo.

Nova ponte sobre o Cávado

A não inclusão da nova ponte sobre o Cávado no PIDDAC/97 - obra já licenciada e para a qual foram disponibilizados e gastos milhares de contos - é denunciada, pela Comissão coordenadora da CDU de Vila Verde como «um sério revés nas perspectivas de desenvolvimento» local, para além de representar, para a população, a continuação do «stress das filas intermináveis no acesso à velha ponte».

Responsabilizando o governo PS «por mais esta machadada nas aspirações dos vilaverdenses», a CDU denuncia entretanto «o marasmo da Câmara e dos restantes partidos, que apenas se têm limitado a fazer da ponte uma bandeira eleitoral».

Aterro sanitário da Terra Quente

Na última sessão da Assembleia Municipal de Mirandela, foi aprovada uma nova localização do futuro aterro sanitário da Terra Quente, em Orjais.

A CDU votou contra esta decisão por não ter havido uma discussão séria, e «nenhum estudo que permitisse apontar o local em causa como o mais indicado».

Com a agravante de, nessa mesma Assembleia Municipal, e sem qualquer suporte técnico, «ser alterado o Plano Director Municipal declarando aquela área fora da Reserva Ecológica Nacional, onde se encontrava». A CDU tem denunciado, por diversas vezes, a incapacidade da autarquia em resolver o problema da lixeira de Mirandela que se apresenta, desde há alguma tempo «como um caso crítico em termos sanitários e ambientais». Mas considera que «deve haver na definição da sua localização estudos técnicos e garantias de segurança a par do diálogo com as populações envolvidas».

Frente anti-racista

A Frente Anti-Racista realizou a semana passada um Encontro de associações envolvidas no processo de legalização de imigrantes, em que foram abordadas questões como: o mau andamento do processo de legalização, irregularidades praticadas por funcionários dos serviços de estrangeiros e fronteiras, nos postos de recepção de documentos e critérios de atribuição de subsídios às associações.

Forum Social

Em 8 e 9 de Novembro, vai realizar-se em Évora um «Forum» destinado à abordagem de problemas sociais e de exclusão social. O Encontro é da iniciativa da Câmara Municipal de Évora, em colaboração com a Comissão Municipal de Intervenção Social e Educativa, e deverá abordar sete grandes áreas: deficiência, terceira idade, educação, crianças em risco, emprego e formação profissional e delinquência.

A Comissão Organizadora está a elaborar uma proposta com base em dados recolhidos por instituições e técnicos ligados a esta área de intervenção, a partir de projectos inovadores e experiências já testadas. As conclusões do Encontro serão divulgadas em Dezembro.

Uma escola diferente

O projecto da Câmara Municipal de Beja «Uma nova escola, uma escola diferente», a decorrer desde o passado ano lectivo, teve nesta última semana um dos seus momentos altos com a inauguração de equipamentos lúdicos e desportivos em cinco escolas do primeiro ciclo. No quadro deste projecto, animadores desportivos e culturais do Município têm vindo a desenvolver acções de sensibilização e divulgação junto de alunos e professores.

Ensino

Alterações à Lei de Bases Uma política economicista

Do Porto a Faro - passando por Lisboa - a polémica alastra em torno da possibilidade de formação de professores do 3º ciclo pelas Escolas Superiores de Educação (ESE). Uma polémica que abarca e opõe estudantes, professores e instituições - e se tem vindo a exprimir também em movimentos grevistas e manifestações.

Em causa está - como questão de fundo - que qualificação para os professores, para os vários (e naturalmente diferentes) ciclos do ensino básico.

Os estudantes de Letras do Porto fizeram uma semana de greve e uma manifestação de protesto. A Associação Académica de Coimbra (AAC), em parecer sobre as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, condena a proposta de lei como "um ensaio literário vazio de conteúdo", em que fica por definir "o enquadramento da posterior regulamentação em decreto-lei" e questiona - "Será que as Escolas Superiores de Educação conferem uma formação científica suficiente para se leccionar no 3º ciclo do Ensino Básico?".

O presidente da academia de Lisboa considera que o ministro da Educação conseguiu, com esta proposta de alteração à Lei de Bases, "dividir os estudantes" e fazer esquecer a questão fulcral do financiamento.

Entretanto, estudantes das ESE de vários pontos do país, em particular do Porto, têm vindo a manifestar-se a favor das alterações à lei. Situação que poderá levar a um esforço de entendimento entre estudantes de diferentes instituições. O presidente da AE de Letras do Porto afirmou a intenção de "contactar a ESE do Porto, para estabelecermos pontos em comum".

A questão da qualidade de preparação dos professores mantém-se incontornável. E é o próprio ministro da Educação a afirmar, de forma contraditória, e referindo-se à capacidade científica e pedagógica das instituições, que "em princípio, um número significativo de escolas não obedecerá a esses requisitos".

PCP denuncia política economicista

O problema não é onde as formações são dadas mas que

formações. Esta a posição do PCP, face a uma política que se apresenta como de *barateamento* da formação dos professores.

São duas as críticas fundamentais dirigidas ao projecto de alteração da Lei de Bases.

Antes do mais, a falta de debate prévio e a sua apresentação em Julho, mês em que, naturalmente, poucas possibilidades haveria para qualquer discussão de um documento entretanto essencial na definição da política de educação.

Não houve assim uma avaliação séria em torno dos reais problemas de formação dos professores.

Outra crítica fundamental visa a própria orientação que está a ser seguida. Concreta-

mente, para o PCP, o governo está a tentar promover uma política de encurtamento e barateamento, uma política economicista em relação à formação de professores.

No actual quadro, as ESE poderiam formar bacharéis em dois anos - o que representa um *recorde* europeu. As licenciaturas para formação de professores seriam de quatro anos.

Não são salvaguardadas as condições de curriculum e em geral de qualificação dos professores. Na verdade estariam a abrir-se portas para a formação de professores com uma qualificação insuficiente.

Com a agravante de esta proposta estar a lançar estudantes contra estudantes, pro-



PCP defende um ensino de qualidade

fessores contra professores, instituições contra instituições.

Para o PCP, a solução passa, antes do mais, pelo retirar da proposta do governo a que se seguiria o necessário debate aprofundado, dado que o que está em causa é um ensino de qualidade - que naturalmente exige uma formação de qualidade para os professores.

O PCP propõe, concretamente - o grau de licenciatura para todos os ciclos; a especialização de professores para

cada ciclo (e não professores generalistas, sem formação específica para nenhum ciclo); a valorização da carreira docente em todos os ciclos.

Por outro lado, o PCP defende a integração do Politécnico (caso das ESE) nas Universidades, como um dos formatos de saída do Ensino Superior, respeitando-se, em todos os graus - a duração adequada da formação, a qualidade dos currículos e do corpo docente, condições científicas adequadas.

Freguesias manifestam-se frente à Assembleia da República

Uma grande jornada de luta, dias 30 e 31 de Outubro, frente à Assembleia da República, é a resposta da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) - de acordo com a estratégia definida no seu V Congresso - ao incumprimento, por parte do governo, das promessas eleitorais, e que põe em causa a dignificação e autonomia das Freguesias.

A jornada de luta inclui um vigília de 24 horas, a começar às 14,30 de 30 de Outubro, com a participação dos eleitos afectados pelo incumprimento da lei do regime de permanência, e uma

manifestação e concentração popular, dia 31 de Outubro, à mesma hora.

Em causa estão algumas promessas do primeiro-ministro e do PS.

Em comunicado da ANAFRE refere-se, nomeadamente:

- a transferência de um mínimo de 15% das verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) para as Freguesias ainda no corrente ano de 1996;

- a publicação de um Diploma definidor das delimitações de atribuições e competências entre municípios e Freguesias que, embora aprovado na

generalidade, ainda se encontra "congelado" na Comissão Parlamentar;

- o cumprimento integral da Lei 11196 (Regime de Permanência) e a necessidade da sua revisão, a curto prazo, para maior abrangência, seja no número de Freguesias seja na componente financeira, de forma a que o O.E. suporte todas as remunerações e encargos.

A Associação refere ainda que o governo português continua a ignorar, sistematicamente, o direito reconhecido pela Carta Europeia de Autonomia Local.

Notícias da JCP

Teses em debate

A Direcção Nacional da JCP reuniu no passado fim-de-semana para discutir, com a presença de Álvaro Cunhal, as teses em debate para o XV Congresso do PCP.

Na reunião, foi feito um balanço da campanha "Por uma educação pública, gratuita e de qualidade", lançada na F esta do "Avante!" e assinalou-se a "grande dinâmica que se está a conseguir em toda a organização".

Relativamente à proposta de Orçamento de Estado para 1977, a JCP considera que o governo segue as imposições de Maastricht e "não dá resposta aos problemas económicos e sociais do país".

A JCP congratulou-se com a atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta.

Apelo à solidariedade

A organização concelhia de Sines da JCP divulgou um Manifesto em que apela à solidariedade com os trabalhadores da fábrica de conservas Júdice Fialho, face à brutal ocupação das instalações pelas firmas de construção J. Silva Lobo, Lda e Quintela, proprietários do terreno.

A JCP denuncia ainda o atraso no pagamento de salários; o total desrespeito pelos 93 trabalhadores, entre os quais 90 são mulheres e cerca de 40, jovens; a falta de interesse, ao nível do governo, pela defesa da indústria conserveira.

No Manifesto agora divulgado, a organização de Sines da JCP exige - o direito ao trabalho, o pagamento dos salários em atraso, a desocupação e início de funcionamento da unidade, o respeito pelas famílias residentes nas habitações situadas no terreno da fábrica.

"Os Verdes" denunciam as grandes omissões do Plano

As questões de Ambiente e Ordenamento do Território, de Saúde e Qualidade de Vida, Educação e Cultura, Poder Local e Desenvolvimento e ainda as questões relacionadas com a Igualdade de Direitos e a Participação dos Cidadãos - foram definidas como alvos de atenção prioritários pelo Conselho Nacional do Partido Ecológico "Os Verdes" (PEV), que reuniu no passado fim-de-semana em Lisboa.

"Os Verdes" debruçaram-se ainda sobre a actual situação ecopolítica e fizeram o balanço da sua intervenção desde a VII Convenção Nacional Ecológica, realizada em Junho passado.

Na análise da situação do país, o PEV valoriza, em particular, os resultados obtidos

pela CDU nos Açores e Madeira.

Quanto ao processo de regionalização, o Conselho Nacional do PEV manifesta a sua preocupação com a lentidão e os atrasos que se estão a verificar e sublinha, em nota de imprensa, que "esta situação se fica a dever à irresponsabilidade do PS, parecendo que, neste momento, para o PS, a regionalização e a descentralização deixaram de ser uma prioridade, contrariamente às promessas eleitorais".

"Os Verdes" reafirmam que a regionalização é "um factor decisivo para o desenvolvimento sustentável e para o reforço da democracia participativa".

As últimas medidas do

ministério da Educação foram particularmente criticadas pela direcção do PEV, quer no que respeita à autorização às escolas para dispensar pessoal auxiliar, quer no que se refere às medidas relativas ao pré-escolar. Nesta matéria, "Os Verdes" consideram que "o Estado está cada vez mais a demitir-se das suas funções em prol do privado e que cada vez mais em Portugal quem quer educação tem de pagar".

Para o PEV, as Grandes Opções do Plano (GOP) representam "as grandes omissões", pois "não equacionam nem dão resposta" à maioria das aspirações dos portugueses.

Em declarações à Lusa, a deputada do PEV, Isabel de

Castro, referiu-se à política ambiental, frisando que o Governo pretendia "vender" a imagem de que se preocupa com o ambiente mas, face ao Orçamento de Estado para 97, verifica-se que quer o Ministério quer o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) sofreram grandes cortes orçamentais.

Concretamente, o Ministério do Ambiente é o penúltimo em termos de verbas, "à frente dos minúsculos ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia".

Neste quadro, "Os Verdes" irão prosseguir a sua intervenção - fora e dentro do parlamento - nomeadamente "na defesa da conservação da natureza e da frente anti-racista".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP propõe para o Vale do Sousa

Operação Integrada de Desenvolvimento

Almeida Santos em convalescença



"Vou recauchutar as artérias por onde circula o sangue do meu velho

coração. É uma intervenção de peito aberto, mas de coração fechado. Ainda não é desta que se vêm livres de mim." Bem humorado, foi nestes termos que Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, comunicou aos deputados a intervenção cirúrgica ao coração, a que viria a ser submetido na última segunda-feira. Realizada no Hospital da Cruz Vermelha, a operação destinou-se a proceder à implantação de um "bypass", tendo decorrido normalmente e de acordo com o previsto. Durante o período de convalescença, que se prevê entre duas a três semanas, o Presidente do Parlamento será substituído pelo vice-presidente da AR designado pelo partido mais votado, Manuel Alegre.

Viagens dos deputados



O Presidente da Assembleia da República entregou no final da

passada semana na Mesa do plenário um projecto de resolução solicitando uma auditoria externa às viagens realizadas pelos deputados entre 1980 e 1988.

Esta auditoria, que corresponde a uma deliberação nesse sentido tomada pela conferência de líderes parlamentares, visa apurar, entre 1980 e 1988, as viagens realizadas por cada deputado (que tiver exercido funções durante aquele período ou parte dele), dentro e fora do país, os destinos das mesmas, o montante anual do correspondente dispêndio a cargo da Assembleia da República e a justificação das mesmas viagens, nomeadamente a relação delas com o trabalho político do deputado a que as viagens se refiram. No projecto de resolução, o Presidente da Assembleia da República indica as condições a que deverá obedecer a preferência na adjudicação, "por ordem de menção": a idoneidade dos concorrentes, o preço por eles proposto e o prazo de execução da auditoria por referência ao prazo mínimo a determinar no caderno de encargos.

Do Vale do Sousa, não raro, chegam notícias que dão conta do trabalho infantil, de elevadas taxas de abandono escolar, de situações onde pontificam os baixos salários ou o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores. Diz-se ainda - indissociável, aliás, deste quadro - que a região tem um dos mais altos índices do País, porventura do mundo, de "Ferraris" por quilómetro quadrado e de "possuir um gigantesco número de patrões e um diminuto número de empresários".

Se outras razões não houvesse, estas, seguramente, seriam suficientes para justificar a proposta levada ao Parlamento pelo deputado comunista José Calçada: o lançamento de uma Operação Integrada de Desenvolvimento para o Vale de Sousa.

Para a bancada do PCP, que levou a questão a plenário numa das sessões da semana finda, esta medida afigura-se "fundamental e inadiável" e deverá ser urgentemente adoptada "antes que seja tarde". Antes, concretamente, foi José Calçada a realçá-lo, que a "área do Vale do Sousa se torne a curto prazo tão conhecida como a do Vale do Ave".

Daí que as medidas por si preconizadas, no quadro de tal operação, passem em primeiro lugar pela adopção do mesmo tipo de apoios e incentivos aplicado ao Vale do Ave para a

indústria têxtil e de vestuário, nomeadamente no "apoio à modernização, à reestruturação e à diversificação industrial".

Essencial, do ponto de vista da formação comunista, é também a elaboração de um programa único de apoio à modernização das indústrias das madeiras e do mobiliário (incluindo a criação de estruturas de comercialização directa e de valorização da produção), bem como, noutra vertente, o aumento dos salários e da melhoria da qualificação dos trabalhadores e das condições de trabalho.

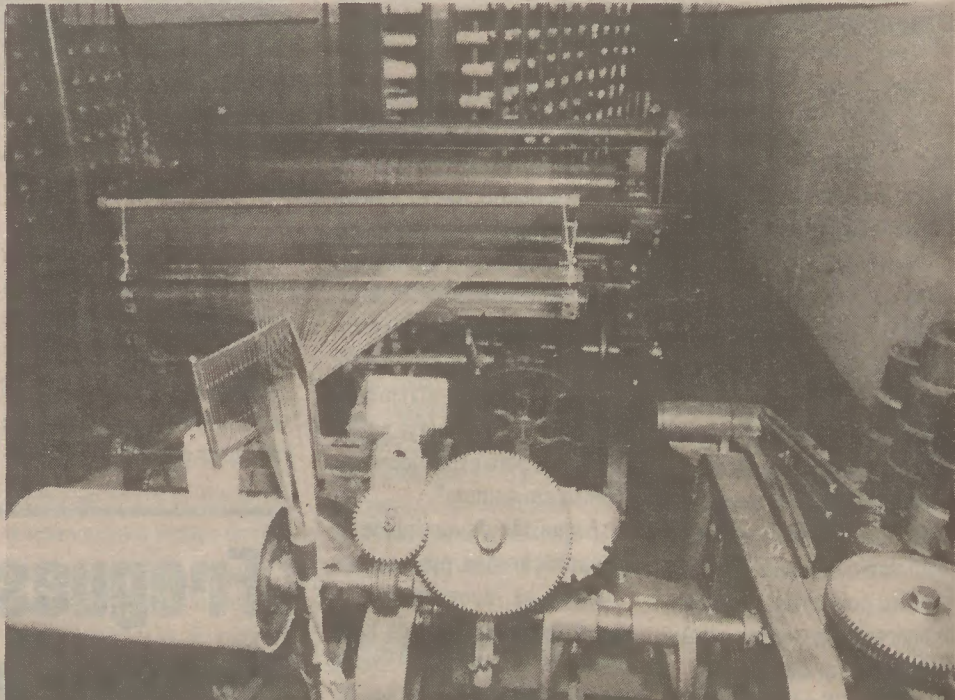
O incremento de medidas de apoio mais personalizadas aos agricultores do Vale do Sousa é igualmente defendido pela bancada do PCP, que sublinha a necessidade de simultaneamente virem a ser reforçadas e

modernizadas as infra-estruturas de transporte e comunicações, ambiente e saneamento básico e equipamentos colectivos.

Neste último domínio - seja em equipamentos na área da educação ou da formação profissional, seja na saúde, seja ainda na segurança social ou na cultura - as carências são absolutamente evidentes, como tratou de evidenciar José Calçada,

co e do secundário. O mesmo sucede ao nível dos equipamentos de formação profissional (há apenas duas escolas para os cinco concelhos que integram o Vale de Sousa), o que não pode deixar de ser preocupante se atendermos ao baixo nível de escolaridade - os mais baixos do distrito do Porto, a par de apresentar as maiores taxas de abandono escolar do País - e às fracas qualificações profissionais

por José Calçada - de as remunerações salariais de base serem baixíssimas e inferiores à média do distrito do Porto (já de si inferior à média nacional). Problemático é ainda o sector da saúde, face às grandes carências em termos médicos e de pessoal de enfermagem, sendo elucidativas a este respeito as taxas de mortalidade infantil, que observaram tendências de crescimento nos



Urgem os apoios à modernização e reestruturação da indústria têxtil e de vestuário do Vale do Sousa

ao recordar, por exemplo, as enormes carências sentidas sobretudo ao nível dos segundo e terceiro ciclos do ensino bási-

de uma população maioritariamente jovem.

Não menos significativo, por seu turno, é o facto - lembrado

últimos anos, mantendo-se em níveis muito altos claramente superiores à média do distrito e do País.

Política criminal

Debate está por fazer

A questão do uso e porte de arma e de outras substâncias ou engenhos explosivos em recintos onde se realizem manifestações de qualquer natureza esteve em debate no Parlamento. Em causa, concretamente, uma proposta de lei que visa criminalizar condutas susceptíveis de pôr em perigo a vida e integridade física de crianças, de alunos de escolas ou de frequentadores desses recintos no âmbito de realizações cívicas, políticas, religiosas, artísticas, culturais ou desportivas.

Estando de acordo quanto ao princípio de criminalização dessas condutas, o Grupo Parlamentar comunista, pela voz de Odete Santos, considerou no entanto que o diploma do Governo excede os objectivos de segurança dos cidadãos, extrapolando-os e criando medidas de detenção que podem revelar-se inconstitucionais, uma vez que, sublinhou, "aparecem desligados de comportamentos culposos de indivíduos por ela abrangidos".

Fundamentando melhor o seu ponto de vista, Odete Santos recordou que o sistema de revisitas e buscas do actual Código de Processo Penal "já torna possí-

vel a fiscalização pelas forças de segurança", ainda que sujeita a fiscalização judicial como forma de prevenir eventuais abusos de que venham a ser vítimas pacatos cidadãos.

Ora sucede que neste aspecto, como tratou de chamar a atenção, a proposta de lei "excede desnecessariamente o Código de Processo Penal", não acautelando a possibilidade de aqueles abusos se virem a concretizar à porta de recintos onde decorra qualquer das realizações atrás referidas.

Realçado por Odete Santos foi ainda o facto de a detenção em esquadra para identificação, não impedindo que o detido venha a entrar nesses recintos, não garante a segurança dos cidadãos.

A questão, todavia, não se esgota neste ponto. Para a formação comunista as medidas apresentadas pelo Executivo no que se refere ao combate à criminalidade têm sido até à data "parcelares", faltando-lhes claramente, disse, "uma verdadeira política social".

Odete Santos é de opinião, aliás, que as políticas anti-sociais levadas a cabo por toda a Europa têm contribuído decisivamente para as "espirais de violência e de aumento de criminalidade que se têm verificado". Daí que conclua que nesta matéria e até à data "o Governo ainda não inverteu o caminho da política anti-social do governo PSD".

Detendo-se ainda na questão do combate à criminalidade, Odete Santos fez igualmente

notar que esta batalha passa também, "prioritariamente", por "uma reformulação do sistema prisional", bem como pela alteração da execução das penas no sentido da ressocialização dos condenados. "Prisões que não são senão armazéns de presos são um bom contributo para o aumento da criminalidade", advertiu.

A parlamentar comunista sublinhou por último que tanto o PSD como também em parte o Governo (em resposta às críticas que aquele lhe dirige) "têm evitado o verdadeiro debate", um debate que em sua está por fazer centrado na "política criminal e nas medidas necessárias para pôr cobro à insegurança sentida pelos cidadãos".

Eleições regionais

Atitude do Governo motiva voto de protesto

A Assembleia da República aprovou faz hoje oito dias, apenas com os votos contra do PS, um voto de protesto pela atitude do Governo e do primeiro-ministro na campanha para as eleições regionais nos Açores.

Subscrito por deputados de todos os partidos da oposição, o texto manifesta o "veemente protesto" pelo comportamento do Executivo, designadamente de António Guterres, e mandata o Presidente da Assembleia da República para que "em tempo útil" leve o voto ao conhecimento dos açorianos.

O texto, apresentado antes das eleições regionais, refere-se ao que considera ter sido a "inadmissível intromissão eleitoralista do Governo da República na campanha eleitoral dos Açores, com o primeiro-ministro a tomar medidas de governação a pedido do candidato regional do PS".

Apresentado na sequência da redução das tarifas aéreas para as Regiões Autónomas decidida pela TAP nas vésperas do acto eleitoral, o voto acentua ainda que foram "violadas a lei e a isenção que o Governo da República deve estritamente manter".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regionalização Recuos do PS comprometem processo

O Grupo Parlamentar comunista acusou o PS de não ter vontade política para avançar com o processo de regionalização e de continuar a assumir posições que, na prática, "em vez de andarem para a frente", se traduzem em recuos. A questão veio a propósito de uma proposta, que prevê a prorrogação por mais 60 dias do prazo de consulta pública das Assembleias Municipais sobre o processo de criação das regiões.

Em debate na semana transacta, a proposta de adiamento acabou por vingar com os votos favoráveis do PS e do PP e a abstenção do PSD. O voto contra do PCP foi justificado pelo deputado João Amaral como uma clara "sinalização" de que a vontade política da sua bancada "é a de que o processo de regionalização avance".

pria proposta que motivara o debate, que uma vez mais o que está em causa e "mobiliza a vontade da direcção socialista" não é "ver como se avança com o processo", mas sim, de novo, "o adiamento da regionalização".

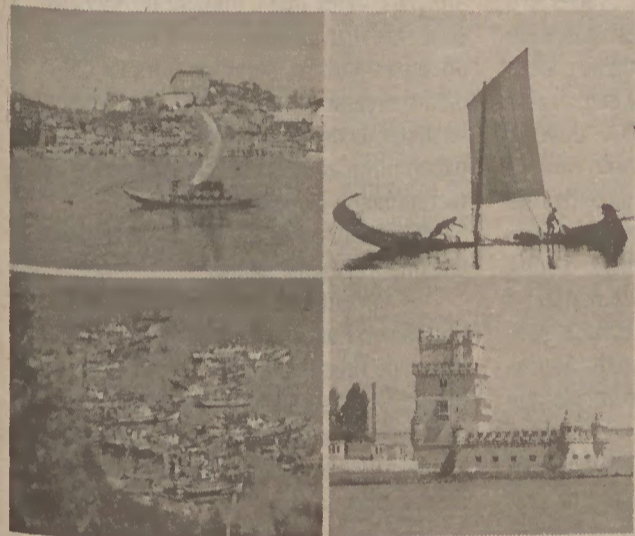
"Para gáudio", de resto, como observou o deputado comunista, de "muitos dos deputados do

Valha a verdade que o PP nesta matéria assumiu uma posição de coerência não escondendo pela voz de Gonçalo Ribeiro da Costa ser contra a criação das regiões, e defendendo, nessa medida, toda e qualquer manobra que obstaculize o seu avanço no pressuposto de que "adiar um mal é fazer um bem".

Ora a verdade é que se se chegou a esta situação tal se deve por inteiro ao PS. João Amaral não deixou escapar a este propósito com uma ponta de ironia a reunião no Algarve, em Abril último, por causa da regionalização, em que a bancada do PS, observou, "parecia a equipa técnica da Federação Portuguesa de Futebol: no papel desenham vitórias sobre vitórias, mas quando entram no terreno de jogo faltam-lhes a alma e a tática, não têm vontade de vencer nem sabem marcar golos".

Mas tudo começa, de modo pouco inocente, segundo João Amaral, quando o PS apresentou há três meses esta proposta de prorrogação do prazo na Comissão de Poder Local. Logo então, como sublinhou o parlamentar do PCP, era absolutamente previsível a "prática impossibilidade de serem realizadas eleições para os órgãos das regiões simultaneamente com as eleições autárquicas de Dezembro de 1997".

Sucedendo assim que, adiamento atrás de adiamento, o prazo de aprovação de Lei que era para ter sido em Julho passado já vai em 1997. Indissociável e sintomático desta falta de empenho evidenciada pelo PS, ainda no entender de João Amaral, é também o facto de apenas 80 assembleias municipais terem emitido o seu parecer, sendo que deste conjunto de respostas, quarenta correspondem a assembleias de maioria CDU. "Andam a dormir? Ou foi de propósito?", inquiriu o parlamentar comunista, numa alusão aos restantes 256 municípios de maioria PS, PSD e PP.



É aliás neste ponto que verdadeiramente reside a questão. Com efeito, pese embora as declarações de princípio enunciadas pela bancada socialista - às acusações de ter deixado em "banho maria" o processo respondeu o deputado José Junqueira (PS) com a garantia de que ele vai mesmo avançar -, a verdade é todos os factos demonstram o contrário.

João Amaral encarregou-se de o demonstrar ao invocar desde logo, referindo-se à pró-

PSD", o que não obsteu a que estes, tirando partido da situação, num exercício de puro farisaísmo político, deixassem de acusar o PS de "tentar tapar o sol com a peneira" ao "adiar para as calendas" a regionalização.

"O PS não tem coragem para fazer o referendo, nem tem coragem para assumir o que está a adiar indefinidamente", frisou Álvaro Amaro, acrescentando que a prorrogação do prazo de consulta pública é disso um testemunho.

Timor-Leste na agenda do Parlamento

Ramos Horta, recém-laureado com o Prémio Nobel da Paz, deverá deslocar-se no próximo dia 28 à Assembleia da República para uma reunião de trabalho com a Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

O anúncio, feito na semana transacta no Parlamento, coincidiu com uma deliberação da Câmara Municipal de Lisboa que atribui a Ramos Horta um espaço para instalação de um escritório permanente destinado à representação da resistência timorense no exterior.

A Comissão parlamentar decidiu ainda elaborar um boletim com informações acerca das suas actividades e da situação em Timor-Leste. Com periodicidade quinzenal ou mensal, esta publicação pretende chegar a "todos os parlamentos do mundo" e às organizações não

governamentais ligadas à defesa dos Direitos do Homem.

Entre as decisões tomadas pela Comissão conta-se também a de constituir "pequenas delegações" de deputados que se deslocarão em "missão de sensibilização para a causa timorense" a parlamentos da região da Ásia/Pacífico e da Europa", aproveitando a dinâmica da atribuição do Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta.

Realce merece igualmente, por outro lado, a proposta de realização de uma sessão solene para a qual serão convidados os dois galardoados com o Nobel da Paz.

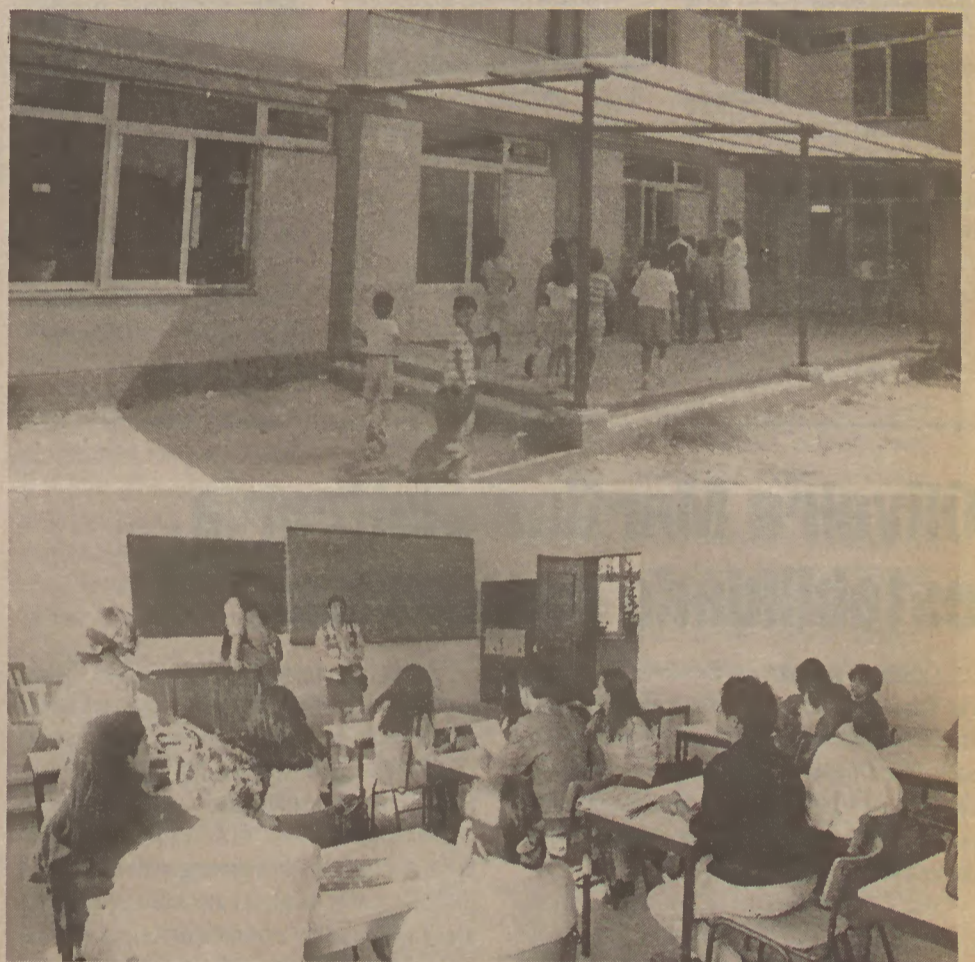
A sessão dever decorrer em 07 de Dezembro, data em que se assinala o 21º aniversário da invasão de Timor-Leste pela Indonésia.

Amanhã, em Lisboa Jornadas Parlamentares do PCP

O Orçamento do Estado para 1997 vai dominar as Jornadas Parlamentares do PCP. Da reunião, a decorrer amanhã, sexta-feira, no Páteo Alfacinha, em Lisboa, prevê-se que seja tomada pública a posição a adoptar pelos deputados comunistas na Assembleia da República face ao Orçamento do Estado para o próximo ano.

Contando com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que proferirá uma declaração no final dos trabalhos, as Jornadas têm ainda na sua ordem de trabalhos a análise ao primeiro ano de governação PS.

Repartindo-se por duas sessões, as Jornadas têm início às 10.00 horas, prolongando-se durante todo o dia. Dada como certa é também uma declaração aos jornalistas do presidente do Grupo Parlamentar comunista, Octávio Teixeira, em encontro a decorrer ainda durante a manhã.



Importa valorizar a avaliação contínua dos alunos e o papel pedagógico e formativo do professor

Avaliação nos ensinos básico e secundário Um sistema injusto e errado

A exigência de um verdadeiro investimento na educação no quadro de uma política que ponha termo ao *numerus clausus* e garanta um ensino justo e de qualidade voltou a estar na ordem do dia do debate parlamentar. Em sua defesa, reiterando posições bem conhecidas sobre esta matéria, de novo o Grupo Parlamentar do PCP. Foi no debate sobre a abolição das provas globais do ensino básico e secundário. Requerido pelo PSD, com carácter de urgência, cedo se verificou que afinal o Governo não tem qualquer intenção de acabar com as ditas provas - Ana Benavente desmentiu-o com veemência - e que tudo não terá passado de um equívoco. Houve quem lhe chamasse debate sobre uma "realidade virtual".

Seja como for, a verdade é que esta foi mais uma oportunidade para colocar no centro da discussão alguns dos problemas que afectam com particular agudeza a política educativa. É o caso, naturalmente, do sistema de avaliação, que o deputado comunista Bernardino Soares não hesitou em classificar como "injusto e pedagogicamente errado".

E explicou porquê ao salientar, designadamente, entre os aspectos mais negativos, o facto de ser um

sistema que "desvaloriza a avaliação contínua" e que "sob a capa de rigor e exigência mais não faz do que elitizar e restringir cada vez mais o acesso ao ensino".

As críticas de Bernardino Soares subiram aliás de tom quando se tratou de evidenciar o que considerou ser a "exarcebada da avaliação contingente no processo de avaliação". "Nos dias que correm - observou -, aos estudantes dos Ensino Básico e Secundário não se lhes oferece ensino ou formação, mas pura e simplesmente um treino. Alunos, professores e pais são hoje levados a sacrificar tudo em função da necessidade de os estudantes se treinarem para as avaliações contingentes".

Em causa está, pois, na perspectiva do deputado do PCP, a "completa desvalorização destes níveis de ensino, do seu papel formativo e do seu valor próprio", a par da "desvalorização do papel pedagógico e formativo do professor", o que significa que o percurso efectuado pelos estudantes é hoje, concluiu, "uma prova de obstáculos em que o único objectivo é atingir a meta com a melhor performance possível".

Campanha no comércio contra o emprego precário

A Federação do Comércio e Serviços (FEPACES) reclama que os trabalhadores actualmente contratados a recibo verde, como empresários em nome individual, alugados ou clandestinos passem a estar vinculados às empresas através de contratos de trabalho, com os direitos e garantias inerentes.

Esta decisão foi tomada na reunião de sindicatos do sector que teve lugar no passado sábado e faz parte de uma série de acções em que o movimento sindical está empenhado, com o objectivo de defender os direitos que a contratação e a lei reconhecem aos trabalhadores por conta de outrem.

A precariedade do emprego é um fenómeno que cresce sobretudo nas grandes superfícies comerciais (com destaque para o Continente e Modelo) e para o qual a federação e os sindicatos têm alertado a Inspeção do Trabalho.

Na reunião foram definidas como prioritárias no trabalho

sindical as questões da acção reivindicativa e do reforço da organização sindical.

Ponte 25 de Abril

A defesa dos direitos dos trabalhadores nas obras da Ponte 25 de Abril vai estar em foco hoje e amanhã, em plenários convocados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul. Na nota de imprensa em que anuncia as reuniões, o sindicato exige que seja reposta com urgência a legalidade nas obras da ponte, particularmente no que toca aos direitos dos trabalhadores a férias e

respectivo subsídio, ao subsídio de Natal, ao pagamento das faltas justificadas, a estarem sindicalizados, eleger delegados, reunir e fazer greve.

Trabalhando com contratos a termo, os operários recebem à hora, mas o sindicato sublinha que «esta forma de pagamento não retira nenhum dos direitos previstos na contratação colectiva e na lei geral».

«O consórcio e as empresas do estaleiro tudo têm feito para não cumprir a legalidade, nomeadamente fugindo à discussão com o sindicato», acusa-se no documento divulgado segunda-feira. Os responsáveis das obras «ainda não satisfeitos com as ilegalidades praticadas na passada semana, mostrando bem o seu carácter, montaram uma cabala para retirar o trabalho a um nosso delegado sindical», denunciam ainda os Metalúrgicos.

Oliveira Martins contraria estabilidade nas escolas

Quando o secretário de Estado da Administração Educativa diz, como disse na semana passada em Lisboa, que «as escolas que libertem pessoal ou reduzam despesas de pessoal serão compensadas com aumentos das dotações para funcionamento», está a fazer um convite ao despedimento do pessoal não docente.

Este é o entendimento da Federação Nacional e dos sindicatos da Função Pública, segundo um comunicado que divulgaram sexta-feira e onde acusam Oliveira Martins de contradizer «todo o clima dito de estabilidade que o ministro tem defendido para o ensino».

Desde logo é chamada a atenção do Governo para as implicações que atitudes deste género podem ter nas negociações sobre emprego público, que decorrem numa das mesas negociais criadas após o acordo assinado em Janeiro com os sindicatos. Federação e sindicatos da Função Pública consideram que «não é compatível os representantes dos trabalhadores estarem sentados à mesa com o Governo a discutir este problema, que todos reconhecem ser grave, e ao mesmo tempo o Ministério da Educação defender publicamente redução do pessoal, redução essa que não pode ser feita de outra maneira, senão através de despedimentos».

Antes de perguntar ao secretário de Estado «como é que se aumenta a vigilância nas escolas com redução de pessoal», no comunicado sindical recorda-se que o próprio ME autorizou «centenas de novas contratações» no início deste ano lectivo, violando o DL 81A/96 (que regulamenta o trabalho precário e prorrogou os contratos a prazo vigentes na altura até Abril próximo) e alegando que tais contratações a prazo eram necessárias para que muitas escolas pudessem abrir.

Entretanto, os sindicatos notam que os tribunais têm dado razão à «esmagadora maioria» dos trabalhadores que impugnaram o despedimento colectivo efectuado em 31 de Agosto de 1994 por Manuela Ferreira Leite. Este facto aponta para que, esgotadas as possibilidades de recurso das sentenças, o Ministério se veja obrigado a reintegrar aqueles funcionários.

Este é o contexto que leva a FNSFP e os sindicatos a exprimir a suspeita de que o secretário de Estado pretenderá «reduzir o pessoal não docente em Abril de 1997, quando terminarem os contratos prorrogados ao abrigo do DL 81A/96, atirando a responsabilidade para os conselhos directivos».

Vitórias unitárias na Sodía e no BFB

Toma posse na próxima quinta-feira a Comissão de Trabalhadores do Banco Fonsecas e Burnay, que será constituída por uma maioria absoluta de eleitos da lista unitária — 7 elementos num total de onze. Esta vitória tem especial significado num momento em que na banca se repetem sistematicamente as alianças cozinhadas pelas estruturas do PS e do PSD.

Com forte participação, foi eleita no dia 10 a CT da Sodía (ex-Renault) de Setúbal. Dos 527 tra-

balhadores presentes na empresa, 408 exerceram o direito de voto (mais de 75 por cento), expressando 399 o seu apoio à lista A (quase 98 por cento). Ao divulgar estes números, na semana passada, a Comissão de Trabalhadores interpreta-os como demonstração de apoio do pessoal aos seus representantes e reafirma a disponibilidade para agir «pelo desenvolvimento da empresa, contra quaisquer tentativas que coloquem em perigo os nossos postos de trabalho».

Universidades públicas com menos recursos para funcionamento em 1997

O Orçamento de Funcionamento para 1997 para as Universidades públicas soma 96 milhões de contos (não incluindo as receitas próprias), o que traduz um acréscimo de 3,7 milhões ou seja 4% relativo ao orçamento final em 1996.

Se se tiver em conta o acréscimo de 3,8% do número de alunos e a inflação que se prevê para o presente ano (situada entre os 3 - 3,5%) pode concluir-se que é muito significativo o corte de verbas que o actual Governo pretende fazer em relação a dotações que, como se verificou em anos anteriores, já eram claramente insuficientes.

Sublinhe-se que as necessidades do financiamento, aferidas em termos do chamado «orçamento padrão» corrigido e adicionado das parcelas relativas a promoções e a investigação de base, atingem 105 milhões de contos. E que, de acordo com a fórmula de financiamento estabelecida pelo Governo em 1993, o montante a afectar em 1997, na perspectiva de convergência para o «orçamento padrão», deveria atingir no mínimo 101 milhões de contos.

Isto significa que, mesmo na óptica do simples cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo anterior, o corte que o actual Governo pretende realizar é da ordem dos 5 milhões de contos, sem contar com a inflação. É uma redução significativa que viola o compromisso que levou à adopção da fórmula de financiamento, e que não deixará de produzir visíveis impactos negativos. É assim de prever que a reduzida dotação para a investigação básica será desviada dos objectivos propostos e rapidamente esgotada (2 milhões de contos) e que o défice adicional de 3 milhões agravará as já deficientes condições de trabalho em muitas escolas e afectará a já ameaçada qualidade do seu ensino. Registe-se, ainda, que o corte agora imposto excede mesmo a verba que o actual Governo se comprometeu a disponibilizar para a revalorização da carreira docente.

Recorde-se que ao longo dos poucos anos da aplicação da actual fórmula de financiamento foram progressivamente alterados pelo Ministério da Educação os significados de alguns parâmetros bem como a elegibilidade e a ponderação de alunos de pós-graduação e de licenciatura em estágio final. Foi também alterado unilateralmente o «factor de convergência» para o «orçamento padrão» e, concomitantemente, protelada a data de convergência dos orçamentos para o «orçamento padrão» de cada instituição. Este ano, é introduzido também o chamado «corte proporcional». O recurso anual a expedientes para conformar o financiamento à decisão discricionária do governo não pode deixar de ser vivamente criticado. E faz regressar o financiamento do ensino superior, quer pelo seu carácter discricionário, quer pela sua notória insuficiência para cobrir as simples despesas normais de funcionamento das escolas, ao período que mais negativamente caracterizou as políticas economicistas dos governos anteriores.

A situação real por Faculdade e Escola é ainda mais grave do que os montantes globais por Universidade permitem supor. Tal resulta da diversidade de situações

entre Universidades (as Universidades dos Açores e da Madeira têm ainda um tratamento diferenciado, em virtude de só em 1996 terem passado a ser financiadas pelo Ministério da Educação) e dentro de cada Universidade entre Faculdades e Escolas.

A redução do orçamento por força do «corte proporcional» agrava o peso dos encargos fixos em despesas de pessoal com duas consequências perversas: reduz o orçamento disponível para o desenvolvimento das actividades de ensino, por um lado; e, por outro, limita a capacidade de recrutamento de docentes por parte de instituições, ainda que o número de docentes seja inferior ao respectivo número de docentes padrão, seja por falta de cabimento orçamental, seja por força da regulamentação sobre tal estabelecida pelo despacho ministerial de descongelamento do recrutamento de pessoal docente.

Em matérias de detalhe, mas relevantes, importa ainda anotar:

- o aumento do peso do financiamento oriundo do Fundo Social Europeu no orçamento de funcionamento, o que é gravoso pelas dificuldades processuais e pelos atrasos inerentes ao acesso a esse Fundo, tornando crítica a gestão orçamental em algumas escolas;

- a falta de financiamento explícito dos encargos com formação de pessoal docente e funcionários, continuando tais acções dependentes de financiamentos aleatórios e com os inconvenientes inerentes ao acesso ao FSE, como referido no ponto anterior;

- a não consideração dos encargos com a auto-avaliação, não obstante a sua importância e a imposição da lei, tendo que ser suportados em prejuízo das actividades de ensino;

- a não actualização dos encargos com a saúde suportados pelas instituições.

A Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP não pode deixar de anotar de forma extremamente crítica que o actual governo prossiga uma política de subfinanciamento do ensino superior público. E que, nestas condições, a resolução de muitos dos problemas que se colocam neste grau de ensino e a indispensável elevação da sua qualidade fiquem gravemente comprometidas. Acresce que esse subfinanciamento ainda é mais expressivo, se se atender ao facto do Governo - em sentido contrário aos compromissos eleitorais do PS de progressiva eliminação dos numerus clausus no acesso ao ensino superior público - não estar a proceder a uma efectiva expansão do ensino público. E de continuar, na linha do cavaquismo, a promover a expansão do ensino privado, ao qual um número cada vez maior de estudantes e com custos muito acrescidos se vê obrigado a recorrer para poder prosseguir os seus estudos.

22 de Outubro de 1996

A Comissão Nacional
do Ensino Superior do PCP

UNIÃO EUROPEIA

Orçamento da UE para 1997

O imposto da Moeda Única

O Parlamento Europeu, reunido em sessão plenária em Estrasburgo, vota hoje a primeira leitura do projecto de orçamento geral das Comunidades Europeias para 1997.

O orçamento deste ano proposto pelo Conselho foi discutido e votado entre os dias 8 e 11 de Outubro na Comissão de Orçamentos do PE, através do relatório do liberal holandês Brinkhorst. As principais características deste documento são a sua austeridade e rigor, pois assume como principal objectivo ser um exemplo para os orçamentos dos Estados-membros, numa altura em que estes se esforçam por manter os compromissos quanto à introdução da moeda única e o esforço de convergência nominal.

Assim, o orçamento proposto pelo Conselho apresenta cortes na ordem dos 2,6 mil milhões de ecus, principalmente nas despesas agrícolas (mil milhões de ecus), nos fundos estruturais (mil milhões de ecus), nas políticas sociais, de saúde, da cultura e da juventude.

A questão dos fundos estruturais reveste-se de particular importância pois o montante do corte irá causar estrangulamentos financeiros para os próximos anos de execução dos Quadros Comunitários de Apoio dos Estados-membros. Além disso, semelhante corte põe em causa a programação financeira decidida em 1992 em Edimburgo para os Fundos Estruturais. Apesar de incidirem apenas sobre os objectivos 2, 3, 4 e 5B dos fundos estruturais, só afectando Portugal nas iniciativas

comunitárias (INTERREG, REPEX, LIDER II, etc.). No entanto, fica aberto o precedente.

Foi o que aconteceu aquando da discussão do documento na Comissão de Orçamentos. O relator Brinkhorst, juntamente com outras propostas de deputados holandeses (que propunham cortes nos Fundos Estruturais na ordem dos 2 mil milhões de ecus), apresentou propostas para que os cortes fossem lineares e abrangessem todos os objectivos, ou seja, incluindo o objectivo 1 de importância vital para Portugal.

Por iniciativa do deputado do PCP, Joaquim Miranda, e em nome do Grupo Confederal de Esquerda do Parlamento Europeu, apresentou-se uma alteração com o objectivo de repor os montantes alvo de corte, proposta que teve o



O orçamento da UE para 1997 propõe cortes de 2,6 milhões de ecus. Um sinal de mais cortes em questões sociais

apoio de algumas comissões especializadas (como a Comissão Regional e a Comissão Social), assim como de outros deputados, principalmente dos Grupos Socialista e Verde. A alteração acabou por ser rejeitada por 19 votos contra 17. Esta alteração volta a ser apresentada na presente sessão plenária, onde poderá alcançar a maioria dos votos, o que constituiria um vitória importante.

Ainda por iniciativa do deputado do PCP foram apresentadas várias alterações específicas ao Orçamento para 1997, muitas das quais foram

aprovadas e com algum significado para Portugal. O facto de as mesmas propostas terem sido aprovadas anteriormente na reunião da Comissão de Orçamentos quase que garante a sua aprovação hoje, em plenário. Assim, foram aprovadas alterações no sentido de suportar as associações de imigrantes e campanhas de informação sobre os direitos dos mesmos na Comunidade; o reforço das verbas para a prevenção de incêndios florestais, incluindo o subsídio a meios de combate em zonas de alto risco; o reforço das verbas para a pesca artesanal

costeira; a inclusão do financiamento comunitário sobre despesas de manutenção de centros urbanos classificados de património mundial pela Unesco, ao abrigo do programa Raphael (o que abrangerá Angra do Heroísmo, Évora e Sintra) e a inclusão da participação do Parlamento Europeu na Expo-98.

Além disso, defendeu-se a constituição de uma reserva

para as questões do emprego e o aumento de verbas para ajudar as PME europeias.

O debate orçamental encerrar-se-á em Dezembro, com o fim da segunda leitura do orçamento, sendo de prever que as redes transeuropeias, o programa específico para a Irlanda e o IV programa de investigação constituam assuntos de particular discussão entre o PE e o Conselho.

Questões à Comissão Europeia

Açores e Madeira

Os eurodeputados comunistas Honório Novo e Sérgio Ribeiro, do Grupo Confederal Esquerda Unitária, questionaram a Comissão Europeia sobre os atrasos nos pagamentos dos subsídios aos formandos dos projectos Now e Horizon, que já provocou um abaixo-assinado na freguesia de Rabo de Peixe, na ilha de S. Miguel, no arquipélago dos Açores.

Em resposta, o comissário Pádraig Flynn afirmou que «a Comissão está actualmente impossibilitada de proceder ao pagamento do saldo final relativo a estas duas iniciativas», visto as autoridades portuguesas ainda não terem enviado os pedidos de saldo completos.

A propósito das contrapartidas à insularidade e afastamento dos Açores e da Madeira, os mesmos deputados portugueses quiseram saber quais as acções concretas desenvolvidas pelo programa Poseima, nomeadamente no seu vector de artesanato (bordados, tapeçaria, cerâmica e vimes), e se este foi encerrado ou se é possível a sua prorrogação.

A comissária Wulf-Mathies declarou que «medidas houve que foram financiadas nos domínios da formação profissional, do acesso e da utilização das novas tecnologias, bem como do acesso aos novos mercados», acrescentando que este vector específico possui 6 milhões de ecus de verbas.

Quanto à sua continuidade, a Comissão Europeia considera que são suficientes os novos programas operacionais integrados no quadro de apoio de Portugal para o período até 1999.

Agricultura

Honório Novo requereu à Comissão Europeia um suporte ou comparticipação nos custos que Portugal está a suportar sozinho para controlar e erradicar a doença nas batatas provocada por uma bactéria com origem na Holanda. O nosso país introduziu não apenas as medidas específicas ditadas pela Comissão, mas também medidas nacionais adicionais para a protecção fitossanitária.

«Este é um problema que teve origem em produtos agrícolas reconhecida e comprovadamente originários de um Estado-membro. Assim, e à semelhança de outras situações do mesmo tipo, é inquestionável tratar-se de uma questão para cuja resolução devem ser accionados mecanismos comuns de solidariedade financeira», defende o eurodeputado.

Pesca

Noutra pergunta à Comissão, desta vez sobre os acordos de pesca entre a UE e Marrocos, o eurodeputado comunista procurou saber qual o período de paragem biológica em vigor e se estão previstas ajudas comunitárias para os pescadores durante o repouso.

Emma Bonino, em nome da Comissão, respondeu que nenhum subsídio será distribuído, acrescentando que os critérios e condições das intervenções comunitárias prevê «a indemnização dos períodos de cessação temporária da actividade de pesca por causas excepcionais e não repetitivas».

A comissária terá por ventura esquecido que com estes acordos os pescadores portugueses são os principais visados, sendo obrigados a permanecer parados durante vários meses, sem outra opção de trabalho ou compensação de qualquer tipo.

Vem aí a publicidade comparativa

Da ordem de trabalhos da corrente sessão do Parlamento Europeu, que termina amanhã em Estrasburgo, consta um relatório que incide sobre a alteração de uma directiva sobre publicidade enganosa, no sentido de que esta passe a incluir a publicidade comparativa.

Isto é, se até agora existia um enquadramento para limitar ou regular os inevitáveis desvios enganosos da publicidade, o mesmo passa a ser alargado à publicidade comparativa. O que significa que, no findar de todo o processo, este tipo de publicidade passará a existir na União Europeia e, naturalmente, em Portugal.

Refira-se que a anterior directiva, de 1984 (!), que versava exclusivamente sobre publicidade enganosa, nunca chegou a ser adoptada pelo Estado português e o PCP foi o único partido a apresentar uma proposta legislativa nesse sentido. A proposta agora votada pelo PE é a recomendação para segunda leitura elaborada a partir de uma proposta de posição comum apresentada pelo Conselho, pelo que agora terá de regressar àquele órgão, que aceitará, ou não, as alterações do PE. Caso aceite, a proposta é aprovada e passa a esperar ratificação dos Estados-mem-

bro; caso não seja aceite, regressará ao PE para terceira leitura. Seja como for o processo está desencadeado e a discussão desenvolve-se mais em torno da forma do que do conteúdo.

Assim, as alterações propostas pelo PE vão no sentido de limar algumas arestas da proposta do Conselho. Considera-se que este tipo de publicidade «pode constituir um meio legítimo de informar os consumidores dos seus interesses», bem como «estimular a concorrência entre fornecedores de bens e serviços». Sempre, claro, no interesse do consumidor.

Proíbe-se a publicidade comparativa com recurso a bens ou serviços que constituam uma imitação ou réplica de bens ou serviços que já ostentem marca registada ou designação comercial, e que se contrarie os códigos deontológicos de certas organizações profissionais.

A proposta do Parlamento sugere ainda que os anúncios deverão ter por base ensaios comparativos levados a cabo por uma entidade «reconhecidamente isenta», sendo a sua utilização da exclusiva responsabilidade do anunciante. O que, no entanto, não passa de uma sugestão.

Apesar de a proposta de directiva ser clara ao definir que a comparação deve incidir «objectivamente sobre uma ou mais características essenciais, verificáveis e representativas» dos bens e serviços em causa (entre as quais o preço), alarga-se o campo de manobra legal para a proliferação da publicidade enganosa.

Boa ou má? É antes do mais uma questão a necessitar de debate, reflexão e análise séria das experiências já levadas a cabo em alguns países (como nos Estados Unidos, onde, além das autênticas guerras publicitárias desencadeadas e respectivos surtos criativos, pouco se sabe acerca da sua contribuição para o verdadeiro esclarecimento do consumidor).

Uma questão em torno da qual a (pouca) discussão que tem havido no nosso país tem dividido claramente publicitários e (alguns) anunciantes a favor e associações de defesa do consumidor contra.

Para mais, sem a existência em Portugal de uma legislação sobre publicidade enganosa e muito menos de uma verdadeira consciência da parte do consumidor em nome de quem, ao fim e ao cabo, tudo está a ser justificado.

INTERNACIONAL

Trabalhadores em luta «Verdes de raiva e vermelhos de cólera»

Brasil

Cerca de 53 mil famílias estão actualmente acampadas em terras ocupadas, no Brasil, tendo aumentado em mais de 15 mil nos últimos seis meses. Estes são números avançados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que advertiu que se o Governo não cumprir a promessa de instalar 60 mil famílias por ano, a tensão nos campos poderá dar lugar a graves conflitos.

«Num país onde 32 milhões de pessoas passam fome e 60 milhões não se alimenta de forma correcta, é um absurdo que a maioria das terras esteja por cultivar», declarou Neury Rosseto, membro daquela organização, citada pela Lusa.

No Brasil, metade das terras está concentrada em apenas 2 por cento dos 3 milhões de proprietários rurais.

Cuba

O embargo norte-americano a Cuba foi alvo das críticas do Vaticano que qualificou de «inaceitáveis» as sanções económicas aplicadas aos países pobres, nomeadamente as previstas na lei Helms-Burton. O cardeal Roger Etchegarray, presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz, falando na rádio do Vaticano, considerou que, quando as sanções económicas afectam «indiscriminadamente» a população civil, sobretudo a que vive em condições precárias, «é evidente que não pode justificar-se».

Rússia

A Rússia foi palco de mais uma manobra política, a semana passada. Anatoli Kulikov, ministro do Interior, acusou o general Alexander Lebed, o braço direito de Ieltsin desde as eleições presidenciais, de preparar um golpe de Estado. «Lebed tomou a decisão definitiva de avançar pela força, sem esperar pela eleição do ano 2000», afirmou Kulikov, acrescentando que o general pretende criar uma «legião russa» com 50 mil homens. Entretanto, Boris Ieltsin demitiu Lebed da sua função de secretário do Conselho de Segurança russo, substituindo-o por Ivan Rybkine, antigo presidente da Duma.

Afeganistão

A milícia islâmica dos talibans rejeitou segunda-feira uma proposta de cessar-

A Europa está em luta. Um pouco por todo o lado, os trabalhadores europeus voltaram às greves e às manifestações de rua em prol dos seus interesses. Em causa está a defesa dos postos de trabalho, de direitos há muito conquistados e agora postos em causa em nome da moeda única, a exigência de mais e melhor emprego, a consciência crescente da necessidade de justiça social. O carácter unitário destas lutas não admite redutoras classificações partidárias. Como afirmava recentemente um sindicalista belga, os trabalhadores não estão em acção para serem contabilizados em verdes e vermelhos, lutam porque estão «verdes de raiva e vermelhos de cólera».

A greve geral de quinta-feira da passada semana, em França, passou quase despercebida na imprensa nacional. E no entanto ela foi o corolário de uma série de lutas que mobilizam cada vez mais amplos sectores da sociedade. O governo de Alain Juppé tem motivos de sobra para estar preocupado.

Os jornalistas franceses cumpriram uma greve de 24 horas no dia 15, impedindo a saída de alguns dos principais jornais do país, numa acção de protesto contra planos de eliminar uma redução fiscal especial de 30 por cento.

Muitos jornais regionais foram também forçados a encerrar.

O serviço da agência noticiosa francesa AFP foi fortemente afectado, e a rádio France Info substituiu alguns serviços noticiosos por música.

Os programas noticiosos televisivos foram os menos afectados com a greve, embora a estação France 2 os tenha reduzido.

A redução fiscal agora posta em causa foi atribuída aos jornalistas em 1934, como ajuda para adquirirem o seu próprio material de trabalho. O Primeiro-Ministro Alain Juppé pretende

eliminá-la no âmbito das medidas para reduzir o défice orçamental da França, de forma a criar condições para que o país possa aderir à moeda única a partir de 1999.

Os jornalistas que cobrem os trabalhos parlamentares ameaçaram boicotar notícias sobre deputados que votem a favor da proposta governamental, que afectará ainda 115 outras profissões que beneficiam também de reduções fiscais.

Cerca de 1.000 jornalistas em greve concentraram-se terça-feira passada junto à Assembleia Nacional, quando os deputados começaram a debater o orçamento para 1997.

As reformas de Juppé deram já origem a greves e protestos em dezenas de sectores, da educação aos transportes e à indústria de defesa.

Os sindicatos consideram que a supressão desta redução fiscal, para descontos profissionais suplementares, custará um mês de salário aos jornalistas com rendimentos mais modestos.

Na segunda-feira, uma nova greve paralisou os transportes aéreos em França. A Direcção-Geral de Aviação Civil (DGAC) instaurou um serviço mínimo à

torre de controlo aéreo de Reims, garantindo metade dos sobrevoamentos e um quarto dos voos.

Espanha

Dezenas de camiões ocuparam no dia 16 de manhã as estradas de circunvalação da capital espanhola, em protesto contra a crise do sector e, nomeadamente, o aumento dos preços do gasóleo nos últimos meses.

Segundo a Federação Nacional do Transporte, citada pela Lusa, dois mil camiões concentraram-se em vários pontos dos arredores da cidade, apesar da «exagerada resposta policial dada pelas autoridades, que quiseram impedir o legítimo exercício de protesto dos camionistas».

Para evitar uma entrada maciça de camiões na capital, os agentes de trânsito instalaram controlos em todas as estradas radiais de acesso a cidade.

O movimento de protesto parece não ter impressionado o Primeiro-Ministro espanhol, José Maria Aznar, que se afirma disposto a prosseguir uma política económica de acordo com as restrições impostas pelo calendário da moeda única.

Segundo o governo espanhol, em Janeiro de 1997 terá lugar uma cimeira entre Aznar e Helmut Kohl, acordada na recente deslocação do chefe do governo espanhol à Alemanha. Na ocasião, Aznar «transmitiu ao chanceler a determinação do governo espanhol em cumprir os critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht para o acesso à moeda única, e o desejo de realizar uma conferência intergovernamental».

Bielorrússia

Entre 20.000 e 30.000 pessoas participaram sábado de manhã, em Minsk, numa marcha de protesto contra a política «ditatorial» do presidente bielorusso Alexandre Luka-



chenko, que pretende reforçar os seus poderes pessoais através da revisão constitucional em curso.

Um importante cordão policial, que não incluía forças antimotim, enquadrava a marcha, que tinha sido proibida.

Os polícias limitavam-se a apelar aos manifestantes a que tomassem o autocarro ou o metropolitano para seguirem directamente para a praça da Comuna de Paris, destino final do cortejo, onde estava autorizada a realização de uma concentração. Apesar destes apelos, a multidão prosseguiu a marcha, sem incidentes.

Alemanha

A braços com a maior contestação social de todos os tempos, devido ao plano de redução drástica dos subsídios sociais, o chanceler alemão, Helmut Kohl, desdobra-se em declarações para justificar a sua política.

Em entrevista publicada há dias no quotidiano alemão «Hannovershen Allgemeinen Zeitung», Helmut Kohl prevê reduzir para metade o desemprego no país até ao ano 2000 e calcula que o crescimento económico da Alemanha alcançará os 2,5 por cento em 1997. Assi-

Cinquenta pobres por minuto

A cada minuto que passa, 47 pessoas mergulham na pobreza. Segundo dados fornecidos pela ONU por ocasião do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza, assinalado na quinta-feira passada, o número das pessoas que têm apenas um dólar por dia para viver aumenta em 25 milhões de pessoas por ano, a que se juntam 1.300 milhões de pessoas que dispõem um pouco mais do que esse valor diário, definido como o limiar da pobreza extrema.

Apesar da riqueza mundial ter sido multiplicada por sete nos últimos 50 anos, a diferença de rendimentos entre o quinto da população mundial mais rica e o quinto mais pobre duplicou entre 1960 e 1991: o rendimento médio dos primeiros é 61 vezes superior ao dos segundos contra 30 vezes há 30 anos.

Mas os números não se ficam por aqui e os exemplos que ilustram a

actual situação no mundo são muitos: os 50 países mais pobres contam 20 por cento da população e partilham menos de dois por cento do rendimento mundial, enquanto os 20 por cento mais favorecidos recebem 83 por cento do rendimento mundial.

A pobreza está em todo o lado e nos países do Norte, os ditos desenvolvidos, contam-se já 100 milhões de pobres.

Mais dados: cem milhões de pessoas não têm onde morar, e dessas mais de 5 milhões pertencem aos países industrializados. Os números referentes ao desemprego são igualmente assustadores: 120 milhões de desempregados, dos quais 35 milhões no Norte do planeta.

«A pobreza já não pára nas fronteiras nacionais, mundializou-se. Ultrapassa as fronteiras sem passaporte através da droga, das doenças, da poluição, das migrações, do terroris-

mo e da instabilidade política», declarou Mahbub ul Haq, conselheiro especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, citado pela agência Lusa.

James Gustave Speth, o administrador do programa, nota que «à força de insistir nas políticas macroeconómicas, obteve-se um crescimento coxo, desequilibrado e que não é viável do ponto de vista ecológico». Speth apelou à comunidade internacional que invente uma nova forma de cooperação que compreenda o sector privado e a sociedade civil e que inclua nos seus programas a assistência ao desenvolvimento, o comércio, a gestão da dívida, o investimento e a tecnologia.

Butros Ghali, no mesmo dia, sublinhou estas declarações acrescentando que as maiores necessidades sentem-se no continente africano. E lembrou: «na Conferência Mundial sobre

Desenvolvimento Social, 117 chefes de Estado acordaram num método integrado de erradicação de pobreza, baseado no conceito de parceria, tanto no interior das sociedades, como entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento.»

«São necessárias novas políticas a todos os níveis», afirmou o secretário-geral da ONU, acrescentando que «há uma necessidade imperiosa de reconhecer que os pobres podem ser parceiros fundamentais no processo de desenvolvimento e que o investimento nas pessoas é o caminho mais seguro para um desenvolvimento duradouro».

Contudo e apesar deste cenário, as Nações Unidas nota que nos países do Sul a esperança de vida aumentou 17 anos nos últimos 30 anos, dos 46 para os 63 anos. A mortalidade infantil diminuiu para metade e a taxa de escolarização cresceu 50 por cento.

INTERNACIONAL



Dezenas de milhares e trabalhadores de diferentes sectores sociais manifestam-se em França contra a política do governo Juppé

A Marcha Branca que levou a Bruxelas 300000 pessoas reclamando justiça é um importante sinal da tomada de consciência social da necessidade de alterar um sistema corrupto onde tudo se vende e tudo se compra

nalando que a meta para a redução para metade do desemprego nos próximos quatro anos «foi acordada nas rondas negociais entre o Governo, empresários e sindicatos», e fazendo tábua rasa da denúncia do acordo pelo patronato e aumento constante do desemprego que se está a verificar no país, Kohl garante que o crescimento da economia não é a única forma de combate ao desemprego, defendendo como igualmente importante a criação de novas empresas. O que não se verifica, de resto.

«É necessário apostar em gente jovem e implementar o número de empregos com meio período de trabalho por dia», diz Helmut Kohl, que acusa a oposição social-democrata de seguir, na Câmara alta do Parlamento, dominada pelo SPD, uma política de bloqueio ao Governo.

Bélgica

Centenas de milhar de pessoas continuam a manifestar-se na Bélgica exigindo do governo

medidas eficazes contra a corrupção, designadamente uma «limpeza» do sistema judicial, considerado inepto e corrupto por um cada vez maior número de pessoas.

A manifestação pacífica de 300 000 pessoas, no domingo, não diminuiu os receios da possibilidade de eclosão de movimentos de revolta.

O movimento social, despoletado pela descoberta da rede de pedofilia e pornografia infantil, ganhou ainda maior amplitude com o afastamento do juiz Connerotte, responsável pelo caso «Dutroux».

O magistrado foi destituído por alegada parcialidade, após

ter participado num jantar de solidariedade com os pais de Julie e Melissa, duas das crianças encontradas mortas, no Verão, em casa de Marc Dutroux, que se encontra sob prisão enquanto prosseguem as buscas para encontrar mais corpos e continua o inquérito de um processo cujos contornos são ainda indefinidos.

Os rumores sobre a existência de uma ou de várias redes de pedofilia e pornografia infantil envolvendo membros da elite belga, incluindo políticos, são cada vez mais fortes.

Após o anúncio da decisão do Supremo, a maioria das famílias anunciou a intenção de se opor, numa atitude que motivou uma onda de apoio em toda a Bélgica.

Greves e manifestações de apoio desencadearam-se por todo o país, ao longo dos últimos dias.

Os condutores de autocarros dos Transportes Colectivos da Valónia decidiram fazer uma greve de um dia em Charleroi (sul), Namur (sul) e na província do Luxemburgo (sueste).

Em Charleroi, cerca de 500 trabalhadores do grupo siderúrgico FAFER, em greve durante a manhã, manifestaram-se em frente do Palácio da Justiça e deslocaram-se em seguida, simbolicamente, junto a uma casa

de Marcinelle, nos arredores da cidade, onde Marc Dutroux sequestrou as suas vítimas.

Em Antuérpia, no norte, registaram-se vários incidentes durante uma manifestação de apoio ao juiz Jean-Marc Connerotte.

Várias pessoas que se introduziram num cortejo de algumas centenas de estudantes concentrados frente ao Palácio da Justiça da cidade lançaram ovos e projecteis contra a fachada do edifício, quebrando alguns vidros.

Foram igualmente ateados alguns fogos na rua, rapidamente extintos pelos bombeiros.

Alguns manifestantes conseguiram penetrar no interior do Palácio da Justiça, de onde foram imediatamente expulsos pela força.

Em Bruxelas, cerca de 700 trabalhadores de uma fábrica do construtor de automóveis Volkswagen em Forest, uma das 19 comunas da capital belga, manifestaram-se frente ao Palácio da Justiça. Os cerca de 2.000 trabalhadores desta fábrica iniciaram uma greve espontânea, após a decisão do Supremo de afastar o juiz Connerotte.

Entretanto, os bombeiros de Liège lavaram à agulheta o Palácio da Justiça da cidade,

igualmente em sinal de protesto pelo afastamento do juiz de instrução Jean-Marc Connerotte do caso Dutroux.

Todas as fachadas do edifício foram literalmente bombardeadas com as agulhetas de incêndio «para mostrar que a justiça precisa de uma boa varredela».

Antes, veículos dos bombeiros com as sirenes ligadas circularam pelas principais ruas da cidade, enquanto trabalhadores das várias empresas da região se concentravam frente ao palácio. Em Gand, cerca de 250 trabalhadores da fábrica de montagem da Volvo efectuaram uma greve espontânea.

Sobejam motivos para os belgas estarem «verdes de raiva e vermelhos de cólera». Pela terrível descoberta dos podres de uma sociedade que nem sequer se mostra capaz de proteger as crianças, mas também, e sobretudo, pelo reconhecimento de um sistema que «engendra monstros».

O que se passa na Bélgica não é, lamentavelmente, exclusivo daquele país. Como afirmava um dirigente sindical, «a nossa sociedade descobre com horror o que muitos sabiam e o que uma minoria há muito denunciava pregando no deserto. Um sistema económico onde o reino do dinheiro-rei e do dinheiro louco permite tudo vender e tudo comprar, um sistema económico onde já ninguém escapa à mercantilização desenfreada, incluindo o comércio de crianças e de seres humanos. Um sistema que ontem se chamava capitalismo e que hoje se chama pudicamente de economia de mercado».

Comunistas sobem no Japão

O Partido Comunista do Japão conseguiu praticamente dobrar os seus votos nas eleições legislativas, realizadas no domingo, alcançando 13,8 por cento.

Os comunistas conseguiram eleger 26 lugares, o que representa um grande aumento a partir dos 15 lugares que já possuíam na Casa dos Representantes. Em números absolutos, passaram de 4,83 milhões de votos para 7,26 milhões.

«A política pode mudar, se a população fizer ouvir a sua voz. Vamos pôr a política nas vossas mãos.» Este foi a direcção do discurso dos dirigentes do PCJ na campanha eleitoral, dirigido a todos os que se

encontram descontentes com a política neoliberal do Governo. O resultado eleitoral é o primeiro sinal dos eleitores, apontando nessa direcção.

Se o processo eleitoral se baseasse no sistema de representação proporcional reflectindo a verdadeira vontade da população, os comunistas teriam alcançado mais de 60 lugares.

«Quando este sistema eleitoral foi introduzido, o PCJ afirmou que não existe nenhum sistema capaz de desfazer a ligação e anular a união entre o partido e o povo. Os grandes resultados destas eleições provam eloquentemente este facto.

Por motivo deste grande sucesso eleitoral, o Secretaria-

do do Comité Central do PCP enviou ao Partido Comunista Japonês uma mensagem com os melhores votos de «novos sucessos na actividade do vosso Partido em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo do Japão, pela democracia, a paz, a independência nacional e o socialismo».

Nicarágua

O candidato da Aliança Liberal, Arnoldo Aleman, venceu as eleições presidenciais da Nicarágua com 48,65 por cento dos votos contra 39,58 por cento para o candidato da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Daniel Ortega.

Dirigindo-se a militantes reunidos na sede do seu partido, Aleman convidou as restantes forças políticas a unirem esforços e esquecerem o passado para construir um novo país. Anunciou ainda a intenção de formar um governo nacional com todos as forças vivas do país - conservadores, sociais-democratas, sandinistas, comunistas.

O eurodeputado do PCP, Honório Novo, foi um dos observadores da missão do Parlamento Europeu que se deslocou a Manágua, no fim-de-semana, com o objectivo de acompanhar o desenrolar do acto eleitoral.

-fogo do general Dostam, leal ao presidente Burhanuddin Rabbani, deposto há algumas semanas. «Não chegámos a um compromisso sobre as propostas de paz», indicou um porta-voz do general Dostam. As negociações continuam, entretanto, esperando-se que os talibans dêem uma resposta nos próximos dias. Em discussão está a troca de prisioneiros, a evacuação de Cabul por todas as forças armadas e a criação de uma força militar reunindo todas as facções afegãs em confronto.

Guatemala

A primeira ronda de negociações sobre as «Bases para a reinserção da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca na vida política do país» terminaram na sexta-feira, na cidade do México. As delegações do governo e da guerrilha da Guatemala, sob a mediação das Nações Unidas, levam a cabo esta iniciativa para pôr termo ao conflito mais antigo da América Central e que em 36 anos de guerra já matou mais de 150 mil pessoas, provocou 40 mil desaparecidos e um milhão de deslocados. Estas negociações, iniciadas há cinco anos, tratam dos aspectos sociais, económicos, políticos e de segurança ligados à reintrodução dos membros da URNG na sociedade civil daquele país após a assinatura do acordo de paz final, previsto para o fim deste ano.

Timor-Leste

José Ramos Horta, o recente prémio Nobel da Paz, em entrevista à revista norte-americana *Newsweek*, exigiu à comunidade internacional o fim da venda de armas e instrumentos de tortura à Indonésia, até porque estes equipamentos não são para assegurar a sua segurança exterior, pois este país «nunca teve uma ameaça externa». Para o dirigente maubere, o regime de Elias Suharto tem de iniciar dois processos de diálogo paralelos: um com o movimento interno pela democracia e outro com os timorenses, nomeadamente com Xanana Gusmão e com o bispo de Díli, Ximenes Belo. As vozes que se levantam pela liberdade do povo de Timor-Leste multiplicam-se. Na Austrália, o único país que até agora reconhecia a soberania da Indonésia sobre Timor-Leste, o senado aprovou uma moção pela autodeterminação do território.

Sindicatos de Lisboa preparam jornada de dia 30

As lutas estão aí

Para a próxima quarta-feira está convocada uma manifestação de trabalhadores do distrito de Lisboa. No dia seguinte realiza-se uma jornada pelo emprego em Évora. Hoje tem lugar um plenário nacional da Administração Pública. Outras lutas estão em curso em empresas e sectores, nomeadamente em torno de processos de revisão da contratação colectiva ou pela defesa do emprego justamente remunerado e com garantia dos direitos consagrados. As lutas dos trabalhadores estão na ordem do dia e saltam aos olhos da opinião pública e até dos menos atentos observadores. Na União dos Sindicatos de Lisboa procurámos saber o que levou à decisão de avançar para uma acção a nível distrital. Com João Torrado, dirigente da USL/CGTP-IN, falámos ainda sobre o modo como se prepara uma manifestação desta envergadura.

Decisão que se pretenda levar à prática não pode ser tomada de ânimo leve, o que é tanto mais verdadeiro quanto a organização de uma jornada de luta de nível distrital necessita envolver centenas de dirigentes e activistas das diferentes estruturas representativas, tendo por objectivo conseguir uma larga mobilização dos trabalhadores. Em Julho, o Conselho Nacional da CGTP analisou as propostas surgidas na Concertação e sublinhou a necessidade de informar e esclarecer os trabalhadores acerca dos propósitos do Governo e do patronato. A partir desta altura, as estruturas da USL avançaram para a discussão com os trabalhadores, divulgando também as reivindicações da CGTP.

O único caminho

A decisão de levar a cabo uma acção com impacte público no final de Outubro foi tomada no encontro de organizações representativas de trabalhadores do distrito de Lisboa, realizado a 12 de Setembro. As propostas da CGTP foram consideradas justas, em oposição à repetida *cassette* da desregulamentação das relações laborais (a flexibilidade e a polivalência) e da contenção salarial. Como «os trabalhadores nunca conseguiram nada sem luta», nota João Torrado, as ORTs resolveram «dar suporte de acção» às posições da *Inter* e «trazê-las para a opinião pública». Também pesou na decisão o claro agravamento da situação social, devido à manutenção das velhas políticas nas áreas que têm a ver

com o estado da economia e a situação dos trabalhadores.

Um levantamento feito pela USL e citado por aquele sindicalista mostra que, no período entre Agosto de 1995 e Agosto de 1996 se registaram, no distrito de Lisboa, mais 22188 desempregados; nessa altura, das 130 empresas mais importantes havia 44 com salários em atraso; devido a encerramentos ou falências, 90 empresas de 10 sectores estavam a dever aos seus trabalhadores mais de 3 milhões de contos.

A par das lutas que vão despoletando em algumas empresas, casos gritantes de denúncia da situação laboral e social são trazidos a público nos encontros concelhios sobre o emprego e os direitos sociais dos trabalhadores, realizados já em Outubro na Amadora, em Sintra e na Parede (concelhos de Oeiras e Cascais).

Igualmente integrados na comemoração dos 26 anos da CGTP, realizam-se diversos plenários de empresa. Para alertar a opinião pública, a comunicação social é convidada a acompanhar Carvalho da Silva numa deslocação à Casa Hipólito, à central do Carregado da CPPE/EDP e aos bares e restaurantes do Aeroporto da Portela. Também se dirigem à opinião pública os trabalhadores da Administração Pública, da Carris, ferroviários, da Siemens... No calendário dos sindicatos surgem plenários de delegados (como no comércio, nos metalúrgicos, na Função Pública, na hotelaria, na CML). Em



Sem salário há 3 meses, os trabalhadores da Casa Hipólito decidiram no dia 16 continuar a luta pelo pagamento das remunerações e pela viabilização de empresa, marcando logo ali um desfile pelas ruas de Torres Vedras no dia 18. A viabilidade da Casa Hipólito foi já reconhecida pelo Governo, mas a administração e o Conselho Geral da empresa não tomam medidas para que seja adquirida a matéria-prima necessária à retoma do trabalho para satisfação das encomendas existentes, tal como não responde às propostas dos trabalhadores sobre a liquidação faseada dos salários em atraso. Uma resolução aprovada neste plenário exige mesmo que, perante a atitude da administração, «o Governo se responsabilize pela disponibilização dos meios financeiros para que a empresa continue a produzir, enquanto decorrem as mudanças processuais relacionadas com o plano de recuperação aprovado em Tribunal em Novembro de 1987».

vos que vão levar os trabalhadores ao Jardim de São Pedro de Alcântara.

O sucesso da jornada de luta depende de uma elevada consciência dos trabalhadores quanto à necessidade de acção e luta, exige o empenhamento dos quadros e activistas, requer de cada um a dispo-

ibilidade até para suportar os custos imediatos da participação na manifestação. A medida exacta deste sucesso vai ser confirmada na próxima quarta-feira.

DM

MAIS
Emprego
Salário
 Protecção
 Social
CONCENTRAÇÃO
30
Outubro 15h30
Jardim S. Pedro Alcântara
USL/CGTP



Os combates no calendário

Terça-feira, 22

Deslocam-se a Lisboa centenas de mineiros e outros moradores de Aljustrel, exigindo do Governo a reabertura da mina e a concretização das anunciadas medidas de desenvolvimento económico do concelho.

Docentes e investigadores do Ensino Superior reúnem em Lisboa, apoiando a exigência de abertura imediata de negociações apresentada pela Plataforma Reivindicativa Comum.

Ontem

Jornada nacional de informação da CGTP-IN, reclamando a aplicação da semana de 40 horas a partir de 1 de Dezembro e alertando para a necessidade de respeitar rigorosamente a legislação sobre flexibilidade e polivalência.

Hoje

Plenário nacional da Administração Pública, às 14.30 horas, no Coliseu de Lisboa, para debater a resposta dos trabalhadores à proposta «provocatória» do Governo sobre os aumentos salariais para 1997.

Dia 30

Concentração, convocada pela União dos Sindicatos de Lisboa, às 15.30 horas, no Jardim de S. Pedro de Alcântara, seguida de desfile até à Assembleia da República, passando pelo Largo do Rato. A este desfile juntam-se os participantes na concentração de reformados, convocada para o Jardim do Príncipe Real.

Dia 31

Marcha-caravana pelo emprego e desenvolvimento do Alentejo, promovida pela União dos Sindicatos de Évora.

CONCENTRAÇÃO: 30 OUTUBRO, 15H30 - JARDIM DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

MELHORES SALÁRIOS EM 1997

As desigualdades sociais no nosso país têm aumentado brutalmente. Apenas 10% da população detêm quase metade de toda a riqueza do país.

Os preços em Portugal são iguais ou superiores aos praticados nos outros países europeus, mas os nossos salários mantêm-se muito abaixo da média comunitária. O princípio constitucional de salário igual para trabalho igual é cada vez mais desrespeitado nas empresas portuguesas. Os impostos penalizam sobretudo os trabalhadores, sendo responsáveis por uma diminuição de poder de compra dos salários de 0,5% ao ano entre 1990 e 1995.

Esta situação tem que começar a ser invertida já em 1997. Por isso, a CGTP-IN reivindica:

salário mínimo nacional= 60 000\$00
sem discriminações dos trabalhadores entre os 18 e os 25 anos

aumento significativo dos salários reais
tendo em conta a inflação, a produtividade, a repartição do rendimento e a necessidade de aproximação dos nossos salários à média comunitária

estabilidade dos salários
valorizando o salário base e a parte estável da componente variável e garantindo salário igual para o trabalho igual

dasagravamento dos impostos
sobre os rendimentos do trabalho, através de:
■ substituição no IRS dos abatimentos ao rendimento por deduções colectivas por forma a assegurar maior progressividade nos impostos
■ reformulação e alargamento do número de escalões do IRS
■ aumento da dedução por rendimentos do trabalho
■ actualização adequada dos benefícios de natureza social.

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

Grande receptividade

João Torrado afirma, sem hesitações, que se tem notado «uma grande receptividade» dos trabalhadores às posições da CGTP: «A medida que vão conhecendo as propostas da central, melhor as vão interiorizando como suas; à medida que vão conhecendo os propósitos do patronato e do Governo, mais disponibilidade vêm demonstrando para a luta».

No decorrer da conversa, chega a notícia de que cerca de 300 trabalhadores das oficinas da Câmara Municipal de Lisboa, em plenário realizado segunda-feira no Teatro Aberto, declararam a sua intenção de participar na jornada de dia 30.

Para possibilitar a presença dos trabalhadores do distrito na manifestação, foi necessário recorrer à figura do pré-aviso de greve ou à marcação de plenários para quarta-feira à tarde. Nas instalações sindicais organizam-se transportes, pintam-se panos e preparam-se outras formas de expressão dos moti-



A vitória dos trabalhadores dos bares e restaurantes é um forte estímulo para a continuação da luta no Aeroporto de Lisboa

Quem luta consegue

A ideia de que quem luta nem sempre vence, mas quem não luta está condenado à derrota é várias vezes ouvida em reuniões de sindicatos e de comissões de trabalhadores, surge aqui e ali na imprensa sindical e é confirmada repetidamente em casos concretos. Referimos aqui apenas três destes casos, que mais recentemente chegaram ao conhecimento da nossa Redacção.

Direitos garantidos no Aeroporto de Lisboa

Após uma luta de quatro meses, que culminou com uma greve de fome, os trabalhadores dos restaurantes e bares do Aeroporto da Portela conseguiram alcançar os seus objectivos e estão hoje a trabalhar de acordo com as suas funções profissionais, segundo os horários estabelecidos e recebendo os salários acordados.

Foi assim que as estruturas representativas do pessoal das empresas Unitrato, Iberusa e ANA saudaram a visita do coordenador da CGTP e de outros dirigentes sindicais, na semana passada.

A demonstração de que «a luta traz resultados positivos» - como sublinhavam no documento distribuído aos jornalistas - somaram a «firme disposição de continuar a luta» em defesa dos direitos e contra a «repressão mais refinada» nas empresas Mourão da Costa Campos, Caterair e Cateringpor.

Sindicalista readmitido no Hotel Eurosol

O Tribunal de Relação de Coimbra condenou o Hotel Eurosol a reintegrar Américo Agostinho Soares da Rita, despedido em Junho de 1994, sem prejuízo da classificação e antiguidade profissional e com pagamento das retribuições que aquele trabalhador deixou de auferir desde aquela data.

O dirigente do Sindicato da Hotelaria do Centro e da União dos Sindicatos de Leiria trabalhava no Eurosol como chefe de *snack-bar*, mas «foi de tal forma vítima de perseguição e repressão patronal pelo facto de ser sindicalista, que a gerência do hotel o retirou das suas funções e o colocou a desempenhar serviços de limpeza e jardinagem» - recordam aquelas estruturas sindicais.

Depois de 5 meses a cumprir aquelas tarefas, o sindicalista informou os superiores hierárquicos de que, como a situação se arrastava, iria apresentar-se no *snack-restaurant*, para retomar as funções correspondentes à sua categoria profissional. «Foi este o motivo invocado para o seu despedimento», informam a união e o sindicato.

O desfecho deste processo «é um exemplo visível de que os direitos dos trabalhadores se defendem quando efectivamente são exercidos», comentam as estruturas sindicais de que Américo Rita é dirigente.

Telecom vencida mas não convencida

Os responsáveis da Portugal Telecom decidiram considerar como justificadas as faltas dadas pelos trabalhadores para poderem participar nos plenários gerais de 31 de Janeiro e 17 de Fevereiro do ano passado. Ao anunciar esta decisão, a Comissão de Trabalhadores considerou-a «muito importante» para os lesados, não só pelos valores envolvidos, mas também pela reposição da antiguidade na categoria.

Só que «o caso ainda não fica totalmente resolvido», ressalva a CT na nota informativa que divulgou dia 10. O problema está na resposta da gestão da PT, onde é dito que a decisão da administração foi tomada «a título absolutamente excepcional»; esta consideração, afirma a CT, «não se ajusta ao articulado da Lei 46/79 no que ao direito de realizar plenários gerais ela consagra».

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom declara que não vai abrir mão do processo que se encontra nos tribunais, aguardando «o mais rapidamente possível» uma decisão do juiz.

EM FOCO

A situação internacional

A luta pela superação revolucionária



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

A situação internacional constitui

o primeiro capítulo das Teses que agora

estão em debate nas organizações do Partido e foi tema da conversa para a qual o «Avante!» convidou esta semana os camaradas Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, José Casanova, da Comissão Política, Carlos Aboim Inglez e Aurélio Santos, ambos da Comissão Central de Controlo.

A situação internacional analisada nas Teses é bastante diferente daquela que há quatro anos o anterior Congresso caracterizou. Porquê o desenvolvimento tão aprofundado da análise do capitalismo na actualidade?

Albano Nunes (A.N.) - As Teses sublinham particularmente a importância do desenvolvimento da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos contra a ofensiva do grande capital. Verificamos que nos países capitalistas desenvolvidos, nos países ex-socialistas do Leste da Europa e nos países do Terceiro Mundo, se desenvolve esta resistência e esta luta. Apesar do enfraquecimento do conjunto das forças progressistas e em particular do movimento comunista e revolucionário, assiste-se também a sintomas de recuperação. E o desenvolvimento da situação confirma a necessidade dos partidos comunistas e de outras forças revolucionárias para a defesa dos interesses dos trabalhadores e como exigência da transformação progressista da sociedade.

As Teses sublinham que estes quatro anos confirmaram que o capitalismo não é o "fim da História", que os seus limites históricos se tornaram mais patentes, que se coloca hoje na ordem do dia a luta pela superação revolucionária do capitalismo como alternativa às tremendas regressões que o neoliberalismo e a ofensiva do grande capital estão a provocar, e como forma de impedir o desastre para a própria Humanidade que uma tal política comporta.

Carlos Aboim Inglez (C.A.I.) - Porquê uma atenção tão detalhada à situação do capitalismo? Podemos dar duas ordens de razões: porque entretanto desapareceu a URSS e os países socialistas do Leste da Europa e portanto o mundo hoje é outro. Depois, porque o projecto por que lutamos não é apenas um mero ideal construído por mentes iluminadas, é fruto do próprio desenvolvimento da luta e transformação do existente. E o existente hoje dominante é o capitalismo. É a partir da análise das contradições do capitalismo que podemos buscar as vias de uma alternativa revolucionária.

José Casanova (J.C.) - Há a ideia de que é demasiado pessimista a apreciação do que é o capitalismo hoje, e há também a ideia de que há uma análise excessivamente optimista no que respeita às possibilidades de superação revolucionária do capitalismo. Estas apreciações reflectem a complexidade da situação em que vivemos. Um tempo cheio de contradições, que nos mostrou o fracasso de uma experiência que consubstan-

ciava o sonho mais ambicioso da Humanidade, mas em que já vimos uma nesga do futuro pelo qual lutamos. Um tempo de graves regressões civilizacionais, de inversão de valores, de imposição do egoísmo, do individualismo, das relações desumanizadas, mas um tempo em que nós, comunistas, somos os principais portadores dos mais importantes valores humanos - da fraternidade, da solidariedade, da justiça social. Vivemos um tempo que precisa de nós, da nossa inteligência, da nossa capacidade, da nossa disponibilidade, do nosso conhecimento, do nosso saber, da nossa coragem. E que nos coloca a responsabilidade, que assumimos, de resistir. Fazendo da resistência caminhos para o futuro.

As Teses falam da incapacidade de o capitalismo dar soluções aos problemas da Humanidade. E das contradições do próprio sistema. Faz sentido falar de uma crise do capitalismo?

C.A.I. - Há um fio condutor que percorre todas as Teses neste capítulo, que é a verificação da contradição maior que hoje impede o progresso e o maior bem-estar da Humanidade. Essa contradição reside no contraste, por um lado, entre as enormes potencialidades abertas com a revolução científico-técnica para desenvolver as forças produtivas e assim permitir a solução progressista dos problemas que a Humanidade enfrenta. Por outro lado, a própria lógica das relações de produção capitalista, a busca do máximo lucro. Essa lógica trava e distorce o aproveitamento das potencialidades, conduzindo assim ao inverso daquilo que é possível e desejável hoje, a retrocessos civilizacionais.

Donde se conclui que o sistema capitalista se tornou hoje não apenas um obstáculo ao progresso social, mas mesmo uma ameaça para a Humanidade. Neste contexto, penso que é perfeitamente legítimo falar numa crise. Cujo desenlace não é algo de mecânico...

J.C. - Constatar a existência de uma crise do capitalismo não significa que o fim do capitalismo está ali à frente...

A.N. - Aliás, o capitalismo mostrou ao longo da História uma capacidade de adaptação e recuperação surpreendente. A superação do capitalismo não resultará automaticamente das suas contradições mas da intervenção dos trabalhadores e das massas. Referindo a capacidade de adaptação revelada pelo capitalismo, é de chamar a atenção para a existência de uma política, no essencial concertada do ponto de vista estratégico, pelo grande capital e pelas grandes potências, que se traduz na criação de mecanismos supranacionais e que é virada contra os direitos dos trabalhadores e a soberania dos povos que entretanto conduz ao estreitamento da base social de apoio do próprio capitalismo.

A.S. - As contradições intrínsecas do capitalismo estão a evidenciar fortemente os seus limites históricos, a mos-

trar a sua incapacidade em resolver os problemas da sociedade humana e a contradição crescente entre a sua lei fundamental, que é a acumulação do lucro, e a satisfação das necessidades humanas. Daí a redução da sua base social e o aparecimento de contradições muito profundas. O capitalismo actual é a sociedade dos excedentes, há excedentes de produção, os meios técnicos permitem aumentos muito grandes de produção mas reduzem-se as possibilidades de consumo. E há mesmo «excedentes humanos», daí a acumulação das contradições do sistema.

C.A.I. - Quando hoje tanto se fala de *mundialização*, uma das constatações que mais chocam é ver o mundo profundamente fracturado em todas as suas dimensões sociais, à escala do Planeta, nas suas regiões mais ou menos integradas, no seio de cada país. E também no íntimo de tantos homens e mulheres que, sofrendo na sua própria carne e na sua consciência esta situação, se recusam a perder o sentido solidário do seu ser social. Este sentimento e esta consciência não é só dos comunistas, é muito mais ampla. Apenas como um exemplo, refiro o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este "desenvolvimento" que é comandado pelas grandes multinacionais, perpetua e agrava o fosso entre a riqueza e a pobreza, conduz a uma crise social insuportável. E por isso o PNUD afirma: «Este desenvolvimento não é sustentável nem merece ser sustentado.» E este sentimento que é nosso, dos comunistas, é o de muitas outras pessoas que não são comunistas.

A.S. - O capitalismo é um sistema, mas os capitalistas não são um bloco, têm profundas contradições entre si. E a força dominante dentro do capitalismo hoje é o grande capital transnacional, financeiro principalmente. Para o aumento do seu poder e dos seus lucros, além do agravamento da exploração dos trabalhadores, exige o desapossamento de outras camadas e sectores do capitalismo, com os quais entra em conflito. São os interesses deste sector do grande capital, hoje dominante, que ditam a política do sistema e são eles que produzem os efeitos mais perversos desta evolução capitalista.

C.A.I. - Pode confundir falar-se de maneira globalizante do "capital transnacional". Segundo as estatísticas, existirão cerca de 40 mil empresas transnacionais. Mas isto confunde e apaga as diferenças e contradições múltiplas que mesmo neste pequeno mundo das transnacionais existem. Porque só 200 ou 300 transnacionais valem mais que todas as outras. Basta dizer que nas 200 maiores transnacionais, as dez primeiras valem tanto como as 190 seguintes. Por sua própria natureza, os capitalistas concorrem entre si. Daí também que as suas próprias tentativas de concertação estejam pejudicadas de contradições e dificuldades.

Quais os principais resultados - sociais e outros - desta política do capitalismo?

A.N. - Enquanto, por um lado, se desmantelam as funções sociais do Estado, por outro lado verifica-se o reforço da sua componente repressiva e da sua componente militar. Isto tem que ver justamente com o agravamento de uma contradição central, entre o capital e o trabalho, e de uma outra, que é a contradição entre o centro capitalista desenvolvido e a periferia, particularmente entre o imperialismo e os povos que são sujeitos a uma dura ofensiva contra a sua soberania, com o objectivo de estender a todo o mundo o domínio do grande capital.

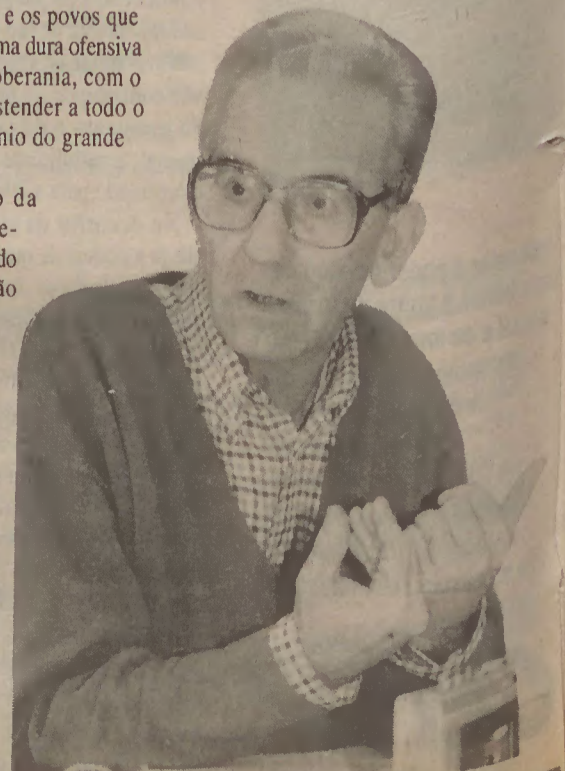
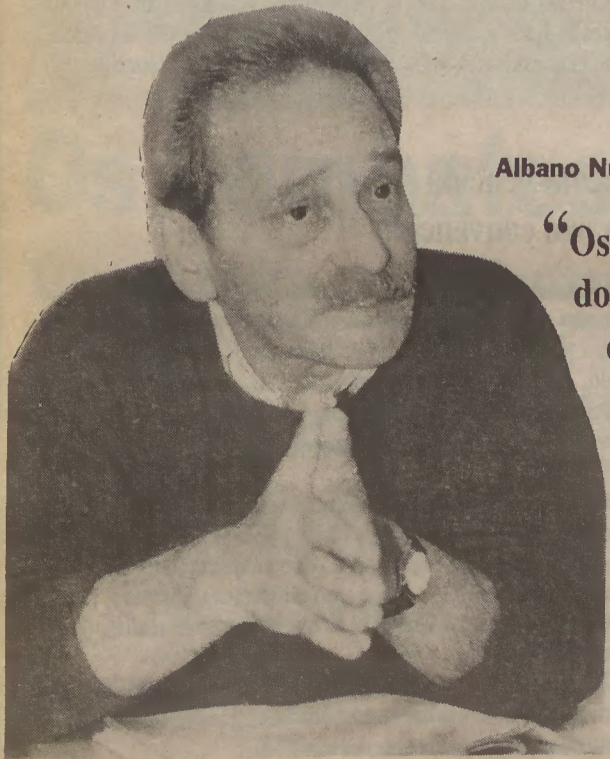
O reforço da componente repressiva do Estado e a militarização

Albano Nunes

“Os limites históricos do capitalismo são evidentes, e coloca-se na ordem do dia a luta pela sua superação revolucionária”

Carlos Aboim Inglez

“O sistema capitalista tornou-se hoje não apenas um obstáculo ao progresso social, mas mesmo uma ameaça para a Humanidade”





do capitalismo

imperialista são uma coisa lógica, se pensarmos que é inevitável o aprofundar do descontentamento, da resistência e da luta não apenas nos países capitalistas desenvolvidos, mas em todo o mundo. Um dos aspectos desta política consiste justamente no reforço das alianças militares, da NATO, do alargamento da sua área e esfera de intervenção, na criação de forças vocacionadas não para a defesa dos Estados mas para a intervenção em qualquer parte do mundo contra os trabalhadores e contra os povos.

Um outro aspecto são as consequências das políticas neoliberais dominantes: o desenvolvimento do racismo, do fascismo, do nacionalismo agressivo, em particular do fundamentalismo religioso. Isto decorre essencialmente da situação insustentável criada no plano social e da política de sujeição nacional praticada pelo imperialismo.

A.S. - Está-se de facto a assistir a passos atrás em relação a conquistas civilizacionais que se registaram neste século, designadamente com a luta pelo socialismo e com as realizações de largos sectores da Humanidade. Conseguira-se mesmo o alargamento do conceito de direitos humanos aos direitos sociais que não existiam no princípio do século. A ofensiva capitalista, para recuperar o terreno que fora obrigada a ceder, leva à perda de muitos destes direitos. Este é um ponto fulcral, onde convergem os principais traços da situação actual.

Mas a origem desta regressão social está na própria regressão das formas de organização da economia que a ofensiva capitalista, na nova correlação de forças, se permite avançar. Para isso são invocadas teorias, chamadas de neoliberalismo, que no fim de contas pretendem retirar espaços de controlo social da economia, e também retirar aspectos de intervenção das populações, para reforçar o seu controlo do poder político. Nesse sentido, a ofensiva visa também impor regressões na organização da vida democrática e é acompanhada de uma regressão cultural que visa criar condições de passividade e promover o adormecimento da actividade social através de novos ópios do povo adaptados às condições actuais.

Mas, apesar deste quadro negro, subsistem esperanças, e as Teses referem-se nomeadamente à importância da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos. E também ao papel positivo que mantêm os países que definem como orientação e objectivo construir uma sociedade socialista.

C.A.I. - Essa referência é feita no contexto em que se abordam a situação dos países capitalistas desenvolvidos, a situação no conjunto dos países da ex-URSS e do Leste da Europa, a situação no Terceiro Mundo e a situação nos países que definem como orientação e objectivo construir uma sociedade socialista. Num contexto «geo-estratégico», digamos, estão aqui abordadas as grandes áreas de resistência e luta dos trabalhadores e dos povos.

A.S. - Temos de ter em conta, no quadro actual, de qual é o papel exercido por estes países em relação ao grande problema e perigo da actualidade que é a ofensiva do grande capital internacional. Factor de contenção para o qual podem contribuir, enquadrados na luta das outras forças e dos povos contra essa ofensiva.

Mas ainda em relação a estes países, creio que não é sobre a questão do seu modelo, da forma organizada do seu sistema político, que as Teses se pronunciam. Nós temos a nossa própria visão do socialismo e apresentamo-la e também manifestamos algumas preocupações por alguns aspectos que existem nesses países. Mas não podemos ver de uma forma idealizada, "como gostaríamos que fossem", todas as frentes e todas as forças que lutam por uma outra forma de organização da sociedade humana. Fala-se, por exemplo, muito em direitos humanos, que é sem dúvida uma questão muito importante. Mas não podemos deixar acriticamente que essa questão se transforme em alibi, nem deixar de mostrar a contradição, pelo silêncio, sobre a gritante violação desses direitos nos países que reivindicam para si a designação de serem os únicos países democráticos...

J.C. - O empobrecimento do conceito de direitos humanos nesses países é patente na forma, por exemplo, como é visto o conceito de multipartidarismo e mesmo a aplicação concreta do sufrágio universal. Registam-se evoluções negativas, nomeadamente nos Estados Unidos, que se pretendem os campeões dos direitos humanos e nos quais encontramos violações permanentes desses direitos.

Quanto aos países que se afirmam na construção do socialismo, sublinhamos aspectos negativos, mas também aspectos positivos. É importante a referência ao papel que o povo cubano e Cuba desempenham - a determinação, a coragem e a dignidade com que o povo cubano luta contra o bloqueio norte-americano. E o êxito que tem tido essa luta, a demonstração que dela resulta de que é possível resistir e com êxito.

C.A.I. - Tendo em conta que os países a que nos referimos correspondem a mais de um quinto da Humanidade, parece-me que se faz uma abordagem equilibrada e necessária desta realidade do mundo de hoje. Entretanto, é evidente que nós temos a nossa própria concepção, o nosso próprio projecto para Portugal. E não é de hoje, é de há muitos anos atrás que recusamos a imposição de modelos, a existência sequer de modelos universais. E ao elaborarmos em relação ao nosso país o nosso próprio projecto, também não podemos ter a pretensão de que ele seja modelo para outras realidades com diferenças abissais de escala, de História, de condições concretas.

Em relação às lutas em desenvolvimento no mundo, é valorizado o papel do movimento comunista e revolucionário. Como se pode caracterizar a composição e os objectivos deste movimento na actualidade?

A.N. - Para nós, é motivo de grande satisfação verificar que existem sintomas de recuperação das forças progressistas, anticapitalistas, em particular dos comunistas e de outras forças revolucionárias. Ainda não está superada a caracterização que fizemos no anterior Congresso. O movimento comunista e revolucionário encontra-se enfraquecido, disperso, em processo de recomposição. Mas parece-nos importante valorizar o facto de que, em todos os continentes, existem partidos comunistas e partidos revolucionários que resistem, afirmam os seus ideais e prosseguem corajosamente a luta, e, em muitos casos, têm um papel importante na vida política dos seus próprios países e responsabilidades a nível do poder. É necessário continuar a reflectir sobre o que é hoje o movimento comunista e revolucionário internacional, qual a sua composição e os seus limites. Mas, numa situação em que se alarga extraordinariamente a frente de luta contra o grande capital, em que intervêm classes e camadas sociais muito diversificadas, em que a luta se desenrola em países com níveis de desenvolvimento muito diversificados, é compreensível a dificuldade de definir com precisão fronteiras, limites e mesmo formas de cooperação estáveis que, pensamos, seria necessário e desejável conseguir. Continuamos a pensar que os partidos

comunistas são necessários e que é necessária a sua cooperação internacionalista.

A.S. - Existe hoje uma grande diversidade de forças revolucionárias, de forças democráticas, que lutam pelo progresso social. E isso resulta, para lá de situações muito diversificadas nos diferentes países do mundo, de histórias e experiências muito diversas por parte dessas forças e até de objectivos diferentes. Isto condiciona e determina graus também muito diferentes de possibilidades de cooperação e de acordo. Podem ir de simples convergências pontuais a acordos mais aprofundados, a uma cooperação mais estabilizada e até a formas de unidade de acção em torno de problemas concretos. Creio que se trata de um processo em curso que terá de ser impulsionado, que precisa da cooperação e da reflexão de todas as forças participantes e de um grande esforço para encontrar linhas e formas de acção comum desde já possíveis, o que exige, também, o aprofundamento da experiência disponível, principalmente a mais recente, nos seus aspectos positivos e negativos.

Entretanto, uma alternativa continua a ser apontada, que é a superação revolucionária do capitalismo. Qual o caminho?

C.A.I. - Ao princípio da nossa conversa falou-se em pessimismo e optimismo. Na análise, não temos que ser nem uma coisa nem outra. Devemos ser realistas. Penso que é esse o espírito que enforma a primeira parte das Teses. Mas depois temos de andar para diante. Em função do que analisámos, mas também de toda a nossa concepção geral da evolução da Humanidade. Nesse sentido tenho um profundo optimismo histórico. O estudo da História da Humanidade fundamenta muito solidamente uma grande confiança na capacidade de os povos configurarem avanços e progressos civilizacionais. O capítulo final desta parte - a alternativa - aborda questões muito importantes, e insiste em que «o caminho da revolução é o caminho das massas e da sua mobilização para a luta». Toda a História da Humanidade, e até experiências recentes, mostra que são as massas as criadoras da História. Ainda nesse sentido, é importante o que aí se diz sobre a dialéctica do nacional e do internacional.

A.N. - Há uma ideia que percorre todas as Teses: a de que a alternativa ao capitalismo é o socialismo. Não há outro caminho. Deduzimos isto da experiência histórica, da análise da situação actual, das contradições do capitalismo, do desenvolvimento crescente da resistência e da luta dos povos, das forças sociais interessadas em alterar a ordem de coisas existente e das forças políticas que de alguma maneira lhes estão associadas.

Em termos históricos, as condições estão maduras para a superação revolucionária do capitalismo. Afirmamos, aliás, que, com acidentes imprevistos de percurso histórico, o processo de superação revolucionária já começou, a partir da Revolução de Outubro de 1917 e o primeiro empreendimento de construção de uma nova sociedade. Mas dizemos também que, de um modo geral, há um atraso das condições subjectivas. Nas Teses, sublinha-se que os factores ideológicos têm uma particular importância no momento actual. Quando se referem grandes direcções comuns à luta dos trabalhadores e dos povos que podem constituir a base de uma ampla frente anti-imperialista, faz-se também referência a uma direcção específica da luta, a luta ideológica. Desde logo contra a ideologia do nosso inimigo de classe, contra aquilo que chamamos de *pensamento único*, que na sua essência visa roubar às massas populares confiança no sentido da possibilidade de transformar a sociedade, visa semeiar a descrença nas suas próprias forças e na força da sua própria luta...

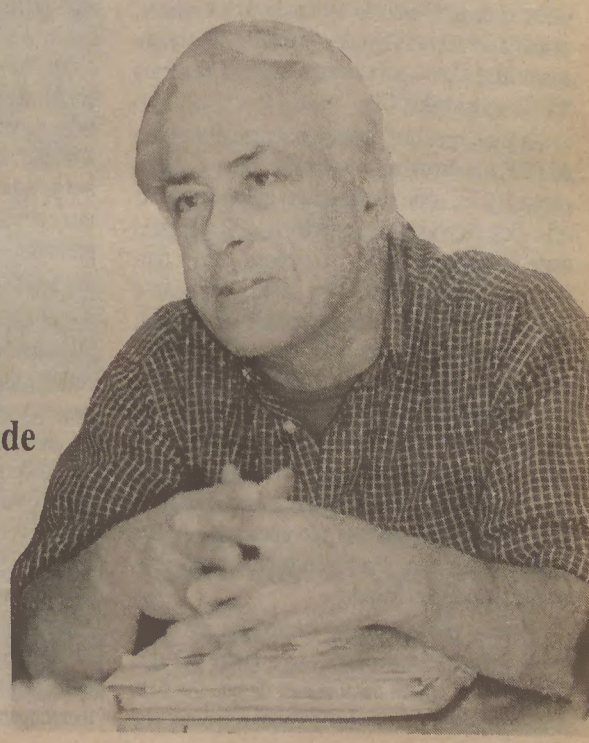
A solidariedade internacionalista é também reafirmada nas Teses. Que formas deverá revestir essa solidariedade?

J.C. - A realidade actual exige o reforço da solidariedade internacionalista para a qual o PCP, naturalmente, contribuirá, prosseguindo e intensificando as acções de solidariedade para com os comunistas e outros democratas vítimas de repressão; para com os trabalhadores de todos os países; para com os povos que resistem e lutam pela sua independência e contra as pressões e agressões do imperialismo. Das múltiplas linhas de trabalho que nesta matéria se nos colocam, destaco o desenvolvimento de iniciativas políticas de apoio à luta do povo Maubere pela autodeterminação e independência de Timor-Leste e a intensificação e ampliação das acções de apoio político e material à resistência heróica do povo cubano face ao criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo norte-americano.



José Casanova

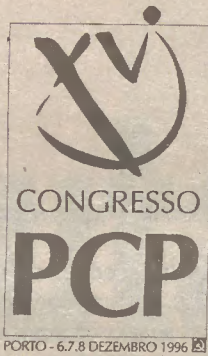
“Vivemos um tempo que precisa de nós e que nos coloca a responsabilidade, que assumimos, de resistir”



Aurélio Santos

“Existe hoje uma grande diversidade de forças revolucionárias e democráticas que lutam pelo progresso social”

EM FOCO



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

XV Congresso

Proposta de Regulamento

Como tinha anunciado, o "Avante!" publica hoje a Proposta de Regulamento do XV Congresso, aprovado pelo CC do PCP na sua reunião de 28 e 29 de Setembro.

I

1. O Congresso é constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias das organizações que representam, na proporção geral de um delegado por 100 membros do Partido, de acordo com as normas estabelecidas pelo Comité Central.

2. Em conformidade com os Estatutos, são também delegados ao Congresso, por inerência, os membros do Comité Central, efectivos e suplentes e os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP. São igualmente delegados por inerência, camaradas a que o Comité Central, tendo em conta a importância ou o carácter das tarefas que desempenham, atribuiu a qualidade de delegado, não ultrapassando estes 2% do número total de delegados.

II

1. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

2. O Congresso funciona estando presente a maioria absoluta dos delegados.

III

1. O Secretário-geral, o Presidente do Conselho Nacional e os membros dos organismos executivos do Comité Central, por estes indicados, assumem, no início dos trabalhos do Congresso, a Mesa da Presidência, que propõe ao Congresso a eleição dos membros da Presidência.

2. O Congresso aprova o Regulamento, a Ordem de Trabalhos, de acordo com os objectivos definidos para a sua convocação, e o Horário.

3. O Congresso elege, de entre os delegados, o Secretariado do Congresso, a Comissão de Verificação de Mandatos, a Comissão de Redacção e a Comissão Eleitoral.

4. A Mesa da Presidência orienta e dirige os trabalhos do Congresso em conformidade com o Regulamento cabendo-lhe:

- assegurar o cumprimento do horário e da ordem de trabalhos;
- receber o pedido de inscrição dos oradores e dar-lhes a palavra;
- receber as propostas de alteração aos documentos em debate e encaminhá-las para a Comissão de Redacção ou para a Comissão Eleitoral;
- pôr à votação os documentos, propostas e moções sobre os quais o Congresso deva tomar decisões e apurar os respectivos resultados.

5. Cabe ao Secretariado do Congresso:

- dirigir o funcionamento de todos os serviços do Congresso;
- assegurar a recolha de todas as intervenções, documentos e textos relativos ao Congresso (arquivo, gravação, filmagens).

6. Compete à Comissão de Verificação de Mandatos:

- verificar a validade dos mandatos dos delegados;
- apresentar ao Congresso um relatório sobre a validade e a composição dos delegados.

7. Compete à Comissão de Redacção:

- analisar as propostas dos delegados entregues à Mesa e propor as alterações, emendas, cortes, acrescentos, que considere justificadas para introduzir nos documentos em debate (Propostas de alteração aos Estatutos e Proposta de Resolução Política), que serão submetidos à aprovação do Congresso;
- apresentar ao Congresso uma informação e fundamentação quer sobre as propostas feitas pelos delegados, quer sobre as que foram aceites e introduzidas nos documentos em debate que serão postos à aprovação do Congresso.

8. Compete à Comissão Eleitoral:

- examinar, com vista à sua posterior apreciação pelo Congresso, todas as questões que os delegados coloquem relativas à proposta apresentada pelo Comité Central cessante, nos termos do ponto IV deste Regulamento, bem como outras propostas sobre a composição do Comité Central;
- apresentar ao Congresso um relatório e eventuais propostas sobre a matéria.

IV

1. O Comité Central cessante apresentará ao Congresso uma proposta de composição do novo Comité Central, de acordo com o estabelecido pelos Estatutos.

2. A proposta de composição do novo Comité Central deverá ser acompanhada de uma informação quanto aos critérios que presidiram à sua elaboração e às consultas que a precederam.

V

1. Os delegados têm direito a usar da palavra e a apresentar propostas de alteração aos documentos em discussão e à proposta de composição do novo Comité Central apresentada pelo Comité Central cessante, bem como moções ou outras propostas que se enquadrem na Ordem de Trabalhos do Congresso.

2. Sem prejuízo de outros artigos deste Regulamento e do direito de expressar a sua opinião, os delegados que usarem da palavra têm o dever de transmitir ao Congresso a opinião da Organização que representam, se esta porventura for diferente da sua própria opinião.

3. Por exigência dos horários, os tempos e o número das intervenções podem ser limitados por deliberação da Mesa da Presidência, a qual deve informar o Congresso.

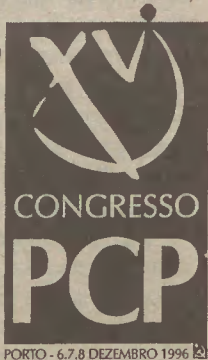
VI

1. Cada delegado tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado, com a apresentação do cartão de delegado.

3. A votação para a eleição do Comité Central é igualmente feita de braço levantado, com a apresentação do cartão de delegado, salvo se o Congresso, no momento que antecede a eleição do Comité Central, decidir por maioria de votos que seja por voto secreto.

4. As deliberações são tomadas por maioria dos delegados presentes no Congresso.



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

As Teses em debate

Começamos já a receber contribuições de militantes para o debate preparatório do XV Congresso. Recordamos que essas contribuições não deverão exceder as 60 linhas dactilografadas, e que a Redacção se reserva a prerrogativa de seleccionar os trechos mais significativos, de modo a permitir a participação do maior número de camaradas.

Solidariedade com Cuba

É fundamentalmente por ser um amigo de Cuba, país onde já estive 4 vezes, integrado em Brigadas de Solidariedade, além de ser membro da Direcção da Associação de Amizade Portugal-Cuba, que, aproveitando o convite do «Avante!», venho apresentar alguns considerandos, tendo como base Cuba, para a discussão das Teses do XV Congresso do PCP.

Assim, nas Teses para o próximo Congresso do PCP, ora divulgadas, apenas se refere Cuba no ponto 1.1.73, onde são descritas inúmeras outras situações, com a simples referência «... o bloqueio norte-americano a Cuba...» e no ponto 1.2.19, titulado «os países que definem como orientação e objectivo construir uma sociedade socialista», onde se diz: «Em relação a Cuba, brutalmente golpeada pelo imperialismo norte-americano (...) a continuação das conquistas (...) só possível na base da identificação profunda dos comunistas cubanos com o seu povo». Nas orientações para o desenvolvimento da actividade internacional do Partido (4.12.7), apenas são apontadas linhas vagas e gerais de acção sem especificar concretamente um país, ou partido.

Cuba é, por razões bem conhecidas, um motivo de inúmeras manifestações e interesses dos comunistas e outros democratas, de que são bem demonstrativos o caso dos colóquios, como, por

exemplo, e uma vez mais, o realizado na última Festa do «Avante!», como igualmente são visíveis os múltiplos dísticos alusivos a Cuba e aos seus heróis, nas diversas realizações do PCP. Cuba sofre o criminoso bloqueio norte-americano, condenado internacionalmente, desde há longos anos, e agora consubstanciado na famigerada lei Helms-Burton, repudiada em todo o mundo, por exemplo na União Europeia, onde recentemente um deputado do PCP apresentou uma proposta no sentido da condenação daquele bloqueio, subscrita por deputados de todos os grupos políticos com assento parlamentar. De Cuba, por outro lado, e com regozijo nosso, vêm números reveladores de que a economia cubana está a crescer em ritmo que supera as previsões.

Por todas estas razões e porque indiscutivelmente Cuba é o país com regime socialista que mais tem de aproximação e afinidade com os comunistas, democratas e outros cidadãos portugueses, que para além das inúmeras manifestações de apoio, da contribuição em campanhas de solidariedade material, vão lá em atitudes de solidariedade e ou em férias, o que também é importante, julgo que nas Teses para o XV Congresso do PCP deve constar algo que reflecta, concreta e explicitamente, não só a solidariedade e apoio dos comunistas portugueses à luta do povo cubano, contra o bloqueio norte-americano, contra a lei Helms-Burton, e o regozijo e votos de continuação dos êxitos na recuperação económica, essencialmente para o

desenvolvimento e fortalecimento de Cuba e para a melhoria das condições de vida do povo cubano.

Aliás, e recordo, as Teses para o XIV Congresso do PCP (1992) eram bem mais concretas e objectivas neste aspecto. Assim, no ponto 8.9.8 «são objectivos para a actividade internacional», na alínea d) foi escrito «contribuir para o reforço das acções de solidariedade internacionalista para com os comunistas e outros democratas vítimas de repressão e para com os povos que lutam pela sua libertação, e contra a política de ingerências, pressões e agressões dos EUA e outras potências imperialistas, nomeadamente contra o bloqueio a Cuba». Um texto destes é bem mais claro e objectivo que o ora apresentado (...).

José P. Costa
Lisboa

Transparência e democraticidade

Outro militante, de Lisboa, apresenta uma proposta de inclusão nas Teses de um novo ponto - 4.7.8 - nas Teses em debate, referindo:

A situação que se vive na Célula em que milito é de facto inadmissível e requer medidas imediatas que reponham um clima de autêntica democraticidade.

É tempo de acabar com a «caça às bruxas» que visa expulsar do Partido os militantes mais consequentes e firmes, alcunhados de «ortodoxos», «dinossauros» e outros mimos do género.

O nosso camarada passa a transcrever a sua proposta:

As sanções disciplinares têm indiscutível legitimidade estatutária mas, sem embargo, devem funcionar como último recurso e só depois de esgotados todos os processos de resolução pacífica, baseada na tolerância, no diálogo fraterno, num autêntico espírito de camaradagem e de grande abertura. O processo disciplinar - a ir em frente - deve então revestir-se da maior transparência e democraticidade.

Nas Células das Empresas, as penas disciplinares só produzem efeitos se aprovadas num Plenário da organização em que tenham participado pelo menos a maioria dos respectivos militantes e desde que a reunião tenha sido correctamente convocada e publicitada.

Para aplicar a pena de expulsão do Partido exige-se a presença da maioria qualificada de 2/3 dos militantes que formam o Plenário. É automático o recurso de uma pena de expulsão do Partido, sendo então obrigatória a audição num organismo de nível superior da pessoa visada e das testemunhas que ela entender apresentar.

Fernando Pereira
Lisboa

EM FOCO

Indústria Naval A sorte grande saíu aos Mellos



Francisco Lopes
Membro
da Comissão Política

DESDE que foi restabelecido o domínio dos Mellos sobre a Lisnave, pela mão de um governo do PS, a Indústria Naval tem sido sujeita a complexos processos, em que as reestruturações se sucedem umas às outras. Mais uma vez, a Indústria Naval e a Lisnave estão sujeitas a importantes pressões, anunciando-se uma reestruturação com novas ameaças aos postos de trabalho e aos direitos dos trabalhadores, e com a transferência de mais algumas dezenas milhões de contos do Estado, num processo que constitui uma autêntica sorte grande para os Mellos e um novo motivo de preocupação para os trabalhadores. É a aplicação da velha divisa — os custos para o Estado, os sacrifícios para os trabalhadores, os lucros para os Mellos — a exigir a resposta dos trabalhadores com o reforço da organização, unidade e luta em defesa da economia nacional, dos seus interesses e direitos.

1 — A Indústria Naval, composta essencialmente pela Lisnave (que integrou a Setenave/Solisnor no início deste ano), pelas suas empresas participadas e pelos Estaleiros de Viana do Castelo, é um sector básico da economia nacional, angariador de um elevado volume de negócios, responsável por largos milhares de postos de trabalho directos e indirectos, particularmente na Península de Setúbal que integra trabalhadores possuidores de elevada formação e de um saber de experiência feito.

A situação de dificuldade da Indústria Naval, tem na sua origem factores diversos, em que pesou em certa altura a conjuntura internacional, mas que foi fortemente determinada pela política de abdicação dos interesses nacionais de sucessivos governos do PS, PSD e CDS (hoje PP) que seguindo os ditames da União Europeia conduziu à prática destruição da Marinha Mercante nacional, a brutais défices da balança dos transportes e ao abate de boa parte da frota de pesca, quando uma política de desenvolvimento dessas áreas teria contribuído, além do interesse nacional directo, para criar uma significativa carteira de encomendas à Indústria Naval, que hoje, à excepção dos Estaleiros de Viana do Castelo, está praticamente confinada à reparação.

A situação da Indústria Naval, as dificuldades que atravessa, estão também profundamente ligadas às orientações estratégicas dos Mellos, que em articulação com a política dominante criaram dificuldades reais e fabricaram outras, promovendo uma chantagem cíclica, visando a canalização de milhões de contos do Estado para o seu grupo, a redução dos postos de trabalho (o número de trabalhadores tendo chegado a atingir os 17 mil não ultrapassa hoje os 3 100 na Península de Setúbal), o crescente recurso a trabalhadores de empreiteiros e o aumento do número de horas extraordinárias, já que a quantidade de trabalhadores existente não se foi mostrando capaz de dar resposta às encomendas.

Não se fez o necessário investimento na investigação tecnológica, tendo a empresa perdido capacidade e reduzido a incorporação do valor acrescentado, nem se promoveu o rejuvenescimento da mão-de-obra, o que tem como consequência na actualidade uma média etária dos trabalhadores de 48 anos.

Ao longo destes anos a defesa dos lucros dos Mellos foi o critério que orientou as sucessivas reestruturações, incluindo a reestruturação de 1993 de cujo conteúdo sobressai: a entrega de 42 milhões de contos pelo Estado; a responsabilidade deste pelas reparações no Estaleiro da Mitrena de modo a concentrar a actividade nesse estaleiro e no da Rocha com a desactivação da Margueira; a absorção da Setenave/Solisnor pela Lisnave e a redução dos postos de trabalho.

2 — Passados poucos anos, invocando o não cumprimento de alguns compromissos assumidos pelo governo na reestruturação anterior, estamos novamente confrontados com a descrição de uma situação difícil da Lisnave e uma nova reestruturação que entre outros aspectos prevê:

— que a responsabilidade das infra-estruturas, dos três estaleiros (que no futuro serão apenas dois — Rocha e Mitrena) fique a cargo do Estado, bem como a res-

ponsabilidade das reparações a fazer no Estaleiro da Mitrena de modo a concentrar aí a actividade.

— O estabelecimento de novas alianças, e a constituição de uma nova concessionária da responsabilidade dos Mellos que fica com a exploração dos estaleiros da Mitrena e da Rocha, pagando por isso uma renda reduzida ao Estado.

— A entrega pelo Estado de quase 30 milhões de contos à Lisnave.

— A redução de cerca de 1000 postos de trabalho.

— A criação de uma bolsa de emprego (Gestenave ou Gest-Setúbal) empresa da responsabilidade do Estado para onde seriam canalizados, os trabalhadores que saíssem da Lisnave, mas que ficariam disponíveis (suportados pelo Estado) para sempre que os muitos picos da actividade de reparação naval o justificassem (chegada de navios, prazos a cumprir, etc) irem trabalhar para a Lisnave. A GestSetúbal, poderia dedicar-se ainda a outras actividades.

Paralelamente, o espaço dos Estaleiros da Margueira (para cuja desactivação apontava a reestruturação de 1993), foi integrado no Plano Director Municipal pela Câmara de Almada como área reservada à indústria, o que levou à sua reprovação pelo governo do PSD. O Governo PS levantou a reprovação, mas ainda não tomou uma decisão favorável e há entretanto eleitos do PS na Assembleia Municipal que falam na possível aprovação do PDM com a ressalva dos terrenos da Lisnave, confirmando intenções de desindustrialização e especulação imobiliária.

A recuperação e viabilização da Indústria Naval, em particular da Lisnave com o peso que tem, como sector de grande importância económica e social é uma questão de evidente interesse nacional no qual o Estado tem que assumir as suas responsabilidades.

Mas quando se fala na recuperação e viabilização da Indústria Naval, numa mesma expressão, há perspectivas, objectivos e interesses contraditórios.

Há a recuperação ao serviço da economia nacional, com a manutenção de um forte sector industrial, a defesa dos postos de trabalho, da segurança no emprego, dos direitos, regalias e nível de vida dos trabalhadores.

E há a recuperação a favor dos Mellos que se sobrepõe ao desenvolvimento do sector e do país, a lógica do máximo lucro, à custa dos dinheiros do Estado e do agravamento da exploração dos trabalhadores e que, como a experiência mostra, é apenas mais uma etapa para novas exigências, novas reestruturações, com mais verbas do Estado, e novas reduções de pessoal.

O anunciado desenvolvimento do projecto de reestruturação é assim uma «sorte grande» para os Mellos.

O Estado ficaria com as infra-estruturas e a sua reparação e conservação, os Mellos, com o negócio na base de uma concessão a preços baixíssimos, receberiam também mais 30 milhões de contos e ver-se-iam livres de mais mil trabalhadores, canalizados para uma bolsa de emprego da responsabilidade do Estado, (quando o número actual de trabalhadores já não dá para o trabalho existente tendo-se instalado a prática de recurso diário a centenas de trabalhadores dos empreiteiros).

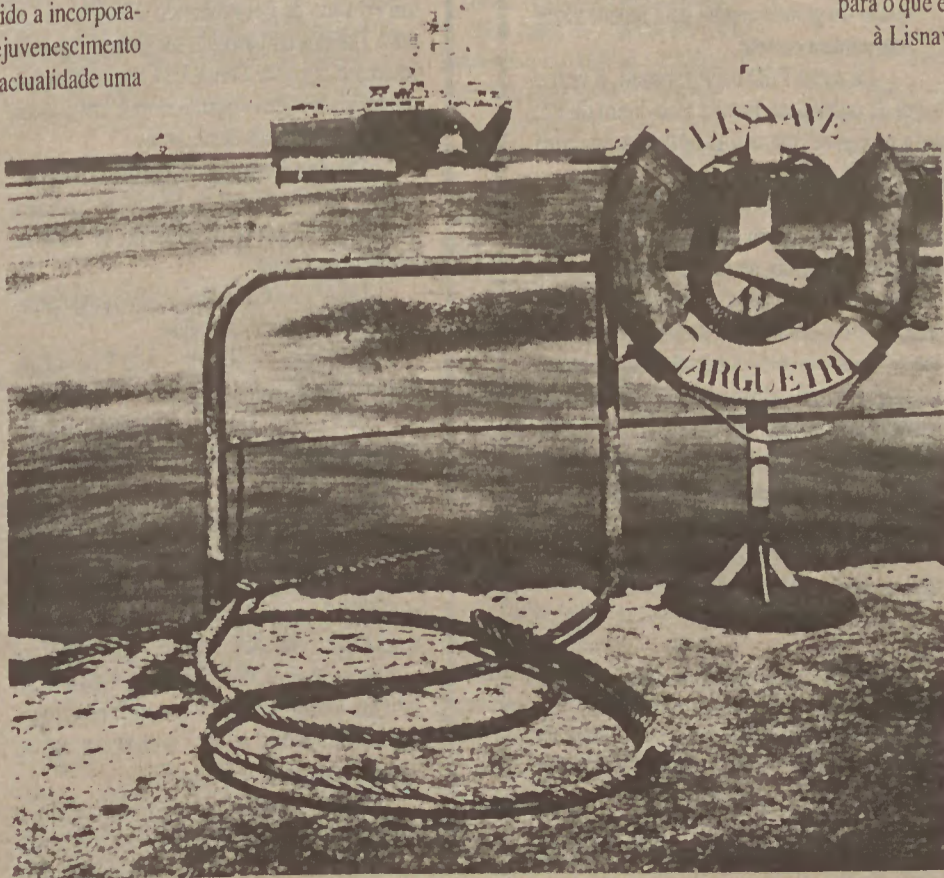
Aos trabalhadores que ficariam na bolsa de emprego (Gest-Setúbal ou Gestnaval) colocar-se-iam profundas interrogações, quanto aos níveis de remuneração e demais direitos e quanto à segurança no emprego, com a quebra do vínculo à Lisnave. Como é habitual nestas situações, o Governo cita um conjunto estafado de boas intenções no objecto desta empresa: «reinscrição na vida dos trabalhadores, através da formação, requalificação e recolocação, do apoio à criação de emprego próprio, da cedência temporária de pessoal e a assistência técnica à criação de micro-empresas». Mas, no fundo, quanto aos direitos dos trabalhadores nada está claro, a não ser que há o propósito de os reduzir e que mais do que bolsa de emprego esta empresa aparece como caminho para o desemprego.

Uma efectiva recuperação e viabilização da indústria naval ao serviço do desenvolvimento económico e social do país, exige: a assunção das responsabilidades do Estado, com um controlo que não permita um incorrecto aproveitamento dos apoios; a definição de uma política nacional de investimento na Marinha Mercante e na Pesca; uma política comercial agressiva e o estabelecimento de acordos de diverso tipo, incluindo *joint ventures* para a canalização de contratos e uma maior diversificação de actividades; a aposta na investigação tecnológica; a formação e o rejuvenescimento dos trabalhadores; a defesa dos postos de trabalho, dos direitos e condições de vida para o que é fundamental a manutenção dos vínculos laborais à Lisnave.

3 — A viabilização e desenvolvimento da Indústria Naval ao serviço da economia nacional exige diálogo com os trabalhadores, não podendo deixar de ser condenado o comportamento do Governo PS, que tanto apregoa o diálogo e tem desenvolvido todo este processo nas costas dos trabalhadores, não respondendo às solicitações das suas estruturas representativas.

Os trabalhadores da Lisnave e da Indústria Naval em geral, que em muitas situações difíceis souberam resistir, têm na sua organização, unidade e luta, capacidade e força para defender os interesses nacionais, os seus direitos e postos de trabalho.

Na luta pelos seus objectivos, como todos os trabalhadores portugueses, podem contar com o Partido Comunista Português, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, partido diferente, partido necessário, indispensável e insubstituível, que prepara o seu XV Congresso com convicção na luta por um novo rumo para Portugal, pelo projecto de uma democracia avançada e de uma sociedade liberta da exploração capitalista.



■ Carlos
Gonçalves

A tríade neoliberal e o pensamento único

Vivemos em Portugal, já lá vão 20 anos, as sequelas da política tricéfala de direita, do PS, PPD/PSD e CDS/PP em arranjos diversos. Mas, hoje em dia, a sua inter-relação assume uma nova qualidade - estamos em presença duma autêntica *tríade neoliberal*, uma trindade de interesses e objectivos concertados, quando não de cumplicidades obscenas, afinada pelo diapasão do "*pensamento único*".

Como se diz nas teses para o XV Congresso do PCP, o PS, sob a batuta de António Guterres, inflectiu mais à direita, tornou-se campeão das orientações neoliberais, das privatizações e da teoria do "menos Estado".

As políticas socioeconómicas do governo PS/Guterres apagaram as diferenças estratégicas com o PSD.

PS e PSD tornaram-se um "bloco central" inorgânico que subscrive no fundamental as mesmas políticas neoliberais, tal como as

conquistou paulatinamente o PS pela mão de Guterres, assegurando assim a continuidade das suas políticas no governo.

Também por cá, foram-se tornando "*indiscutíveis*", para os aproveitadores, lacaios e basbaques do "*pensamento único*", as virtudes desta "*globalização*", as vantagens desta "*modernidade*", os mitos da "*competitividade*", os ganhos da "*flexibilização*", as excelências das "*privatizações*", como se não fossem questionáveis as estratégias de dominação e a quem aproveitam, como se não relevasse saber quem ganha e quantos perdem.

Também por cá, se pretende que mais nenhuma política é possível que não seja monetarista, de redução determinista do défice orçamental, de leilão a pataco do SEE, de "sacrifícios" para os trabalhadores e as populações, como se a destruição do tecido produtivo, a regressão social, o desemprego crónico e crescente e a enorme concentração da riqueza, se resolvessem fora do quadro das políticas económicas, com as piedosas declarações de preocupação social de António Guterres numa qualquer reunião em New York.

Também por cá, tal qual reza o "*pensamento único*", o "*mercado*" tudo resolverá, "*o capitalismo não pode afundar-se, é o estado natural da sociedade. A democracia não é o estado natural da sociedade, o mercado sim*" (*3), ou seja, domínio da economia e do poder político pelo capital financeiro, sem hesitações.

E para que nada falhe, lá estão os *media* do grande capital para repetir vezes sem conta a cassetete.

Lá estão PSD e PP fazendo, à vez, o papel de ordenança, bobo e alcoviteiro do PS, para que prossiga o regabofe dos grandes senhores do dinheiro.

Lá estão todos, conluídos de facto, mesmo quando algum representa a ópera bufa da oposição de faz de conta, para que nada incomode os "*mercados*", para que prossiga o projecto fundamentalista de Maastricht, para que o orçamento de 97, "o melhor dos seis últimos anos" como afirma o guru Arroja, seja aprovado e implementado.

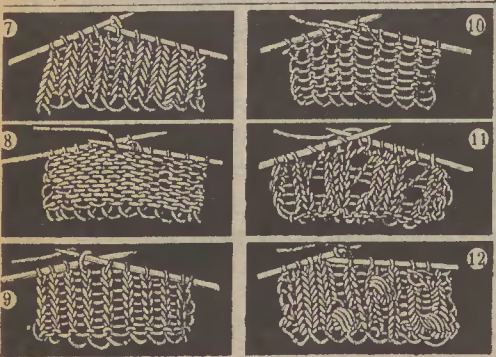
Atenta e vigilante, a *tríade neoliberal* cuida para que tudo decorra conforme os mandamentos do "*pensamento único*".

Mas, já dizia Galileu no seu tempo, "*Eppur si muove!*"

(*1) "La pensée unique" de Ignacio Ramonet, Le Monde Diplomatique, Janeiro de 1995

(*2) Nos EUA a designação aplicada é "neoconservadorismo" dada a conotação de esquerda do termo "liberal"

(*3) Alain Minc. Cambio 16, Madrid. 05.12.94, citado por Ignacio Ramonet, Le Monde Diplomatique, Janeiro de 1995.



subscrive no essencial o PP, pese embora a demagogia e o populismo de extrema-direita para manietar contestações.

O "*pensamento único*", "*tradução em termos ideológicos, pretensamente universal, dos interesses dum conjunto de forças económicas, particularmente as do capital internacional*" (*1), formulado em 1944 após Bretton-Woods, com base num cozinhado de doutrinas do início do século XIX, foi promovido, com assinalável visão estratégica a partir da Universidade de Chicago e de um conjunto de institutos, fundações, "tanques de pensamento" e publicações, custeadas por centenas de milhões de dólares das maiores transnacionais.

Tornado *ideologia do neoliberalismo* (*2), e apesar dos resultados desastrosos das suas aplicações, foi reproduzido em todo o planeta pelos *media* de massas, pelas universidades, por "investidores", jornalistas e políticos, da extrema-direita à social democracia.

Em Portugal, copiando Reagan e Thatcher, o "*pensamento único*", tomou o PSD e chegou ao poder com Cavaco, controlou o PP com a derrota dos resquícios de democracia cristã, e

■ Graça Mexia *

Aborto Hipocrisia e passividade

Realizou-se a 16 deste mês, no ISCTE, um Seminário organizado pela Associação para o Planeamento da Família (APF) com a presença de cerca de trezentas pessoas, entre elas vários médicos espanhóis. O tema era «O Problema do Aborto em Portugal: Questões Sociais, Médicas e Jurídicas».

Pela sua importância, pelas entidades presentes, pelo que foi dito, consideramos do maior interesse não só dar-vos notícia como reflectirmos juntos, também aqui, no nosso «Avante!», sobre o que se passou.



O objectivo deste Seminário, dinamizado pelo Grupo de Trabalho sobre o Aborto ligado à APF era constituir «um ponto de reflexão e debate sobre os factores sociais, médicos e legais que estão na base deste problema e, desta forma, contribuir para a necessária adaptação da Lei 6/84 à realidade portuguesa».

Se a problemática é sempre importante mais o é quando um Partido, o nosso, entregou na Assembleia da República, através do seu Grupo Parlamentar, a 26 de Junho deste ano, um Projecto de Lei propondo alterações à Lei 6/84. Daí nos ter parecido ser natural o grande interesse por este Seminário, especialmente por entidades que compareceram e entrevistaram no debate das quais destacamos:

- Dr^a Ana Jorge, médica pediatra, coordenadora Sub-Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, em representação da Senhora Ministra da Saúde;

- Dr. Álvaro Carvalho, médico psiquiatra - Sub-Director Geral de Saúde;

- Dr^a Joana de Barros - Alta Comissária para as Questões da Igualdade e da Família;

- Dr^a Lúcia Amâncio - Presidente da Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres - CIDM.

Em parêntesis confessamos o nosso espanto (ou talvez não...) pela total ausência de meios de comunicação social fossem eles jornalistas, rádios ou televisões! E isto apesar do tema e das entidades citadas... Que clandestinidade a que aqui, também, é remetido o aborto! Que grande tabu, que grande hipocrisia... que não impediu, afinal - e como se viu - o grande impacto deste Seminário.

Das intervenções que a mesa de abertura produziu destacamos algumas desassombradas declarações às quais acrescentamos que foi a

Dr^a Joana de Barros a primeira interveniente a referir o escândalo dos objectores de consciência declarando «às vezes eu acho que até é rentável ser objector de consciência para depois cá fora se poder fazer a interrupção no consultório...».

A representante da ministra da Saúde, Dr^a Ana Jorge, coordenadora dos Centros de Saúde de Lisboa, referiu (e nós não nos vamos esquecer...) que ainda não há consultas de Planeamento Familiar em todos os Centros de Saúde e que, das que há, muitas funcionam mal e que também a preocupa que as mulheres grávidas portadoras do vírus da SIDA não sejam tidas em conta (para a Interrupção Terapêutica da Gravidez? Não foi dito mas subentendamos que era o que pensava, daí que o tenhamos já contemplado na nossa Proposta de Lei).

O psiquiatra Dr. Álvaro de Carvalho, Sub-director Geral de Saúde foi o primeiro (muitos se seguiram) a usar a palavra «hipocrisia» para as duas atitudes de alguns médicos (uma na medicina privada e outra na pública) e apelou a que fossem ser tomadas medidas.

Devemos dizer que ao ouvir estas «coisas» sentimos que afinal estávamos todos de acordo. Que bom, mas vamos lá ver quando for a discussão na Assembleia da República como é que os representantes dos vários partidos se portam. Para já - e é bom que se saiba e se repita esta informação - até dia 16 não tinha entrado na Assembleia da República qualquer outro Projecto de Lei.

E, já agora, mais três informações curiosas:

1^a - Apesar de no Grupo de Trabalho do Aborto constar, entre outros, o Departamento de Mulheres do Partido Socialista - ninguém, há cerca de um ano, surgiu nas reuniões ou nos

EM FOCO



Preocupações...

Calcula-se em mais de 16 000 o número de abortos praticados por ano em Portugal - dos quais 97% são clandestinos.

Em Portugal, o aborto clandestino é a principal causa de morte materna.

Portugal é o país da Comunidade Europeia com maior número de abortos clandestinos.

«Em Espanha, desde que o PP de José Maria Aznar subiu ao poder, nunca mais foi feita nenhuma campanha oficial sobre o uso de métodos contraceptivos.»

(Dr^a Yolanda Hernandez)

«Portugal é o país da Comunidade Europeia onde mais persiste o problema de saúde pública ligado aos abortos clandestinos, urge corrigir e alterar a lei 6/84.»

(Dr^a Ana Jorge, em representação da ministra da Saúde)

«Não nos esqueçamos que se trata de uma tarefa da Assembleia da República, pois o Governo esse não pensa mexer na lei.»

(Dr^a Joana de Barros, Alta Comissária para as Questões da Igualdade e da Família)

«Parece que a sociedade portuguesa está meio adormecida, pois nem a lei que têm utilizaram bem.»

(Dr. Ramon Hernandez, médico obstetra)

Em Espanha com a lei de 1985 equiparável à nossa, em cinco anos realizaram-se 26.000 interrupções legais em condições médicas e hospitalares correctas e o aborto clandestino baixou de forma considerável.

São sobretudo as mulheres trabalhadores mais pobres que são as grandes vítimas do aborto clandestino.

«No Hospital de S. João, no Porto, não se praticam interrupções de gravidez, pois todas as equipas são objectoras de consciência.»

Será verdade? Será possível?

«Diagnóstico pré-natal (DPN): todos os actos médicos que se realizam durante a gravidez e que permitem a detecção de uma anomalia congénita no feto.»

(Dr^a Heloísa Santos, Unidade de Genética do Hospital de St^a Maria)

6% das grávidas portuguesas fazem DPN, em 95 dos casos os resultados são normais. E os outros 5%?... É nessas mulheres que pensamos.

Uma grávida seropositiva tem 30% de probabilidade de ter um filho seropositivo. Um recém-nascido seropositivo tem uma esperança de vida de 3 anos (30%) e de não ir para além dos 7 anos (os outros 70%).

«O código penal protege muito pouco as mulheres.»

(Dr. Rui Pereira, jurista, Faculdade de Direito de Lisboa)

«Aos hospitais que fazem DPN e dizem não ter condições para fazer IVG devia-lhes ser retirada a verba para o DPN pois estão a ter um consumo inútil de dinheiros públicos.» «Nos concursos médicos devia ser incluído no perfil o ser ou não objector de consciência.»

(Dr. José Tavares Fortuna, obstetra da Maternidade Júlio Dinis, Porto)

«A Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, documento-base que contém propostas das Conferências Mundiais de Viena 1993, do Cairo 1994, da ONU 1995 e de Pequim 1995, foi também subscrita pelo governo português, mas não é conhecida nem respeitada!»

(Dr. Duarte Vilar, sociólogo, da Direcção da APF)

trabalhos como por exemplo na preparação deste Seminário;

2^a - Nas mesas do Seminário apareciam, quer com comunicações quer mesmo a dirigir a mesa, mulheres ligadas directamente a Partidos com assento na A.R. e que (mistério...) faltaram ao Seminário.

3^a - Só ao fim de 2 horas do decorrer dos trabalhos, alguém, numa mesa, disse que felizmente já havia na AR uma Proposta de Lei mas não citando de que partido! O sociólogo Dr. José Luís Garcia que fez uma interessante comunicação sobre «Ética e Moral na Sociedade Actual» disse que era sua convicção de que «num país laico, numa sociedade como a nossa, de democracia política politeísta, com várias religiões, não pode, não devia poder verificar-se a imposição de uma determinada religião, decidindo em nome de todos em matérias ética, moral e filosófica». Este sociólogo com um mestrado com o tema «As mulheres que telefonam às cegonhas» frisou que «não há nem tem de haver consenso moral, os valores devem é ter visibilidade social e política».

O Dr. Abílio Lacerda, obstetra da Maternidade Alfredo da Costa, levantou o assunto das famigeradas Comissões de Ética (!) que existem em alguns hospitais e que, não estando prevista na lei 6/84 a sua consulta - mas simplesmente a apresentação pela grávida de um atestado médico assinado por um médico diferente daquele que irá fazer a IVG e claro estar dentro das semanas (ainda) previstas legalmente - são consultadas com toda a complicação e atraso (e abuso) que tal significa. Na mesa de que fizemos parte, houve duas

importantes comunicações mais em referência aos aspectos psicológicos das interrupções (antes e depois) ou mesmo das dificuldades em seguir uma contracepção eficaz.

Tivemos ocasião, em nome da Organização das Mulheres Comunistas que representamos no Grupo de Trabalho, de levantar um aspecto por vezes esquecido das obrigações médicas quanto à informação sobre os casos de lesão quer física quer mental incluídas no direito à interrupção terapêutica da gravidez e que, muitas vezes, é sonegada à mulher grávida. Se ela soubesse dos riscos que corre, se soubesse que uma lei que prevê o seu direito não só a ser informada como a decidir da continuação da sua gravidez apesar dos riscos para a sua saúde física e/ou mental talvez muitas mulheres agissem de outra forma. E a impunidade em que a classe médica actua, não havendo controlo da sua obrigação de informar ou inquirir às consequências (às vezes mortais) pelo seu «esquecimento» que até tem, se calhar, um fundo religioso e moral?

De todo este importante Seminário, de que aqui só deixamos alguns poucos apontamentos, resta-nos a ideia de que foi mais uma contribuição (e todas não são de mais) para alertar e informar a opinião pública ainda mais, agora que o nosso Projecto de Lei está aí na AR e pronto para ser discutido e aprovado.

A ver vamos!

* Psicóloga.

Representante da Organização das Mulheres Comunistas no Grupo de Trabalho sobre o Aborto da Associação para o Planeamento da Família.

Principais alterações propostas pelo Projecto de Lei do PCP

- Exclusão da ilicitude da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) quando realizada nas primeiras 12 semanas, a pedido da mulher. (Nota: Não existe na actual lei.)

- Nos casos de grávida toxicodépendente o alargamento do período atrás referido para as 16 semanas.

- O alargamento de 16 para 22 semanas nos casos de aborto eugénico, especificando-se que o risco do nascituro vir a ser afectado pela SIDA constitui um dos casos em que pode ser praticado o aborto eugénico.

(Nota: pela primeira vez, uma Proposta de Lei introduz os direitos das toxicodépendentes e/ou contaminadas pelo vírus da SIDA.)

- O alargamento de 12 para 16 semanas para que uma IVG seja praticada quando se mostra indicada para evitar perigo de morte ou de grave lesão para o corpo ou saúde física ou psíquica da mulher grávida.

- O alargamento de 12 para 16 semanas no caso de violação e, quando menores de 16 anos ou incapazes por anomalia psíquica, o alargamento para 22 semanas.

- A impossibilidade de obstruir o recurso à IVG com a obrigação de dispor de soluções para outros médicos e/ou hospitais onde não sejam todos objectores de consciência.

■ Zillah Branco

A desconfiança mina as sociedades

Um pouco por todo o mundo, vemos que os povos tentam substituir a confiança social e política construída com grande sacrifício através dos tempos pelas crenças primitivas. Responsabiliza-se a Igreja Católica e as grandes religiões pela perda dos seus adeptos a favor das novas seitas que ressuscitam crenças primárias ou lançam um verdadeiro marketing espiritual.

As Igrejas bem podem assumir a sua quota-parte na responsabilidade pela falência da confiança sociopolítica que mina todas as sociedades, mas o fenómeno é bastante mais extenso e profundo que as preocupações com o espírito. Gerou-se uma descrença universal na organização social desde a queda do socialismo na Europa. O cinismo das elites dirigentes tem sido o fortificante ideal para o desaparecimento da ética nas sociedades e do respeito humano que estavam na base das filosofias sociais e religiosas.

Não precisamos ir muito longe para ter um retrato dramático da nossa época quando muitos louvam as conquistas da democracia como uma verdade: a especulação financeira tornou-se fábrica dos modernos heróis, tipo Caldeira, que promovem e são promovidos por importante canal de televisão nacional além de alguns grandes senhores do mundo económico; os violadores de menores são perdoados por bom comportamento nas prisões e saem para engrossar as redes de pedofilia que não hesitam em utilizar o assassinio como se tem verificado na Bélgica e em outros países ricos da Comunidade



Europeia; com o deslumbramento e o dinheiro dos contribuintes os membros de uma família real passeiam a sua beleza pela sociedade e desencadeiam o mais sórdido dos escândalos; o Grupo dos Sete envia os seus ministros dos Negócios Estrangeiros para um importante encontro em Paris em que se inicia uma grande *cruzada antiterrorista* e surge a dúvida sobre a conduta de grandes nações que financiam os conflitos e as chacinhas; o mundo capitalista aperfeiçoa a alta tecnologia e entrelaça as elites no comando das acções globalizantes provocando a maior crise no emprego e no poder aquisitivo de todas as populações; o índice de desemprego de jovens é o maior de sempre com as tristes consequências da marginalidade e da droga; a miséria alastra não apenas nos países do Terceiro Mundo mas no seio das sociedades mais desenvolvidas que enriqueceram com o braço do emigrante fugitivo do atraso nas suas terras de origem; os Governos criam leis para expulsar os agora indesejáveis estrangeiros; os políticos tentam perdoar os seus parceiros sociais que prevaricam com facturas falsas e sonegação de impostos; os juristas discutem a criação de novas leis que justifiquem os perdões de crimes cometidos por membros da elite; surgem milhentas associações para proteger os sectores mais desamparados da sociedade em substituição ao Estado que cada vez mais encolhido se reduz a uma insignificância diante da força dos novos grandes senhores da economia privada e global.

Não é sem razão que a moral social foi às urtigas, que a esperteza do ladrão passou a virtude, que o cinismo do sádico foi promovido a firmeza de personalidade, que as regras de sociabilidade e respeito humano são vistas como falta de afirmação pessoal. As normas que ditavam o carácter do indivíduo e as bases do convívio familiar foram desmoralizadas como

pieguices de um mundo antigo e ultrapassado. Da elite poderosa nas sociedades vem a inspiração do modelo catastrófico que mina as famílias e as instituições sociais. Para disfarçar, culpabiliza-se os pais e os educadores.

Que poderá fazer a maioria diante deste caos organizado em benefício da elite? Diz-se que hoje duas centenas de gestores governam o Mundo e nos países mais ricos menos de 10% da população detêm a maior parte dos

recursos socioeconómicos. Ao contrário do que diz Mário Soares, o séculoXX não é o do povo mas sim o da espoliação das suas conquistas alcançadas com os grandes movimentos iniciados no século XIX. De sujeito da história o trabalhador passou a espectador impotente de um processo que traça a sua destruição.

Como nos séculos da escravidão, a maioria das pessoas passou a segundo plano para que as sociedades sejam organizadas por uma elite opressora. E a isto cham *democracia!* Os sindicatos esvaziam-se porque desempregados não participam da defesa social da sua classe. Em substituição surgem as associações e os actos de generosidade e de protecção social que tranquilizam as consciências de quem tem um lugar na estrutura de produção. A grande massa de desempregados soma-se à dos marginalizados que engloba crianças, adultos perdidos, enfermos e idosos, dando origem a uma maioria desamparada que a elite alimenta com esmolas e acarinha com festas e prendas. Enquanto isso, as reservas mundiais de alimentos reduzem-se, o sentimento de solidariedade cede lugar à concorrência, a fraternidade é substituída pela hipocrisia da caça ao voto, em nome da paz as potências mundiais lançam bombas e destroem toda e qualquer forma de expressão antagónica aos seus designios.

A História não se repete mas ensina. Em períodos mais escuros, quando a instrução era propriedade privada da elite, surgiram formas de defesa da humanidade que venceram a minoria de grandes senhores. Não há razão para hoje a maioria se submeter às regras antigas que a privam dos seus direitos mais elementares de uma vida digna na sociedade. Quando teve início a Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo os primeiros sindicatos reuniram a força dos desempregados. Foi uma inversão das normas que permitiu a

viragem da situação de emprego. Onde os desempregados da indústria metalúrgica, ou da vidreira, ou da têxtil, vão buscar hoje o apoio para sobreviverem? Em instituições de caridade ou em departamentos de um Estado que se automutila. Onde se organizam os milhares de trabalhadores informais para formularem a sua política de classe?

Hoje os recursos existem mas estão concentrados nas mãos dos seus esbanjadores. Basta ver como através da Bolsa surgem e desaparecem grandes fortunas com o dinheiro nacional. A impunidade permite que continuem a fazer uso do dinheiro público como se fosse privado. Com o anúncio da *moeda única* já os analistas prevêem o agravamento da crise e quem aperta o cinto é a classe trabalhadora formal e informal. Os Caldeiras e seus comparsas serão enriquecidos como antes com as mudanças dos títulos de acções nas Bolsas. E o povo continua entretido com os jogos políticos entre amigos, com a filtragem de informações para que o panorama mundial apareça morno e insípido sem que sejam reveladas as inúmeras manifestações de desespero dos povos que dia a dia se multiplicam, com uma programação televisiva alienante e mediocrizante para entorpecer a sensibilidade de cidadão que acredita na democracia.

As teias desta fase superior do capitalismo, que Marx chamou *imperialismo*, são mais fortes que as teias de aranha que cobrem os seres inanimados numa longa noite de letargia. Ficamos à espera de uma boa vassourada, de que as janelas (e as consciências) sejam abertas para que o ar se renove, mas com a certeza de que tais mudanças não caem do céu e que dependem da vontade dos que se sentem humilhados e vêem a sua dignidade espezinhada por uma elite que se autopromove a dirigente da humanidade.

O agravamento da situação no Médio Oriente tem um rosto, uma mentalidade ressequida e uma complacência interesseira e tradicional. O rosto. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Vem do passado, apesar de ser jovem, e caracteriza-se por ser um seguidor fiel e visualmente «aggiornizado» dos sectores políticos e militares para quem a divisão entre os árabes e a difícil situação palestina permitirão uma vitória israelita total. Acredita, no fundo, numa solução final a prazo, de onde nasceria o «Grande Israel». Alexandre Adler, director editorial do «Courrier International» - um jornal que está longe de ser uma quinta coluna remanescente das brumas da guerra fria, qualificou Netanyahu como «cidadão americano alucinado que chegou à cabeça do Estado de Israel», acusando-o de estar a preparar uma guerra com os árabes. Não são palavras leves, tanto mais que foram utilizadas em editorial de uma publicação de referência da classe política europeia; mas a verdade é que há muitos anos não se falava tanto de guerra no Médio Oriente e não se assistia a uma tão intensa contagem de espingardas - que é como quem diz *mísseis e, no caso israelita, ogivas nucleares.*

A mentalidade ressequida. Com a chegada de Benjamin Netanyahu à chefia do governo de Israel, através de eleições que revelaram uma sociedade perfeitamente dividida ao meio, regressaram à cena executiva nomes como os de Ariel Sharon, o general que meteu Israel no atoleiro do Líbano - de onde ainda não saiu - e David Levy, eterno primeiro-ministro adiado, vítima da sua condição de sefardita e, por isso, um político frustrado sempre disponível para jogadas perigosas. Os possuidores desta mentalidade ressequida ainda sonham com o «Grande Israel», a começar pela anexação dos territórios palestinianos; foram empurrados para a Conferência de Paz de Madrid pelas conveniências norte-americanas na ressaca da Guerra do Golfo - mas nunca fizeram

nada para que as negociações avançassem. Refugiaram-se no princípio inaceitável, e inexplicável, de «troca de paz por paz» e arrasaram o processo graças à estratégia de negociar por negociar. Ficou célebre a frase do então primeiro-ministro, Isaac Shamir, segundo o qual as conversações se poderiam prolongar por vinte anos. Estes dirigentes são políticos racistas, que instilam uma mentalidade persecutória a toda a nação, cultivando, por isso, um medo artificial da agressão e do cerco. É uma mentalidade que rejeita a ideia de que a opção militar fracassou, que continua a considerar a OLP e Yasser Arafat como terroristas, que, em suma, actua quase como se nada se tivesse passado no mundo durante os últimos 30 anos. Apesar de tudo, analisando os últimos sinais de desentendimentos entre o poder político e a instituição militar, registre-se que as forças armadas israelitas não parecem muito disponíveis para uma nova guerra. As recordações de 1973 e dos fracassos do Líbano e da repressão do Intifada estão ainda muito frescas na memória histórica do exército israelita.

Uma complacência interesseira e tradicional. Dos Estados Unidos da América, naturalmente. Como criadora dos mecanismos negociais, mediadora do processo de paz - na companhia de corpo presente, e mais vezes ausente, da Rússia - a Administração de Washington teria de fazer muito mais por soluções verdadeiramente eficazes, para demonstrar que está mesmo interessada numa mudança da situação no Médio Oriente. Pelo que fizeram e continuam a fazer, antes e depois de Netanyahu, os Estados



Os jogos de guerra de Netanyahu

■ Rui T. Lemos

Unidos demonstram que pretendem manter os contornos gerais da situação, ainda que alterando alguns dispositivos - adaptando-a à ausência da União Soviética do cenário internacional.

A presença norte-americana nestas negociações tem funcionado, frequentemente, como mais um peso no prato da balança de Israel, que já beneficia, além disso, da vantagem de ser um Estado poderoso em negociações com um movimento de libertação. Se estivesse de boa-fé e com uma atitude imparcial nestas negociações - o que seria um desconchavo e uma estreia no sistema internacional de forças, Washington teria adoptado outro formato - totalmente diferente. Um formato dominado pelas Nações Unidas e que tivesse como pilar todo o conjunto de decisões da ONU sobre o Médio Oriente em geral e o conflito israelo-palestiniano em particular. Nada disso aconteceu: por exigência de Israel, e anuência dos

Os palestinianos chegaram a Madrid integrados numa delegação conjunta com os jordanos, crucificados internacionalmente a uma sentença internacional sobre o seu alegado apoio a Saddam Hussein que não correspondeu à realidade, conscientes de que o Intifada perdera alguma dinâmica. Os seus representantes foram brilhantes na capital espanhola, conquistaram espaço, conseguiram subverter o próprio esquema negocial e autonomizar-se como delegação, cortando o perigoso cordão umbilical com a Jordânia.

A OLP afirmou-se política e diplomaticamente em meios onde ainda era olhada com desconfiança, foi reconhecida por Israel, obteve parcelas significativas de poder em Gaza e na Cisjordânia, terras da Palestina. Pela primeira vez foi implantado um poder palestiniano na Palestina, ainda que limitado. Uma vitória no combate político, determinada por uma viragem histórica na luta de

jamais permitiriam uma derrota hebraica. É a lógica do sistema de forças actual, do fluxo regular do petróleo, da aliança estratégica no Médio Oriente, dos fabulosos movimentos financeiros judaicos nos Estados Unidos.

Ao entrar no processo de paz, a direcção da OLP demonstrou que o Intifada não só não foi derrotado por Israel como obrigou o governo israelita a dar um passo que não queria. Não esqueçamos que, durante décadas, os governos de Israel - todos eles - não só não reconheceram a OLP como se recusavam a ouvir falar em negociações, preferindo procurar, desesperada e inutilmente, alternativas colaboracionistas exteriores à OLP. Recordemos também que para Golda Meir, primeira-ministra no activo há pouco mais de 20 anos, os palestinianos nem sequer existiam.

Israel partiu para negociações contravontade, apesar de ter entrado em vantagem. E só aderiu quando o governo, na altura de Isaac Shamir, percebeu que não conseguia derrotar o Intifada e tinha o prestígio das forças armadas pelas ruas da amargura. Nem os frequentes balões de moralização militar ensaiados no Líbano conseguem devolver ao exército o orgulho de outros tempos - crise que se vem agravando desde 1973.

O processo de paz, ainda que marcado por muitas ilusões desfeitas, preservou, deu alento e manteve bem vivas as raízes do Intifada. A resposta popular palestiniana à recente abertura do túnel arqueológico em Jerusalém revelou uma energia capaz de obrigar o governo e as tropas israelitas a recuar. A reacção foi tão espontânea, a fazer lembrar 1987 e 1988, que as próprias autoridades palestinianas foram arrastadas pelo movimento de massas, adoptando posições firmes que, na verdade, obrigaram Netanyahu a sentar-se à mesa de negociações. Essa energia permanece disponível - reserva de luta determinante para os próximos tempos.

O rosto do impasse

Benjamin Netanyahu é o rosto do impasse. Chefe de um governo que sofre de profundas contradições, inseguro no Parlamento, refém dos sectores mais militaristas, ortodoxos e reaccionários da sociedade israelita, tenta equilibrar-se sem sair do quadro da velha mentalidade. A sua missão não é fácil embora, com alguma habilidade, possa aguentar-se no cenário pretendido pelos Estados Unidos: manter a situação, sob formato dife-

rente. O caso do túnel, as provocações a propósito dos colonatos, a destruição de instalações palestinianas em Jerusalém revelam, porém, que a habilidade não é o ponto forte do actual primeiro-ministro israelita.

As negociações reflectem uma desconfiança generalizada. Mesmo que se concretize um acordo parcial sobre Hebron - que já devia estar a ser aplicado há mais de seis meses - os problemas mais difíceis ficarão por resolver, e o governo de Netanyahu tudo fará para não os solucionar.

Existe, porém, uma dinâmica própria que faz convergir, em alguns aspectos, os interesses palestinianos, egípcios e de outros países árabes com os interesses de poderosos sectores israelitas - incluindo militares e grandes empresários - que já sentiram algum sabor a paz e rejeitam, de facto, o recurso à guerra. E há muito tempo que não se falava tanto de guerra no Médio Oriente. Netanyahu e o frágil governo a que preside podem ser vítimas do seu próprio jogo perigoso e, provavelmente, já o perceberam, se tivermos em conta a recente moderação de tom do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros. A queda do governo de Netanyahu não resolverá tudo, mas será um sinal de que a mentalidade mais reaccionária de Israel tem menos espaço de manobra, e de que a opção bélica perdeu terreno. A capacidade de resistência do primeiro-ministro de Israel às contradições que o envolvem será, nos próximos tempos, uma preciosa pedra de toque para avaliar a situação no Médio Oriente.



Estados Unidos, as Nações Unidas estão totalmente à margem do processo, enoveladas em numerosas resoluções por cumprir. Até na Conferência de Madrid, em Outubro de 1991, depois da transcendente operação militar no Golfo, conduzida nominalmente sob a tutela da ONU, o representante das Nações Unidas não teve mais do que uma espécie de banquinho de observador. E a União Europeia, apesar de se colocar sempre em bicos de pés, pedindo protagonismo em troca dos milhões que tem desembolsado para a aplicação do processo de paz, não passa de uma entidade vaga em toda esta matéria, um fogo fátuo tão mortífero como é, afinal, toda a pomposamente designada Política Externa e de Segurança Comum.

Que alternativas?

Poder-se-á perguntar: se a situação de desequilíbrio negocial é a que existe, por que razão os palestinianos entraram no processo, assinaram os acordos de Oslo, continuam a aceitar sentar-se à mesma mesa com os actuais governantes de Israel, mesmo sabendo que eles estão muito mais empenhados em sabotar as negociações do que em desenvolvê-las?

Poder-se-á contra perguntar: e quais eram as alternativas? As respostas para todas as interrogações são muito difíceis, tão complexas como a posição da OLP e da Autonomia palestiniana definida pelos acordos de Oslo.

massas: a transferência do centro da resistência para o «interior», sob forma de levantamento popular - o Intifada.

O processo político-diplomático determinado pelas negociações permitiu reorganizações internas palestinianas, através do aparelho de autonomia. Existem interrogações sérias sobre a forma como são conduzidas as relações entre o «interior» e o «exterior», entre a Autonomia e a organização da OLP na diáspora; levantam-se reservas à forma como o poder autónomo, e Yasser Arafat em particular, conduzem a gestão interna e se relacionam com as formas democráticas de expressão. Forças democráticas e progressistas palestinianas admitem que o aparelho da Fatah, a organização de Arafat, tem cometido excessos de autoritarismo enquanto, por outro lado, fez cedências evitáveis às imposições israelo-norte-americanas.

As organizações palestinianas que se opõem abertamente a este processo de paz - e que cortaram politicamente com Arafat e a sua maioria na direcção da OLP - não apresentaram uma alternativa realista, aplicada aos tempos que correm. A luta armada para destruição do Estado de Israel significaria um suicídio. As forças militares em presença seriam de uma desproporção assombrosa; não existe um campo de batalha contra Israel, porque os países árabes vizinhos do Estado hebraico não permitem actividades militares palestinianas a partir das suas fronteiras; mesmo que, por absurdo, os países árabes se unissem numa guerra contra Israel - e dificilmente o fariam por causa dos palestinianos - os Estados Unidos

Canonizações

O Sínodo Sagrado da Igreja Ortodoxa Russa reuniu em Moscovo para tomar uma decisão assinalável: a canonização do último imperador da Rússia e de seis membros da sua família (a mulher e os cinco filhos), que vão subir ao altar como «mártires».

Que fizeram Nicolau II e respectiva família para tal merecimento? Segundo as explicações da Igreja russa, nada, além de terem sido presumivelmente assassinados pelos bolcheviques, na sequência da Revolução de Outubro. Sendo este o critério, não se percebe por que o Sínodo Sagrado da Igreja Ortodoxa Russa não canoniza igualmente os três criados e o médico de família que, no seu levantamento, também foram assassinados juntamente com a família Romanoff.

O que se percebe é que a Igreja Ortodoxa Russa já canoniza pessoas não pelo que fizeram, mas pelo que «lhes fizeram».

Aliás, se o Sínodo Sagrado quisesse canonizar Nicolau II pelo que, realmente, ele «fez» ou mandou fazer durante o seu longo reinado como último czar da Rússia, teria de o levar aos altares por coisas como os massacres indiscriminados que ordenou, o mais célebre dos quais foi o do chamado «Domingo Vermelho», em 1905, quando chacinou a tiro a multidão que se deslocara em procissão ao palácio real a pedir-lhe protecção, tendo por únicas armas os estandartes e os ícones da Igreja Ortodoxa Russa, de que o Sínodo Sagrado continua a ser, aliás, lídimo guardião. Ou teria de o levar aos altares pelas deportações em massa que impôs na «Santa Rússia», os assassinatos indiscriminados,

PONTOS CARDEAIS

a miséria sem nome e a repressão brutal e generalizada sobre o seu povo, que fez dele o mais sanguinário czar da história da Rússia, ao pé do qual o célebre Ivan o Terrível ou o feroso Pedro o Grande foram modelos de brandura. Um «santo» a pedir altar, como se vê...

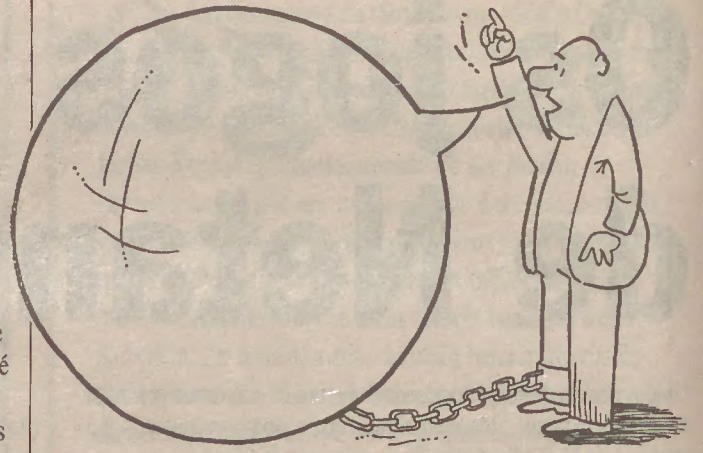
Piranhas diferentes

Segundo revela um estudo feito ao longo de cinco anos na vastidão da Amazônia, afinal as piranhas não são todas iguais, variando de espécie consoante vivam no rio principal ou nos seus afluentes. O estudo agora revelado realizou-se entre

1989 e 1994 e é da autoria de três equipas de cientistas norte-americanos, brasileiros e franceses, que percorreram dez dos mais importantes afluentes do Amazonas desde a fronteira com as Guianas até ao Pará, no Brasil.

Todavia as diferenças entre as piranhas não vão ao ponto de as descaracterizar, pois numa coisa se mantêm rigorosamente iguais: todas, sem excepção, continuam devoradoras insaciáveis de todo o animal que tenha o infortúnio de espadanar perto delas.

É como o capitalismo, essa expressão máxima da capacidade predadora do homem: muitas vezes diferente na forma como nada pelos rios do mundo, mas sempre igual na caça que o move...



Meio milhão para a Cimeira...

A realização em Portugal da Cimeira da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), cujas reuniões preparatórias vão realizar-se já em 25 de Novembro próximo no Centro Cultural de Belém, irá custar ao Estado português meio milhão de contos, pelo menos. Só a

operação para adaptar o Centro Cultural de Belém às exigências do evento irá exigir 175 mil contos, sem contar com o que será necessário para repor tudo como estava. Depois há todas as despesas com infra-estruturas e equipamentos que o país anfitrião tem de disponibilizar às 64 delegações chefiadas pelos próprios chefes de Estado, onde figura gente comedida em gastos como Bill Clinton, Boris Ieltsin ou Jacques Chirac...

Este novo-riquismo de responsabilizar o nosso país por tão dispendiosa iniciativa não se pode assacar ao actual governo do PS, dado que partiu do Governo de Cavaco Silva, o governante do «rigor» e da «competência». Infelizmente, o copianço dos actos governamentais do cavaquismo feitos pelo executivo chefiado por António Guterres começa mais alto e mais gravemente. Veja-se o que se passa com a obsessão da moeda única ou das privatizações a galope.

... e 60 milhões para os agrários

Aliás, o copianço do cavaquismo feito pelo Governo do PS está a alastar por todas as áreas. Segundo anunciou o Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Regional, Capoulas Santos, o Governo vai disponibilizar (mais) 60 milhões de contos em títulos do Tesouro para «indemnizar» os agrários «espoliados» pela Reforma Agrária. Não bastava o esbulho brutal - e tantas vezes violento - das terras da Reforma Agrária, levando com eles fabulosos bens, equipamentos, infra-estruturas e mais-valias criadas pelos trabalhadores; não chegavam as nunca apuradas dezenas de milhões de contos entregues aos agrários absentistas como «compensação» pela reconstituição do latifúndio em Portugal; não tem importância a fome concreta, dramática e chocante que tais esbulhos reinstalaram no Alentejo. O que importa é dar mais 60 milhões de contos a um grupo de famílias madraças para quem, afinal, a Reforma Agrária se tornou numa lotaria inescrutável.

PONTOS NATURAIS

Cartas

Carta para ti

Meu amor
quero dizer-te o quê?
Nem sei. Palavra!
Ah, esta sensação
de estar sempre faltando
a um encontro importante!

Mas lá vou respirando. O que nos tempos que correm já nem é mau de todo.

Carta para o João Honrado

Querido amigo.
Para saberes de mim
tens de me ler?
Sim, sim. De vez em quando
um abraço dava jeito.
Que saudade das tuas
pauladas
nas minhas costas!

Até lá, vai-me lendo.
Pouco mais te diria
além disso.

Carta para Catarina

Como no dia em que nasceste
olho para ti
para saber onde estava o
mistério.

De longe, a tua mão
pousa nos meus cabelos.
E adormeço
na bênção do Senhor.

Carta para o arrais Pardal

Quando o meu pai chegava
dos bancos da Terra Nova
mandava levar-te um saco
de tabaco
(o barrete de borla
a barba pesada
o cachimbo na boca)
agradecendo
(papa a chegar à janela
do Vaticano)
Com a mão espalmada
o mar a espriar-se...

Carta para Armando Caldas

Ponto a ponto costuras
vestidos para a esperança
- esperança que tem corpo
e não apenas construção mental.
Chamaste-lhe teatro, poesia,
porque tudo precisa de ter nome.
Até o Infinito.

Grato pelo convite
para a passagem
do vestido novo.

Carta para o Joaquim

Também foste na leva
dos novos despedidos
(aliás teu nome vem
logo à cabeça)
E também tens mulher
e filhos e os dois velhos
doentes.
Não soçobraste à cólera.
Buscas organizar uma saída.

E quanto ao manifesto:
emendei dois pequenos erros
ortográficos.
O resto, és tu quem sabe.

Mário Castrius



Pintura
de Rocha
de Sousa

AGENDA

AVEIRO

Águeda - da Comissão Concelhia: dia 24 às 21h30 no CT local.

Espinho - plenário da Organização Concelhia, aberto a simpatizantes: dia 25 às 21h30, no CT.

Ovar - dos militantes das freguesias do Norte do concelho (Esmoriz, Cortegaça, Maceda): dia 27 às 10h na Esc. Prim. de Relva (Esmoriz)

BEJA

Almodovar - reunião de Quadros: hoje, 24, às 20h30, com António Vitória; dos militantes de Aldeia dos Fernandes e dos militantes de Graça de Padrões: dia 29 às 20h30; em Rosário: dia 30 às 20h30.

Alvito - com a participação de Moreira Rita: hoje às 20h; da organização de Vila Nova da Baroniã: dia 25 às 20h.

Beja - Reunião de Empresas da cidade (EDP, CTT, ER, CP); dia 29 às 21h; do Bairro da EDP/Beja: dia 30 às 21h; da célula do Hospital Distrital: dia 31 às 21h.

Mértola - dos militantes da freguesia de Mértola: dia 25; de S. Sebastião, dos Carros, com José Manuel Santana: dia 25 às 19h; da Comissão Concelhia de Mértola: dia 26 às 14h.

Moura - da organização local, no CT: dia 25 às 21h.

Ourique - da Comissão Concelhia, com António João: dia 26 às 15h.

BRAGA

Barcelos - reuniões nas freguesias de Arcozelo (Esc. Primária do Bº 1º de Maio), Barcelinhos (na JF) e V.F.S.Martinho (Esc. Prim. do Bairro da Misericórdia): todas hoje, 24, a partir das 21h30.

Braga - da freguesia de Dume (dia 25 às 21h30, na Esc. Prim. de Carcavelos) e das freguesias de Merelim S. Paio e S. Pedro (dia 25 às 21h30, na JF de Merelim S. Paio).

Veira do Minho - da organização da freguesia: dia 26 às 21h30 na JF local.

V. Nova Famalicão - da organização de freguesia de Bairro: dia 26 às 15h, na Esc. Prim. Silva Pereira.

COIMBRA

Feira e Torres do Mondego - assembleia plenária nas Carvalhosas (casa do cam. Firmino Vitor), com Jorge Gouveia Monteiro: dia 25 às 21h.

Miranda do Corvo - assembleia da organização concelhia, para discussão das Teses e eleição de delegados ao Congresso, com Vasco Paiva: dia 26 às 21h30.

ÉVORA

Montemor-o-Novo - da cidade de Montemor e arredores, com a participação de Domingos Lopes: dia 25 às 20h30 no Centro de Trabalho; de militantes da freg. de Ciborro e das localidades de S. Geraldo e Cortiço: dia 26 às 20h30, no Centro Cultural de S. Geraldo; de militantes da Organização Local de Reguengo, com António Gervásio e Alexandre Pirata: dia 31 às 20h30 na Sala da Com. de Moradores.

Vendas Novas - das Mulheres Comunistas da cidade: dia 26 às 16h no CT.

Viana do Alentejo - da organização de Aguiar, com Abílio Fernandes e Diamantino Dias: dia 25 às 20h30, na JF.

FARO

Lagos - reunião com independentes, para discussão das Teses: hoje, dia 24, às 21h30, na sede da CDU.

Faro - reunião com independentes, para discussão das Teses: dia 25 às 21h30 no CT; do sector intelectual e quadros técnicos: dia 25 às 21h30, no CT.

Portimão - assembleia plenária de militantes: dia 26, às 15h, no CT.

LEIRIA

Marinha Grande - da célula da CM: dia 24 às 21h30, no CT; da célula dos Vidreiros: dia 25 às 21h30 no CT; dos trabalhadores da autarquia: dia 30, às 21h30, no CT.

Caldas da Rainha - da Com. Concelhia: no Centro de Trabalho, dia 28 às 21h30.

Valado de Frades - dos militantes da freguesia: dia 25 às 21h30.



CONGRESSO
PCP

UM PARTIDO
MAIS FORTE
NOVO RUMO
PARA PORTUGAL

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Plenários e reuniões para discussão das TESES

LISBOA

Amadora - de militantes da Sorefame e Hidrosorefame: dia 25, das 10 às 16h; da organização da freguesia da Brandoa: dia 25 às 21h, no CT da Brandoa; de militantes da Venda Nova: na delegação da JF da Falagueira/Venda Nova, dia 27 às 10h. Almoço-convívio da freguesia da Venteira, com comemoração da Rev. de Outubro e discussão das Teses: dia 27 às 13h, no Clube do Bairro Janeiro.

Azambuja - plenário das freguesias de Azambuja e V. Nova da Rainha: dia 25 às 21h30 no CT da Azambuja.

Cascais - da organização de Empresas do Estoril: dia 24 às 16h30, no CT de Cascais; da Com. de Freguesia da Parede: dia 25 às 21h, no CT da Parede; da freguesia de S. Domingos de Rana, com Aurélio Santos: dia 27 às 15h30 no CT de Tires; dos Reformados de S. Domingos de Rana: dia 31 às 15h30, no CT de Tires.

Lisboa - de camaradas do Comércio/Escritórios e Serviços: dia 24 às 20h, no CT Duque de Loulé; dos militantes da Freg. de Fátima: dia 24 às 21h na Sede Central, na R. Soeiro Pereira Gomes; da Freg. de Ameixoeira: dia 24 às 21h30, no CT do Lumiar; da célula C.E.P.E. (Transportes): dia 24 às 19h, no CT Vitória; dos militantes da S. Domingos de Benfica: dia 25 às 21h30, na JF; dos militantes de Carnide: dia 25 às 21h, na JF local; da freguesia de Benfica: dia 25 às 21h30, no CT de Benfica; do sector de Empresas de Lisboa: dia 25 às 19h no CT da Av. Dq. de Loulé; da célula da Autocoop e da célula dos Industriais de Táxi: dia 25 às 17h30, no CT Vitória; da célula dos comunistas trabalhadores na Voz do Operário: dia 24 às 18h30, nas instalações da V.O.; da célula da INCM: dia 28 às 17h30, no CT Vitória; das células do BFB, BFE, BBI e BP: dia 28 às 17h30 no CT Vitória; dos OD's dos Bancários (às 17h30) e Transportes (às 18h45) - ambos dia 29, no CT Vitória; da célula da CML: dia 29 às 19h, no CT Vitória; das células do MAP e MIE: dia 30 às 18h30, no CT Vitória. Jornadas de contacto com novos inscritos no Partido e venda militante do "Avante!" (Zona Centro de Lisboa): dias 24 e 31, a partir das 16h. Reunião do Executivo da ZORL com eleitos nas Juntas de Freguesia e CM de Lisboa: dia 24 às 20h, no CT Vitória. Reunião do OD da Zona Ocidental de Lisboa com eleitos nas JFs e Vereadores sobre o Plano de Actividades autárquico: dia 29 às 21h no CT de Alcântara.

Loures - dos Reformados de Odivelas: dia 24 às 15h, no CT de Odivelas; dos militantes da Freg. de Unhos: dia 24 às 21h30, nas instalações da Creche Pomba da Paz; da Com. de Freg. de

Odivelas: dia 25 às 21h30, no CT de Odivelas; dos militantes da Freg. de Camarate: dia 25, às 21h30, no CT local; dos militantes da Freg. de Loures, com Jerónimo de Sousa: dia 25 às 21h, no CT de Loures; da Freg. de Ramada: no CT de Odivelas, dia 25 às 21h30; dos militantes da Freg. de Caneças, com António Abreu: dia 25 às 21h30, no CT de Caneças; plenário de militantes de Sacavém: dia 26 às 15h, no CT de Sacavém; reunião da Com. Concelhia de Loures alargada a Quadros: dia 28 às 20h30, no Auditório do DAU; do OD do Sector Empresas de Loures: dia 30 às 18h no CT de Sacavém; dos militantes da Freg. Sto. António dos Cavaleiros, com António Andrez: dia 30 às 21h30 na Assoc. de Moradores.

Oeiras - plenário de militantes da Freg. de Queijas, com Vítor Dias: dia 25 às 21h, no CT local; da Freg. de Barcarena: no CT de Tercena, dia 25 às 21h; da célula da Lusallite: dia 25 às 20h, no CT de Algés; dos militantes de Carnaxide: dia 26 às 13h; das células da Autosil/Novembal: dia 28, às 18h, no CT de Porto Salvo.

Sintra - plenário de militantes da freguesia de S. João das Lampas: dia 25 às 21h30, no CT local; de militantes Reformados de Queluz: dia 25 às 15h, no CT de Queluz, com Jaime Félix; de Quadros da Freg. de Queluz, também sobre questões autárquicas, com Lino Paulo: dia 29 às 21h30; da Freg. do Cacém: dia 30 às 21h30 no CT local; das freguesias de Sta. Maria e S. Martinho (Sintra): dia 30 às 21h30, no CT de Sintra.

Sobral de Monte Agraço - reunião da Com. Concelhia: dia 24 às 21h.

Vila Franca de Xira - plenário da org. local de Arcena: dia 25 às 21h, no CT local; da organização da Freg. de V. F. de Xira: dia 27 às 15h, no CT de Vila Franca; da célula dos trabalhadores da JF de Alverca: dia 29 às 18h, no salão da Junta.

PORTO

Porto - Debate sobre as Teses, promovido pelo Sector Intelectual do Porto, com a participação de Manuel Gusmão: hoje, dia 24, às 21h30, no CT da Boavista.

Vila Nova de Gaia - debate promovido pela Com. Distrital do Porto da JCP com a participação de Emídio Ribeiro: dia 26 às 15h na sala da Assembleia Municipal de Gaia.

Maia - reunião da Com. Concelhia, com João Fonseca: dia 25 às 21h30, no CT de Verim; de Felgueiras - Reunião da Com. Concelhia, com João Fonseca: dia 28 às 21h30, no CT local.

S. Mamede de Infesta - da organização de freguesia, para discussão das Teses e eleição de delegados, com Serafim Brás: dia 26 às 16h no CT local (R. da Estação, 22).

SANTARÉM

Torres Novas - da organização das Freguesias da Cidade, também para discussão das eleições autárquicas 1997: dia 25 às 21h30, no CT.

SETÚBAL

Almada - da célula dos trabalhadores da autarquia: no CT concelhio, dia 24 às 18h e dia 28 às 18h; Cova da Piedade - da organização local: dia 26 no CT concelhio; Trafaria: dia 26 às 15h no CT da Trafaria.

Alcacer do Sal - assembleia plenária de Rio de Moinhos: dia 24 às 19h30, no CT.

Alcochete - da freguesia de S. Francisco: dia 25 às 21h, na Cantina da Escola; da freguesia de Samouco: dia 25 às 21h no CT.

Barreiro - da organização de freguesia: dia 26 às 15h, no CT.

Moita - da organização da freguesia de Alhos Vedros: dia 26 às 15h, no CT de Alhos Vedros.

Palmela - reunião da Comissão Concelhia: dia 24 às 21h, no CT de Pinhal Novo; assembleia plenária da organização de Quinta do Anjo: dia 24, às 21h, no Cabanense.

Setúbal - da célula dos Professores: dia 24 às 21h30, no CT concelhio; S. Simão - assembleia plenária da organização da freguesia: na garagem do cam. Jorge Sousa, em Vendas de Azeitão, dia 25 às 21h.

Seixal - assembleia plenária da organização da freguesia de Amora e da célula dos Reformados: dia 26, às 15h, no CT da Amora; assembl. plenária da organização de Corroios: dia 26 às 15h, no CT de Corroios.

Sines - reunião alargada: dia 26 às 21h, no CT; assembleia plenária das Mulheres Comunistas: dia 27 às 16h no CT.

SEE

Publico do país,
Privado é deles.

Encontro do PCP

com estruturas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado

24 de Outubro

5ª Feira - 17,30 h.

Salão do Centro de Trabalho Vitória

Av. da Liberdade, 170 - Lisboa

Com a participação de Carlos Carvalhas

Secretário Geral do PCP

Carlos Carvalhas em visita à CGD

No quadro de um conjunto de iniciativas do PCP em defesa do Sector Empresarial do Estado e de contacto com as respectivas estruturas de trabalhadores, o Secretário-Geral do PCP visita na próxima terça-feira, 29, a Sede da Caixa Geral de Depósitos em Lisboa, onde se encontrará com a Administração e as organizações representativas dos trabalhadores.

Carlos Carvalhas será acompanhado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, e outros deputados e dirigentes do PCP.

JORNADAS PARLAMENTARES DO PCP

para análise do Orçamento do Estado para 1997

Sexta-feira, 25, no Pátio Alfacinha - Lisboa

Declaração de CARLOS CARVALHAS (às 17h30)

Encontro de Quadros da ORL A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1997

Sábado, 26, das 10 às 13 e das 15 às 18h, no Anfiteatro da Faculdade de Ciências de Lisboa

Com a participação de CARLOS CARVALHAS, que intervirá na sessão de encerramento, às 17h15

AVEIRO

Reunião distrital de militantes do Partido activistas do Movimento Associativo, com a participação de Carlos Rabaçal
CT de Ovar - 30 de Outubro - 21h30

GUIMARÃES

V Encontro de eleitos e candidatos da CDU

JF de Serzedelo - 26 de Outubro - 15h

FAMALICÃO

Encontro de candidatos e activistas de Antas

CT do PCP de V. N. Famalicão - 25 de Outubro - 12h30

Organização do PCP do Feijó

Passeio a Nazaré, Grutas de Sto. António, Foz do Arelho e S. Martinho, no dia 3 de Novembro

(Inscrições: (01) 259 08 20, depois das 21h)

BRIGADA DE RECUPERAÇÃO

DO CENTRO DE TRABALHO DE SANTA MARIA DA FEIRA



1,2,3.NOV

(CONCENTRAÇÃO NO CENTRO DE TRABALHO ÀS 10 HORAS DE DIA 1)

para as eleições do JCP no Feijó

TELEVISÃO

Quinta, 24

RTP1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Seleção RTP
15.25 Emoções Fortes
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.50 Tudo às Escuras
22.25 Polícias
23.25 Miss Europa 1996
00.25 24 Horas
00.55 RTP/Financial Times
01.10 Olho Vivo

RTP2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Notícias 2
19.05 Andebol
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabuloso
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Entre o Amor e o Pecado
(de Otto Preminger, EUA-1947, com Joan Crawford, Dana Andrews, Henry Fonda, Ruth

Sexta, 25

RTP1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.35 Olho Clínico
15.15 Seleção RTP
16.25 Os Andrades
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.55 Vidas de Sal
21.50 A Mulher do Sr. Ministro
22.25 Academia de Polícia IV
(de Jim Drake, EUA-1987, com Steve Guttenberg, Bubba Smith, Comédia)

RTP2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Notícias 2
19.05 Andebol
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabuloso
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Entre o Amor e o Pecado
(de Otto Preminger, EUA-1947, com Joan Crawford, Dana Andrews, Henry Fonda, Ruth

Sábado, 26

RTP1
08.00 Sempre a Abrir
11.20 Sábado Jovem
12.00 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.30 Beverly Hills 90210
16.20 Super Bebés
17.05 Há Horas Felizes
17.55 Futebol: Espinho-Porto
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Sporting-Benfica
23.00 Os Imparáveis
23.30 Serviço de Urgência
00.35 24 Horas
00.55 O Homem da CIA
(de Damiano Damiani, It.-1977, com Tony Musante, Claudia Cardinale, John Steiner, Espionagem)
02.35 Tentações Escaldantes
(de Dimitri Logothetis, EUA-1993, com Robert Patrick, Michelle Johnson, Ray Wise. «Thriller»)

RTP2
09.00 Universidade Aberta
11.50 Vida por Vida
12.10 Paixão pela Natureza
12.40 Para Além do Ano 2000
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (I)
00.00 Notícias 2

Terça, 29

RTP1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.40 Lá em Casa Tudo Bem
16.25 Euronews
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
23.00 Maria Elisa
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times
01.35 Olho Vivo

RTP2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Rotações
19.20 Missão Impossível
20.15 Onda Curta
(«Viver Secreta», de Jorge Marecos Duarte, Port.-1991)
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 O Último Refúgio
(de Raoul Walsh, EUA-1941, com Humphrey Bogart, Ida Lupino, Arthur Kennedy, Ver Destaque)
00.20 Inimigo à Porta

SIC
10.00 Buêrére
10.50 Táxi
11.50 As Receitas do Dia

Quarta, 30

RTP1
09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
16.05 Nós, os Ricos
16.30 De Par em Par
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.10 Futebol: Porto-Rosenborg
(Liga dos Campeões)
21.30 Telejornal
22.25 Vidas de Sal
23.25 Crime Violento
00.10 Desporto
01.20 24 Horas
01.55 RTP / Financial Times
02.05 Olho Vivo

RTP2
14.55 Andebol
16.30 Informação Gestual
17.10 Infantil
19.10 Rumo à Lua
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpson
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 Comboio para Leste
(de Lloyd Bacon, EUA-1934, com Humphrey Bogart, Raymond Massey, Alan Hale, Ruth Gordon, Ver Destaque)
01.05 Inimigo à Porta

SIC
10.00 Buêrére
10.50 Escrita em Dia
11.50 As Receitas do Dia



A arte de dizer poemas de João Villaret na "Seleção RTP" das segundas-feiras

RTP1 Domingo, 27

08.00 Sempre a Abrir
12.25 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.30 África Selvagem
16.50 Avós e Netos
17.45 Caixa Mágica
18.15 Golos
18.25 Casa Cheia
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.40 Domingo Desportivo
00.10 24 Horas
00.30 Esumalha
(de John Flynn, EUA-1992, com Christopher Walken, Lorraine Braco, Miguel Ferrer. «Thriller»)

RTP2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Droga, Máscara e Realidade
12.25 Máquinas
13.25 O Dinheiro Não Dorme
14.00 Desporto 2
18.05 O Dia do Desespero
(de Manoel de Oliveira, Port./Fr.-1992, com Mário Barroso, Teresa Madruga, Luís Miguel Cintra, Ver Destaque)
19.25 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «A Verdadeira História de Artaud, Le Momo» (III)
20.55 Karaoke
21.50 O Nosso Século
22.55 Teatro: «O Gigante que Caiu do Céu»

SIC
08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Malhação
15.15 Balada de Nova Iorque
16.15 Guerra dos Mundos
17.20 Feita por Encomenda
(de Richard Benjamin, EUA-1993, com Whoopi Goldberg, Ted Danson, Will Smith, Comédia)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 O Último Abraço
(de Jonathan Demme, EUA-1979, com Roy Scheider, Janet Margolin, John Glover, Christopher Walken, Ver Destaque)
00.15 Último Jornal
00.35 Casino Royale
(de John Huston, Robert Parrish e outros, EUA-1967, com Peter Sellers, David Niven, Woody Allen, Orson Welles, Ver Destaque)

TVI
08.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 O Bombardeiro
(de Michele Lupo, com Bud Spencer, Acção / Comédia)
18.00 I West Waikiki
19.00 O Detetive das Mil Caras
19.30 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 O Último Dia
21.45 Models
22.45 Do Fundo do Coração
(de Francis Ford Coppola, EUA-1981, com Frederic Forrest, Teri Gar, Natassia Kinski, Raul Julia, Ver Destaque)
00.50 Últimas Notícias

TVI
09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.30 É Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.00 Ténis
15.30 Animação
16.00 O Bobo da Corte
(de Norman Panama e Melvin Frank, EUA-1956, com Danny Kaye, Glynis Johns, Basil Rathbone, Ver Destaque)
18.00 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.30 Mini-Gladiadores
20.00 Telejornal
21.00 Telechoque
21.30 Docas
22.40 Últimas Notícias
23.00 Futebol
01.50 O Golpe
(de Henri Verneuil, Fr.-1971, com Jean-Paul Belmondo, Omar Sharif, Robert Hussein, Policial)

RTP1 Segunda, 28

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 País Real
14.45 Seleção RTP
15.50 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 Malha de Intrigas
19.05 O Campeão
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.50 Histórias da Noite
22.25 Academia de Polícia V: Missão em Miami
(de Alan Myerson, EUA-1988, com Bubba Smith, George Gaynes, Comédia)
23.50 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
01.20 Segunda Parte

RTP2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Universidade Aberta
19.35 Missão Impossível
20.30 Spray
21.10 Remate
21.40 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Anjos de Cara Negra
(de Michael Curtis, EUA-1938, com James Cagney, Pat O'Brien, Humphrey Bogart, Ann Sheridan, Ver Destaque)
00.20 Inimigo à Porta

SIC
10.00 Buêrére
10.50 Os Donos da Bola
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 O Último Corrector - Os Dias da América
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 O Advogado da Mafra
(de Alberto Marras, com Ray Lovelock, Mel Ferrer, Drama)
03.55 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos ii
22.00 Rivals para Sempre
(de Linda Otto, EUA-1992, com Bonnie Bedelia, Patricia Neal, Rip Torn, Comédia Dramática)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter



Das reposições a assinalar: "Antologia dos Beatles", imprescindível para quem perdeu a primeira apresentação, e "Os Simpsons", agora como um "retrato" (talvez já surpreendente) dos anos 80.

00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times
01.05 Olho Vivo
01.35 Poltergeist III: Eles Estão de Volta
(de Brian Gibson, EUA-1986, com Tom Sherrit, Nancy Allen, Heather O'Rourke, Terror)

RTP2
16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.00 Notícias 2
19.05 Andebol
20.30 100 Melhores Vídeos
21.10 Remate
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Castigo da Justiça
(de Otto Preminger, EUA-1950, com Dana Andrews, Gene Tierney, Gary Merrill, Ver Destaque)
00.30 Inimigo à Porta

SIC
10.00 Buêrére
10.50 Ponto de Encontro
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.55 Malucos do Riso
21.25 O Rei do Gado
22.25 All You Need Is Love
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Notícia Escaldante
22.00 Carlos Cruz
23.30 Dr. Katz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

Warrick, Ver Destaque)
00.35 Inimigo à Porta

SIC
10.00 Buêrére
10.50 Ponto de Encontro
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
21.45 Casos de Polícia
22.50 O Século do Povo
00.05 Último Jornal
00.25 Verdes Anos
01.25 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Notícia Escaldante
22.00 Carlos Cruz
23.30 Dr. Katz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter



12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Regresso do Santo
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 O Último Corrector - Os Dias da América
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 O Advogado da Mafra
(de Alberto Marras, com Ray Lovelock, Mel Ferrer, Drama)
03.55 Vibrações

TVI
12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos ii
22.00 Rivals para Sempre
(de Linda Otto, EUA-1992, com Bonnie Bedelia, Patricia Neal, Rip Torn, Comédia Dramática)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

12.00 Animação
13.00 TVI Jornal
13.30 Raminho de Salsa
14.00 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 Animação
18.00 Vida Falada
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos ii
22.00 Rivals para Sempre
(de Linda Otto, EUA-1992, com Bonnie Bedelia, Patricia Neal, Rip Torn, Comédia Dramática)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Entre o Amor e o Pecado

(Quinta, 22.45, RTP2)

Uma estilista de moda é amante de um advogado, casado e pai de família, o qual não está disposto a renunciar à estabilidade da sua vida conjugal em favor de uma aventura amorosa. É assim que ela decide casar com um outro homem... mas o advogado não desiste. Assim contada, a história parece uma «chropada», se nos permitem o termo. E acontece que não só parece como é - o que torna mais este filme do ciclo de Preminger uma autêntica desilusão.

O Castigo da Justiça

(Sexta, 22.45, RTP2)

Aqui, as coisas melhoram de figura. Um detetive implacável mata um homem durante um inquérito policial e trata inicialmente de encenar um caso de ajuste de contas. Mas quando o corpo do morto é descoberto e um motorista de táxi é injustamente acusado do seu assassinio, o detetive cai em si e procura ajudar a filha do inocente suspeito, acabando por se inculpar a si próprio por respeito à sua dignidade e ao amor que a jovem entretanto lhe despertou. Um admirável argumento - ou não fosse escrito por Ben Hecht - brilhantemente posto em cena por um Otto Preminger no melhor da sua forma, num género em que foi mestre: o filme negro. E Dana Andrews e Gene Tierney não poderiam estar melhor na pele dos dois principais protagonistas.

O Bobo da Corte

(Sábado, 16.00, TVI)

Considerado como (porventura) o melhor filme protagonizado em toda a sua carreira por Danny Kaye, *O Bobo da Corte* conta-nos, num tom de irresistível comédia, as intrigas na Corte inglesa e o papel desempenhado no seu desmascaramento por um (disfarçado) bobo da corte que lidera uma revolta camponesa cujo objectivo é fazer com que o verdadeiro herdeiro da coroa de Inglaterra seja consagrado. Do elenco, irrepreensível, destaca-se a personagem de Basil Rathbone que permite, por oposição, algumas das melhores rábulas de Danny Kaye, em particular a célebre e impagável cena das confusões acerca de uma certa mensagem secreta...

A Mulher do Lado

(Sábado, 23.25, RTP2)

Um homem e uma mulher que se haviam amado outrora voltam a encontrar-se mas numa situação bem complicada: ambos estão casados. Agora encontrando-se furtivamente, a nova situação provoca na jovem mulher uma depressão que, após a estadia numa clínica, a leva ao suicídio depois de matar o amante. O amor louco posto admiravelmente em cinema por François Truffaut, num filme que julgamos ainda inédito nas televisões portuguesas e que, apesar de extremamente simples na aparência da sua feitura, tem um grande poder dramático e uma narrativa cinematográfica exemplar.

O Dia do Desespero

(Domingo, 18.05, RTP2)

Filmado nos próprios locais ligados à vida de Camilo Castelo Branco, *O Dia do Desespero* é uma reconstituição realizada por Manoel de Oliveira sobre o período que antecedeu imediatamente o suicídio do grande escritor. Um filme que alterna nos seus dispositivos dramáticos e de encenação entre o cinema e o teatro, com os intérpretes a evoluírem no espaço real que foi o palco destes últimos e trágicos dias de Camilo.

O Último Abraço

(Domingo, 22.15, SIC)

A mulher de um agente da CIA é assassinada num ataque que lhe era destinado e este tem de mergulhar na tensão de «clandestinidade» da constante perseguição e fuga. Um «thriller», à boa maneira de Hitchcock, realizado por Jonathan Demme com extrema eficácia. O destaque vai ainda para



Peter Sellers e Ursula Andress, em «Casino Royale»



Peter Berger e Linda Fiorentino, intérpretes principais de «A Última Sedução», de Jonh Dahl

a sequência nas cataratas de Niagara e para a partitura de Micklos Rozsa.

Do Fundo do Coração

(Domingo, 22.45, TVI)

Também este filme tem uma notável banda sonora, com as excelentes canções de Tom Waits a preencherem-na do princípio ao fim. Ainda dignas de registo são as fabulosas cenografia e fotografia, respectivamente assinadas por Dean Tavoularis e Vittorio Storaro. E, entretanto, qualquer coisa nos surge como desconfortável ou insuficiente ao tentarmos aderir a mais este filme de um grande realizador moderno, como é Coppola. História meio surrealista de separações e reencontros, o seu fio condutor é demasiado ténue para agarrar o espectador. E, embora o próprio Coppola consi-



Um fotograma de «O Último Refúgio», de Raoul Walsh, com Humphrey Bogart



Começa um ciclo dedicado a Humphrey Bogart na RTP 2

«Comboio para Leste», de Lloyd Bacon

De Amor e de Sombra

(Quarta, 22.00, TVI)

Com argumento desenrolando-se no Chile em plena ditadura de Pinochet, este filme de Betty Kaplan produzido em Espanha conta-nos a história de uma jornalista chilena oriunda da grande burguesia, namorada de um oficial do exército e que trabalha numa revista de moda, alheada da trágica realidade do seu país. Até que se cruza no seu caminho um jovem repórter fotográfico que colabora com a resistência clandestina... Com António Banderas e Jennifer Connelly, um filme desconhecido entre nós que talvez mereça uma espreitadela.

Comboio para Leste

(Quarta, 22.45, RTP2)

Durante a II Guerra Mundial, um petroleiro norte-americano é interceptado por um submarino nazi. Um bom filme de guerra «dos antigos», com sequências espectaculares e a sempre bem-vinda presença de Humphrey Bogart e Raymond Massey.

dere *Do Fundo do Coração* «um filme de Disney num mundo adulto», o certo é que, na sua multifacetada obra, a experiência veio a revelar-se desproporcionadamente menor. Uma certa decepção.

Casino Royale

(Domingo, 00.35, SIC)

Pastiche aos filmes de aventuras de James Bond, esta comédia foi realizada por nada menos do que cinco realizadores (ver *Programação*) e, independentemente da qualidade e estatura de alguns, isso não pôde impedir que o resultado final fosse extremamente irregular. De qualquer modo, é sempre interessante ver algumas verdadeiras estrelas a representar e, de vez em quando, o filme até faz rir.

Justiça Traída

(Segunda, 22.00, TVI)

Um repórter procura investigar as razões pelas quais uma mulher rica assassinou um escritor. *Telefilme* realizado para a TV Cabo norte-americana, *Justiça Traída*, segundo as referências, está um pouco acima da mediania que caracteriza o género.

Anjos de Cara Negra

(Segunda, 22.45, RTP2)

Enquanto que, no seu primeiro canal, a RTP continua apostada numa peculiar concepção de serviço público «para as grandes massas», designadamente através da transmissão de películas tão louváveis e essenciais à arte cinematográfica como as «obras completas» subordinadas aos inesgotáveis temas *Academia da Polícia* ou *Poltgergeist*, no segundo canal a mesma estação continua a esconder preciosidades ditas «para minorias». Agora, é um ciclo dedicado a Humphrey Bogart que nos está reservado. E começa logo da melhor maneira. Raramente (ou mesmo nunca) transmitido na televisão portuguesa, este filme (hoje irremediavelmente envelhecido e ultrapassado no seu tom melodramático) fez furor na época da estreia ao contar-nos a evolução de dois jovens dos bairros pobres de Nova Iorque, um que se tornou padre e outro que se afundou no mundo do crime. Com James Cagney (a verdadeira vedeta) Pat O'Brien e Humphrey Bogart nos principais papeis.

A Última Sedução

(Segunda, 22.45, SIC)

Estreia televisiva de grande impacto, cujos créditos ficam reservados à SIC, *A Última Sedução* é o terceiro filme de um realizador - John Dahl - que tem procurado traduzir para as novas realidades deste tempo os mecanismos dramáticos herdados da rica tradição inspirada no filme negro norte-americano clássico. Aqui, o realizador conta-nos a história de uma mulher diabólica (admiravelmente interpretada por Linda Fiorentino) que, auxiliada pelo marido, perpetra um golpe financeiro que lhes rende um milhão de dólares e acaba por fugir sozinha com a maquia, chegando a uma pequena cidade do interior onde, impecável e implacável, faz de conta que é um anjo... As referências aconselham a não perder o filme!

O Último Refúgio

(Terça, 22.45, RTP2)

Um criminoso sai da prisão e logo decide arquitetar um novo golpe que acaba por sair frustrado, tendo empreendido uma fuga que termina em tragédia, morto que acaba às balas de dezenas de polícias. Um filme de gangsters de sombrio romantismo, admiravelmente realizado por Raoul Walsh, e que constituiu o primeiro grande papel de Humphrey Bogart numa carreira que seria imparável. A não perder.

Crónica

de uma mutilação anunciada

■ Correia da Fonseca

Andam por aí alguns, pelo menos alguns, há cerca de um ano, à espera de que a RTP mude. Porque o PSD perdeu as legislativas de Outubro de 96. Porque, em consequência, a RTP teve direito a administração nova. Porque em Dezembro do mesmo ano tomou posse novo director de programas. Porque o Secretário de Estado da Comunicação Social prometeu a mudança. Porque neste mesmo Outono em que estamos a viver entrou em execução uma nova «grelha» de programas que devia consubstanciar já uma mudança sensível que afinal ninguém parece ter sentido. Porque em Maio último arrancaram os trabalhos de um bicho de catorze cabeças chamado Comissão de Reflexão Sobre o Futuro da Televisão. Porque o bicho, isto é, a Comissão, entregou há dias o seu relatório. Porque, em resultado de tudo isto, agora é que vai ser.

Talvez sim. Talvez não. De qualquer modo, é claro que se entende que os que esperam a mudança a esperam para melhor: como é costume dizer-se, para mau já basta assim. Bem sei que nisto ou melhor e do pior há para todos os gostos. Resta-me, pois, falar em nome dos meus gostos, que felizmente não são só meus gostos, que felizmente não são só meus, pois cada um de nós não tem outro remédio senão o de ter a sua opinião, e não qualquer outra, exactamente porque é a sua. A minha opinião é a de que uma RTP melhor será a que mais eficazmente responda às necessidades e ao interesse do país, quer dizer, da gente que o habita, pois uma terra esvaziada de gente seria bem pouca coisa. Dessas necessidades, das reais e não podem ser artificialmente inoculadas, desse interesse, não das gulodices estrategicamente suscitadas, é que emerge o conceito do «serviço público» muitas vezes referido mas nem sempre suficientemente descansado para que vejamos o que tem lá dentro.

Temos, pois, que a naturalmente esperada mudança da RTP para melhor tem inevitavelmente a ver com uma melhor execução do «serviço público» cumprido em democracia e nas condições concretas da realidade portuguesa, pois para cumprirem um «serviço privado», isto é, para visarem a satisfação de necessidades e interesses que não são os do país mas apenas os de alguns cidadãos, aí estão, aliás com toda a legitimidade, a SIC, a TVI e, porventura, o mais que adiante se verá. Por isso se entende lindamente que, no momento em que a Comissão de Reflexão foi constituída, o Secretário de Estado tenha advertido que não estava disponível para aceitar a redução para um único canal da actividade da RTP como estação pública de Televisão. Não era, da parte de Arons de Carvalho, uma obstinação ou uma bizzaria: era o conhecimento de que nenhum outro país europeu dispõe de menos de dois canais para o cumprimento das diversificadas missões que incumbem a uma TV estatal em terra civilizada.

Milhões: os uns e os outros

Nestas circunstâncias, parece supreendente que o relatório da Comissão de Reflexão, agora entregue, dedique onze das suas catorze páginas à contemplação embevecida de uma hipótese que, em frontal alheamento da prevenção feita por Arons de Carvalho, conduziria exactamente à redução dos serviços públicos de TV nas múltiplas facetas da área dos programas, no acanhado espaço de um único canal. Contra o assim preconizado se afirmam, em declarações de voto, apenas três dos elementos da Comissão e é de elementar justiça

registar-lhes aqui os nomes: são António-Pedro de Vasconcelos, Artur Ramos e Nelson Traquina (muito lamentando eu não poder acrescentar aqui pelo menos mais outros três nomes de quem esperava melhores notícias). Aparentemente, onze comissionados em catorze consideram que os portugueses estão, em matéria de informação/formação, de bagagem cultural, de ludismo audiovisual, muito mais bem servidos que toda a restante Europa, e por isso podem dispensar os dois canais de TV pública que os outros países fizeram questão de manter. É, pelo menos, notável.

Eu bem sei que entra aqui a questão dos custos: a TV é um instrumento caro e anda por aí muita gente a deitar contas ao que custa uma Televisão capaz de cumprir o tal «serviço público». São curiosos cuidados de parcimónia financeira, e tenho para mim como certo de que são pelo menos suspeitos,

mas é sabido que são eficazes porque sendo esta uma terra de pobres (com as excepções muito honrosas que se conhece, é claro), basta titular num jornal que se vão gastar milhões para que um frémito de comoção percorra o país sem que se cuide muito de saber em quê e como vai ser feita a

Tudo parece, pois, centrar-se na questão de saber onde e como os países optam por aplicar os seus recursos e nas prioridades que estabelecem. Os que se obstinam em manter dois canais para o serviço público de TV parecem querer assegurar que um fluxo televisivo de qualidade se mantenha ao dispor da população. Quem exprima a convicção de que um só canal já é bastante, dá sinal de que assim já o país fica bem aviado e, porventura, que a TV Pimba de Rangel, deseducador do povo, não é assim tão má e também vai servindo o fim em vista, embora não se vislumbre ao certo qual seja este.

O vagão misto

A solução sugerida maioritariamente pela Comissão de Reflexão (onze nomes em catorze, onze páginas de relatório também num total de catorze páginas) aconselha a concentração de todo o «serviço público» na RTP 1, que assim se transformaria numa espécie de vagão misto de passageiros e mercadorias, e a rendibilização da TV2 mediante a sua subconcessão a uma empresa privada ou mista que poderia explorá-la em regime de «play-off», fórmula que desde logo surge com conotação de intensa modernidade. Trata-se, pois, de uma óbvia mutilação das possibilidades da RTP em maté-



despesa. No passado recente, o Estado gastou, num ano, cerca de oito milhões com a RTP, e propõe-se agora gastar cerca de catorze milhões no próximo ano. É muito? Não me chegaria talvez o resto desta página para alinhar os algarismos de outros milhões, muitos mais, gastos ou prometidos em sectores que me parecem bem menos úteis, no plano nacional, que uma Televisão que ajude o país a sair de um secular subdesenvolvimento cultural, civilizacional, que o patriotismo manda reduzir em vez de esconder. Porém, nestas coisas de milhões que podem causar-nos vertigens, o mais seguro é procurar números de referência, de possível confronto, e por isso é bom que se saiba que se situa na ordem dos 26 milhões/ano a média europeia quanto a gastos com as TV's públicas, e que mesmo países tão pobres como nós, e decerto sem menores méritos culturais (penso na Grécia, na Irlanda), gastam muito mais que os projectados e incómodos 14 milhões portugueses.

ria de antena disponível, sendo que por essa mutilação se posterga, inevitavelmente, o objectivo de repensar o serviço público de forma a que ele se torne mais eficaz, mais atraente, mais completo, nacionalmente mais útil. Por detrás da sugestão julgo aperceber-me da sombra de pendoros neoliberais que já vão ficando rançosos, mas é capaz de ser impressão minha.

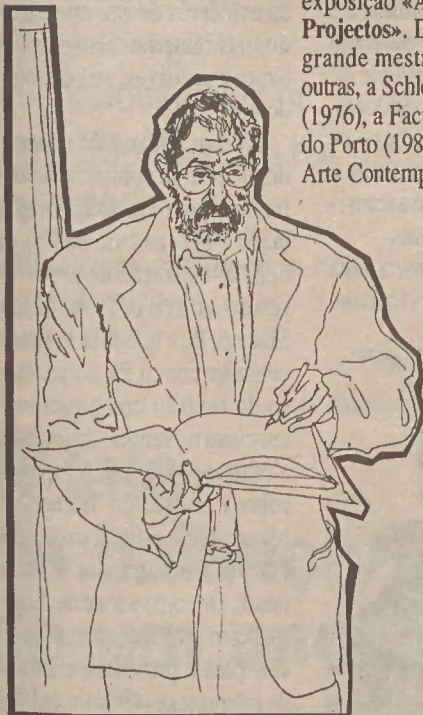
Depois disto, é claro que o Secretário de Estado e o governo optarão como entenderem. Contudo, há duas ou três coisas que parecem nítidas. A resposta da Comissão não corresponde ao que Arons de Carvalho lhe pediu e configura-se como uma tentativa para lhe forçar a mão. O serviço Público de Televisão, tão mal e incompletamente cumprido até agora num país com tantas carências como o nosso, não vai decerto melhorar com a redução a um canal. Com a privatização ou semiprivatização da TV2, talvez alguém venha a ganhar, mas não decerto o interesse nacional.

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Uma obra de 40 anos

Agrupando um conjunto de trabalhos datados de entre 1955 e 1995, continua patente ao público até 30 do corrente, na Galeria Cruzeiro do Sul do Centro Cultural de Belém a exposição «Álvaro Siza - Obras e Projectos».



Do conjunto da obra do grande mestre destacam-se, entre outras, a Schlesisches Tor em Berlim (1976), a Faculdade de Arquitectura do Porto (1986), o Centro Galego de Arte Contemporânea de Santiago de Compostela (1988/93), para além de outros notáveis projectos como o Restaurante e Casa de Chá na Quinta da Malagueira em Évora (1992), o Museu de Arte Contemporânea em Helsínquia, a Fundação Calgaleiro em Lisboa ou o célebre re-projecto do restaurante da Piscina de Mar em Leça da Palmeira (1966-1993/95).

Celestino de Castro, Arquitecto

Organizada pelo Sector Intelectual da ORL do PCP e com a participação dos arquitectos Justino Morais, Manuel Tainha, Pires Martins e Vasco Croft e, ainda, de José Vitoriano da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC do PCP, inaugura-se hoje às 19 horas no Espaço Cultural Vitória, permanecendo até 5 de Novembro, uma exposição dedicada à obra de Celestino de Castro, um dos mais importantes arquitectos contemporâneos portugueses e destacada personalidade cívica. Também na 3ª. feira, 30, realizar-se-á no mesmo local, pelas 21.30, um colóquio sobre o mesmo tema.



30, realizar-se-á no mesmo local, pelas 21.30, um colóquio sobre o mesmo tema.

HOMENAGEM



Um grande escritor do Alentejo

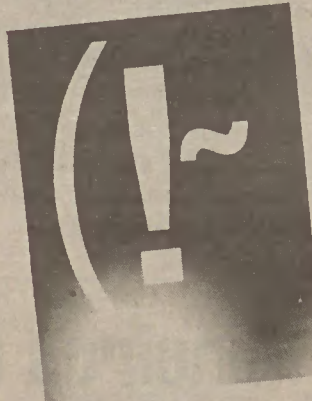
Por iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Beja, realizar-se-á amanhã naquela cidade, pelas 21 horas, uma Homenagem Nacional ao escritor Urbano Tavares Rodrigues. Do programa desta homenagem destacam-se a apresentação pública do livro do escritor *A Luz da Cal - Itinerário Alentejano* e a inauguração da exposição bibliográfica e iconográfica *A Luz e a Sombra*. Também no mesmo dia, mas às 22 horas, o Maestro António Victorino de Almeida realizará um recital de piano no Governo Civil de Beja. Da Comissão de Honra desta homenagem nacional fazem parte, entre outros, o Presidente da República, o Ministro da Cultura e outras personalidades das artes e da cultura como Mário Soares, José Saramago, Manuel Alegre, Luíz Francisco Rebelo, António Victorino de Almeida, José Manuel Mendes, Cláudio Torres e Fausto.



Garbo de perfil

A Companhia Teatral brasileira Arte Livre do Brasil leva à cena até 10 de Novembro no Auditório Carlos Paredes, em Benfica (Lisboa), a peça «Olhares de Perfil», um espectáculo de Roberto Cordovani e Alejandra Guibert com o qual esta companhia já alcançou o primeiro prémio em 8 festivais internacionais de teatro, além de outros prémios internacionais, designadamente de interpretação. Nesta peça, com acção situada em finais dos anos 30, um actor de cabaré interpreta a personagem da célebre actriz Greta Garbo com tal convicção que aqueles que o rodeiam duvidam que ele e Garbo não sejam a mesma pessoa - um tema que constitui como que uma discussão sobre o comportamento humano e a tão especial relação actor-público. São intérpretes desta peça os actores Roberto Cordovani, Salatiel Furini, Rosana Cordovani e Luca Dumont e os espectáculos realizam-se às 21.30.

COLECTIVIDADES



Chega ao fim a Festa

Ainda pode participar da grande Festa das Colectividades que, desde o passado dia 19 até domingo 27 está a constituir uma clara demonstração da existência de um forte e multifacetado movimento associativo no nosso país. Organizada pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, cerca de 200 clubes e colectividades populares, mobilizando centenas de dirigentes desportivos e milhares de participantes, estiveram na base desta realização que, para além de um vasto programa desportivo, contou com inúmeras realizações recreativas e culturais, para além de um Ciclo Internacional de Conferências sobre o movimento associativo. Até ao termo desta Festa das Colectividades, e para além de iniciativas no campo recreativo e cultural, ainda estará patente no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a Exposição «Tesouros das Colectividades», com inúmeros troféus pertencentes aos clubes participantes.

Chega ao fim o «Outubro Teatral»

A última companhia de teatro a vir a Lisboa para participar no ciclo «Outubro Teatral em Lisboa» organizado pelo Teatro da Trindade (Inatel) é a Efémere - Companhia de Teatro de Aveiro. Com encenação de Carlos Fragateiro para uma adaptação que este realizou em conjunto com Luís Mourão será levada à cena daquela sala de espectáculos até Sábado, 26, a peça «SO3 HO4», a partir de textos de Raúl Brandão. A direcção de actores é de Jorge M. Fraga, a coordenação plástica de Pedro Andrade, os figurinos de Cristina Novo e o desenho de luz de Victor Correia. E os intérpretes serão: Helena Faria, João Aidos, Rui Sérgio e Vanessa Lyns. Para a habitual divulgação de grupos artísticos e culturais da região, a Efémere convidou a vir consigo até Lisboa o Quarteto de Saxofones de Aveiro, o Grupo Poético de Aveiro e o Grupo Musical Portango.

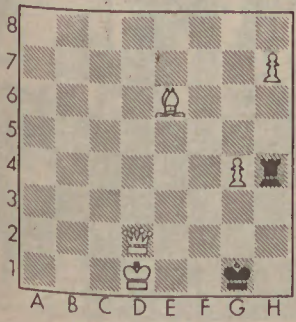


O «Teatro do Absurdo» de Ionesco

Incluída no ciclo «Teatro do Século XX», está hoje e amanhã ainda em cena, no palco do Grande Auditório da Culturgeste (Lisboa) a peça de Eugene Ionesco *A Cantora Careca*, numa realização do Grupo Visões Úteis, com encenação e cenografia de João Paulo Seara Cardoso, figurinos de Preciosa Afonso, banda sonora original de Albrecht Loops, iluminação de António Real e interpretação de Alexandra Lobato, Carlos Costa, Catarina Martins, Nuno Cardoso, Patrícia Gonçalves e Pedro Carreira.

XADREZ

DLXXXII - 24 DE OUTUBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X043
Por: W. Speckmann
[Alemanha]
Thèmes 64, N.º 3 - Julho 1956 [57p37c]
Pr.: [2]; Th4-Rg1
Br.: [5]; Ps. g4, h7-B66-Dd2-Rd1



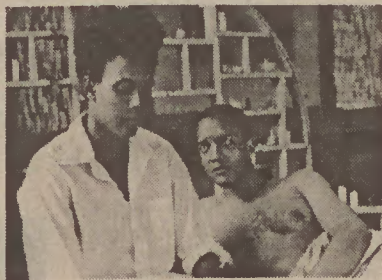
Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXII
N.º 1996X043 [W. S.]: 1. h8-T! [Ameaça:
2. T-T, Rf1; 3. Th1!], Th8; 2. Bd5!
[Ameaça: 3. Dg2!], Th2; 3. Dd1 #
A. de M. M.

CINEMA

O regresso dos autores

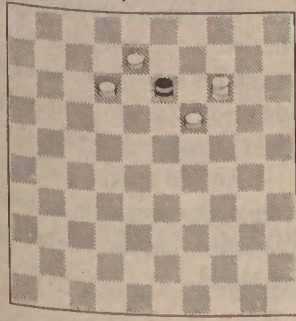
Com este sugestivo título, prossegue com sessões às 15.00, 18.00 e 22.00 no Cinema Medeia do Centro Comercial A. C. Santos (Lisboa) um ciclo dedicado ao novo «cinema de autor» dos nossos tempos. Esta semana o destaque vai para o realizador afro-americano Spike Lee e para uma curta série de filmes que (tendo começado em 23 e 24 com *Os Bons Amantes*, datado de 1986), prossegue amanhã e depois de amanhã com *Quanto Mais Melhor* (Mo' Better Blues-1990) e em 27 e 28 com *Os Passadores* (Cklockers-1995). Tendo começado a sua já destacada carreira precisamente há 10 anos, com a realização de *Os Bons Amantes*, Spike Lee é um dos cineastas contemporâneos com mais aguda percepção da contraditória realidade norte-americana.



Um fotograma de Os Bons Amantes

DAMAS

DLXXXII - 24 DE OUTUBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D043
Por: Marius Fabre
[Ex-campeão do Mundo]
França, 1890/1945



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXII
N.º 1996D043 [M. F.]: 1. 8-21-D, (13x35);
2. 14-23!!, (35-44); 3. 23-45!, (44-35);
4. 2-16, (35-49); 5. 12-7, (49-35); 6. 7-2, (35-49);
7. 45-40, (-); 8. 16-49 +
2.... (35-49); 3. 2-16, (49-44); 4. 23-45!, (44-49);
5. 12-7!, (49-35); 6. 7-2, (35-49); 7. 2-35 +
3.... (44-49); 4. 2-16! +
A. de M. M.

TAPEÇARIA

Um simpósio itinerante

Subordinadas ao tema «O Vinho e a Vinha» continuam a decorrer até Novembro as realizações incluídas no III Simpósio da Tapeçaria Contemporânea, organizado pela Câmara Municipal de Loures em colaboração com a Quadrante e o Grupo 3.4.5. - Associação de Tapeçaria Contemporânea Portuguesa. Para além de debates e oficinas, está patente ao público até 3 de Novembro uma exposição colectiva de 24 artistas nacionais e estrangeiros com duas dezenas de obras. Mas este simpósio, percorrendo o «itinerário do Fio», desenvolve-se de Lisboa a Buceelas, passando por Loures, através de outras quatro exposições, a saber: até 9 de Novembro, Tapeçarias de Helena Lapas no Museu Nacional do Trajo; até 8 de Novembro, «O Cruzar dos Fios» no Centro Cultural da Malaposta e Exposição de Mini-Têxtil na Loja Municipal de Loures; e até sábado «O Fio da História» no Museu Municipal. Os debates organizados no âmbito deste simpósio têm a participação de Eduardo Nery, Melo e Castro, Fernando Azevedo e Rocha de Sousa.

MÚSICA

Um Quarteto de músicos portugueses

Formado por alguns dos mais prestigiados músicos portugueses - António Lima (1.º violino), Cecília Branco (2.º violino), Alexandra Mendes (viola) e Maria José Falcão (violoncelo) - o quarteto «Solistas da Orquestra Gulbenkian» interpretará obras de Francisco Lacerda (Solfejo Instrumental - Lições em Trio), Luís de Freitas Branco (Quarteto) e Claude Debussy (Quarteto em Sol menor, op. 10) no recital que, incluído na Temporada de Música e Dança da Fundação Calouste Gulbenkian, realizarão na próxima segunda-feira, 28, às 19 horas, no Auditório Dois daquela Fundação.



Claude Debussy (1862-1918)

ÚLTIMAS/

A TALHE DE FOICE

Quando a campanha tocar

Aconteceu à hora de jantar. Na cozinha pairavam já cheiros reconfortantes, os pés tinham reencontrado a liberdade dos chinelos, as cabeças esvaziavam-se pouco a pouco da tensão do dia, os estômagos roncavam protestos mansos, as conversas corriam devagar a debicar temas do quotidiano. O toque da campanha, discreto, não encontrou eco na espera de ninguém: se for para mim estou no banho, saí às cinco, vai lá tu...

Era um homem, jovem, bem parecido. «Estou desempregado. Se pudesse arranjar-me alguma coisa para comer...»

O equilíbrio doméstico, laboriosamente construído, qual casulo protector das agressões diárias, estilhaçou-se.

Abrem-se e fecham-se portas de armário, procuraram-se à toa o que se sabe de cor numa atrapalhação que dispensa palavras.

Depois fica o silêncio, incómodo, doloroso. Vamos fazer de conta que... Fazemos de conta que fazemos de conta. Não resulta.

Há fomes que matam a fome de quem come todos os dias. Como um murro no estômago. Um nó na garganta. A consciência avassaladora do nada que significa o tudo que se pode ofertar.

A raiva cresce e sufoca. Há um milhão de células que quer respirar e não pode.

Este é o nosso admirável mundo novo. Um mundo onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Um mundo onde cada vez menos têm tudo e onde cada vez mais não têm nada.

Na televisão, Paulo Portas anuncia ao país as suas renúncias de deputado e de dirigente do PP, como se de coisa transcendente se tratasse. Teresa Patrício Gouveia, cada vez mais cinzenta, estreia-se como porta-voz do PSD clamando por um referendo sobre o aborto. António Guterres responde que o assunto é do foro íntimo de cada um. As notícias do país e do mundo parecem rolar cada vez mais à volta de uns quantos umbigos.

Onde a voz dos condenados à barriga da miséria? Onde o respeito pela dignidade dos homens e das mulheres que mais não têm que a sua força de trabalho e a quem é recusado o direito ao trabalho? Enquanto a moeda única, a economia de mercado, as negociatas, as luvas, os compadrios, as corrupções, os clientelismos, fazem o seu curso, soará sempre uma campanha de porta, em qualquer lugar do mundo, à hora de jantar. Haverá sempre uns olhos com fome a espreitar à janela dos que comem. Haverá sempre milhões de seres humanos a morrer na consciência dos que não levantam um dedo contra a injustiça social.

É preciso coragem para tocar à porta dos outros. É preciso que quem atenda não seja cego, surdo e mudo. É preciso que a raiva rebente e a cólera estale. Há dores que não se choram. São as que nos fazem gritar até que todos acordem. E se levantem. E saiam à rua a incomodar os acomodados. A lutar pelo que de direito deve ser de todos.

Há vozes que se levantam por todo o mundo. Que a nossa seja mais uma. Tão importante e definitiva que não se pode passar sem ela.

Para que os milhões de células em nós que querem respirar e não podem possam enfim respirar.

Para que cada toque à campanha, num dia qualquer, a qualquer hora do dia, seja sempre qualquer coisa de que não tenhamos de nos envergonhar.

■ AF

Referendo sobre o aborto

PCP esclarece posição

A propósito da reclamação de Marcelo Rebelo de Sousa da realização de um Referendo sobre a questão do aborto, o PCP promoveu uma conferência de imprensa, na passada segunda-feira. Acompanhada de Odete Santos, deputada do PCP, Luísa Araújo, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, proferiu a seguinte declaração:

1 - Referendar as soluções do actual Código Penal, da Lei 6/84 e do Projecto de Lei do PCP relativamente à Interrupção Voluntária da Gravidez, seria pôr em Referendo o próprio foro íntimo da mulher, correspondendo a uma atitude contra o sexo feminino e a preconceitos em matéria do estatuto social das mulheres.

2 - Referendar a IVG corresponderia a desviar as atenções da realidade dramática do aborto clandestino, realidade que tem de estar presente nas opções do legislador.

3 - Referendar o alargamento da IVG proposto pelo PCP seria adiar a resolução das angústias vividas pelas mulheres das classes e camadas mais desfavorecidas, que por falta de apoio à maternidade se vêem obrigadas à dolorosa decisão de recorrer ao aborto clandestino. Com graves riscos para a sua saúde física e psíquica e mesmo para a sua vida.

4 - Referendar, nomeadamente o alargamento do prazo, de 16 para 22 semanas, do aborto moti-

vado por malformações graves do feto resultaria no adiar de alterações de uma lei hipócrita, provado que está que o prazo de 16 sema-



Luísa Araújo, acompanhada de Odete Santos (à esquerda na foto), considera que referendar a questão do aborto seria referendar o próprio foro íntimo da mulher

nas não permite com segurança a detecção daquelas malformações.

A Lei actual, para além de hipócrita, desprotege o feto, uma vez que na dúvida sobre a saúde do mesmo se podem realizar IVGs, quando no prazo que a ciência médica aconselha podia resultar a inexistência de motivos para a sua efectivação.

5 - Referendar a IVG seria desviar as atenções da necessidade da efectivação do Planeamento Familiar, de uma política de apoio à maternidade e à paternidade baseada sobretudo na melhoria da qualidade de vida das mães trabalhadoras. Por forma a que as mães e os pais possam concretizar o direito a uma maternidade/paternidade felizes.

6 - A Lei Penal restritiva relativamente aos primeiros

projectos do PCP sobre a IVG, manifestou-se totalmente ineficaz para pôr cobro ao flagelo do aborto clandestino. Daí a necessidade urgente da sua alteração para legitimação da própria Lei Penal.

7 - É inteiramente pertinente observar que as sucessivas reclamações de referendos

sobre múltiplas matérias se tornaram um dos instrumentos preferidos pelo PSD para distrair a opinião pública nacional da evidência de que este partido, nas matérias mais importantes e decisivas, está de acordo com o PS.

8 - Em matéria de referendo, é aliás de sublinhar a profunda hipocrisia do PSD, que já em 1992 (ao lado do PS) se opôs à realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht, e que já se voltou a entender com o PS no processo de revisão constitucional em curso no sentido de impedir a realização de um referendo sobre a revisão do Tratado de Maastricht e sobre a participação de Portugal na moeda única, embora se trate de matérias com profundas consequências para o presente e o futuro de interesses essenciais de Portugal e da própria soberania nacional.

9 - É uma evidência que a proposta de Marcelo Rebelo de Sousa, embora formulada a pretexto das alterações defendidas no projecto de lei do PCP, obedece na verdade ao reaccionário intuito de fundo de contestar e pôr em causa os passos positivos mas manifestamente insuficientes que foram dados com a legislação aprovada em 1984.

Mineiros de Aljustrel reivindicam em Lisboa

«A Mina a trabalhar é o País a ganhar!», gritaram os mineiros e a população de Aljustrel que anteontem se concentraram no Largo Camões, em Lisboa, exigindo do Ministro da Economia respostas para a crise que a mina enfrenta, afectando toda a população de Aljustrel. Afirmava a nota enviada aos órgãos de Comunicação Social pela Federação dos Sindicatos do Sector que «em Outubro, e continuando a não ser conhecidas as propostas para a mina nem os projectos de actividade alternativos para Aljustrel, bem como a actualização dos salários (congelados há quatro anos), os trabalhadores e a população de Aljustrel esperam obter, finalmente, do Ministro da Economia as respostas prometidas para o último trimestre deste ano».

As gentes de Aljustrel deslocaram-se em massa para esta concentração, trazendo a Lisboa mais de 600 mineiros e centenas de outros trabalhadores do Concelho. Historiando a crise que se arrasta há anos, os mineiros recordam que se calculam «em 170 milhões de toneladas os recursos minerais existentes em Aljustrel», que «a Mina tem investimentos de

milhões de contos visando a extracção» e que «o anterior Governo apresentou aos trabalhadores um Projecto para a retoma da laboração onde se exigiam sacrifícios para a obtenção de financiamentos desse projecto». Para a implementação desse projecto, «foi feito um Acordo com os trabalhadores, que previa o rearranque, em Junho de 1995, e a revisão de salários apenas seis meses após a retoma da laboração».

Entretanto, «o actual Governo recusou o projecto de laboração do anterior Governo, dizendo optar por outro com uma menor actividade produtiva, mas compensada com projectos alternativos para Aljustrel». Os trabalhadores e a população decidiram aguardar, só que o tempo foi passando e as tais propostas, sempre adia-



Os mineiros de Aljustrel manifestam-se em Lisboa, reclamando do ministro uma resposta para a crise que a mina enfrenta

das, culminaram com a proclamação do encerramento da Mina feita pelo Secretário de Estado da Indústria, ao arpejo do que o próprio Ministro da Economia prometera, garantindo que as propostas de projectos alternativos para Aljustrel seriam apresentadas no último trimestre deste ano.

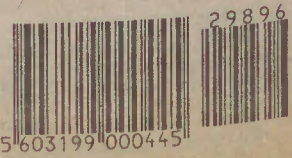
«É verdade que o trimestre

ainda não acabou», dizem os mineiros de Aljustrel, mas perante tal contradição por parte do Secretário de Estado da Indústria - que os trabalhadores acham que devia ser demitido - reclamam do Ministro «que faça da apresentação das propostas o melhor desmentido» a esta nova ameaça de encerramento avançada pelo Secretário de Estado.

E foi isso mesmo que vieram dizer e exigir em Lisboa, garantindo que não irão cruzar os braços.

Homenagem a Urbano

Irà decorrer hoje, no Auditório da Biblioteca Municipal de Beja, uma homenagem nacional ao escritor Urbano Tavares Rodrigues. Patrocinada pela Associação de Municípios do Distrito de Beja, nela está prevista a presença do Presidente da República, do ministro da Cultura e de diversas individualidades que, com todos os municípios da Associação promotora, integram a Comissão de Honra desta homenagem.



5 603199 000445

29896